

REVISTA MENSAL

RN/ECONÔMICO

ANO XIV • Nº 139 • FEVEREIRO / 1983 • CR\$ 500,00



O PACTO DOS GOVERNADORES



JOSÉ AGRIPINO (RN)

WILSON BRAGA (PB)

HUGO NAPOLEÃO (PI)

414

DIVALDO SURUAGI (AL)

ROBERTO MAGALHÃES (PE)

LUIZ G. MOTTA (CE)

Passat 83: Potência Econômica!



Nas laterais do Passat 83 destaca-se o friso alto e largo de borracha que, além de beleza, assegura maior proteção às portas. Novos são também os espelhos retrovisores externos e as ponteiras dos para-choques.

MARPAS S/A

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados
VOLKSWAGEN
para o Rio Grande do Norte

DISTRIBUIDORA SERIDÓ

Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228

A seca, além dos problemas.....	9
Os nove pontos do documento dos Governadores.....	10
Empresariado quer ajudar na busca de possíveis soluções.....	16
Os problemas maiores da economia.....	18
Governo: equipe já identificada.....	23
Quase sem surpresas.....	24
Problemas da cidade e de todo o Estado.....	26
Um plano ousado de esgotos.....	29
Diógenes: reitor e poeta no centro da polêmica.....	38
As atribuições do senhor reitor.....	41
Dinheiro está curto para construções.....	44
Máxi já está influenciando aqui.....	52
O Plano Diretor e seus problemas.....	54

ARTIGOS

Manoel Barbosa.....	7
Cortez Pereira.....	34
Ney Lopes de Souza.....	58

SEÇÕES

Homens & Empresas.....	4
Cláudio.....	56

Capa: fotomontagem de Flávio Américo



O Nordeste defendido com ênfase

Uma reunião que marcou o início de uma nova etapa

Os Governadores do Nordeste estiveram reunidos em Natal e o eco do que foi discutido ainda permanece no ar com muita nitidez. Falou-se muito antes da reunião sobre o que ela poderia abordar em termos de política, especialmente em relação à sequência das posições assumidas em Fortaleza, por ocasião da primeira reunião. Mas os Governadores, em Natal, não falaram de política. Não no sentido que a imprensa nacional — e os políticos — estava esperando — ou desejando. O tema foi realmente, como assegurara anteriormente José Agripino, do Rio Grande do Norte, o semi-árido nordestino e a necessidade de colocá-lo como uma das prioridades nacionais. Mas, se a política não foi o tema explícito, foi o implícito. Por enquanto, os Go-

vernadores fixaram-se numa posição reivindicatória, do ponto-de-vista quase que econômico. Porém é inegável que, nessa ocasião, está embutida uma intenção política, segundo acreditam muitos observadores. Aliás, alguns representantes presentes à reunião sustentaram esse ponto-de-vista, argumentando que política não é só falar na necessidade do Nordeste ter um Vice-Presidente da República ou talvez mesmo um Presidente.

Pelo que disse e pelo que não disse, a segunda reunião dos Governadores do Nordeste marcou muito o quadro sócio/político. Ela não vai ser esquecida facilmente. Plantou raízes. Criou intenções. Pela matéria que começa na página oito se poderá tirar melhores conclusões.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XIV • N.º 139 • FEVEREIRO/1983 • CR\$ 500,00

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa

ARTE E PRODUÇÃO

CHEFE: Euryly Moraes da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira
FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Paulo de Souza
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em

assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte, e de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.288.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Telefone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 500,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 5.000,00. Preço da assinatura bimestral: Cr\$ 8.000,00. Preço do número atrasado: Cr\$ 1.000,00

HOMENS & EMPRESAS

COCA-COLA TEM NOVO CONCESSIONÁRIO

— A Coca-Cola no Rio Grande do Norte tem, agora, um novo concessionário: é o grupo empresarial liderado pelo Senador Martins Filho, Zezito, e pelo empresário Francisco Souto, Soutinho, de Mossoró. O grupo que conseguiu, depois de uma longa batalha judicial e política, a concessão, parte agora para a instalação da fábrica de engarrafamento do refrigerante em Natal. A Natal Industrial, antiga concessionária, do grupo Sérgio Philomeno, do Ceará, não está interessada em vender a sua fábrica do RN, pretendendo continuar no mercado de Cola, com outra marca.

★ ★

APARECIDA COMPRA TRANS-NATAL

— O grupo Flor, Joaquim Alves Flor e Vicente Flor, vendeu o controle acionário da empresa de transportes coletivos Trans-Natal, que explorava as linhas da Cidade da Esperança, Candelária, Cidade Nova e Terminal Rodoviário. A empresa há sete anos que pertencia ao grupo fundador. Foi vendida a Aparecida Transportes, do empresário Luís Alves de Araújo, Lula, que volta ao ramo de transportes depois da venda das linhas Natal-Rio e Natal-São Paulo, a Empresa São Geraldo, da Bahia.

★ ★

EVERALDO LANÇA LIVRO — O jornalista e publicitário Everaldo



Gomes Porciúncula lançou no dia 18 de fevereiro o seu livro de crônicas, **SINAL NO UMBIGO**, Amor e Política. O livro é uma coletânea de crônicas publicadas nas edições dominicais do jornal Tribuna do Norte e outras inéditas. Teve um lançamento festivo e muito concorrido, com toda a geografia humana do Rio Grande do Norte presente: jornalistas, políticos, intelectuais, empresários, profissionais liberais e jet-set, enfim. Sinal no Umbigo vendeu na noite de autógrafos 310 exemplares. O livro foi composto e impresso na oficina gráfica de RN/ECONÔMICO Empresa Jornalística Ltda. Everaldo vai lançar agora o livro em Mossoró e Caruaru.

★ ★

PEDRO SIMÕES NA PREFERÊNCIA

— A comunidade universitária começa a se manifestar formalmente em favor da manutenção dos critérios da Lista Sêxtupla. Com isso cresce, ainda mais, o nome do Pró-Reitor Pedro Simões Neto. Principalmente agora, que estão circulando abaixo-assinados reunin-



do pesquisadores, funcionários, alunos e intelectuais — todos defendendo a indicação do mais votado pelos Colegiados para ocupar a Reitoria nos próximos quatro anos.

★ ★

COOPERATIVA CENTRAL ADQUIRE COIRG

— A Cooperativa Central do RN está adquirindo o controle acionário da Companhia Rio-Grandense do Norte — COIRG, do sr. Newton Câmara. O negócio, que deverá ser consumado até o final de março, gira em torno de 60 milhões de cruzeiros. O presidente da Cooperativa Central, Gilzenor Sátiro, espera ativar de imediato o funcionamento da empresa, participando, assim, mais ativamente do mercado de coco beneficiado.

★ ★

RN TEM REPRESENTANTE EM REUNIAO LATINO-AMERICANA

— Benedito Vasconcelos Mendez, presidente da EMPARN, foi convidado para participar, em abril próximo, da II Reunião de Intercâmbio Tecnoló-

gico e Zonas Áridas e Semi-Áridas, a ser realizado em Vila Dolores, Córdoba, Argentina. Benedito é o único brasileiro convidado a proferir palestra na Reunião. Falará sobre "Sistema e controle de produção agropecuária no semi-árido brasileiro".

★ ★

COMÉRCIO RECLAMA DOS CAMELÔS

— Os lojistas do Centro da Cidade estão enfrentando uma concorrência desleal com o aumento constante dos camelôs que proliferam nas calçadas da Av. Rio Branco, chegando mesmo a armar as bancas nas portas das lojas, prejudicando a entrada de clientes e até a visão das vitrines. O comércio se sente prejudicado pelo fato de pagar impostos e taxas para poder funcionar, e vender para poder manter o seu quadro de empregados. Além da crise econômica, que deixa a sua clientela mais escassa, os lojistas têm agora a figura do camelô, que afasta os clientes das ruas do Centro. O comércio pede providências.

★ ★

10 ANOS DE SISTEMA

— A Sistema Processamento de Dados S/A, empresa pioneira na prestação de serviço com computadores no RN, está completando 10 anos. Atende hoje a quase duzentos clientes em todo o Estado, prestando os mais variados serviços na área da informática como: Crediário,

HOMENS & EMPRESAS

cartão de crédito, folha de pagamento, correção monetária e contabilidade em geral. Entre os clientes da empresa encontram-se bancos, sociedades de economia mista, e a iniciativa privada. A Sistema é uma coligada do grupo SECEL.

★ ★

RIONORTE MUDA DE NOME E ENDEREÇO — Com a participação do Bandern — Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, como maior acionista, a Rionorte passou a ser: BANDERN, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, funcionando agora na Princesa Isabel, 417, próximo às Lojas Americanas. O Bandern Crédito e Financiamento, continua operando com financiamentos para automóveis, crédito pessoal e financiamento para lojas. Segundo o diretor de Operações, Francisco Pondefo Cavalcanti, a financeira voltou a ter um desempenho favorável no último exercício, quando apresentou lucro em seu balanço com relação a 1982. Salientou que a participação do Bandern-Banco deu uma maior credibilidade a empresa. O diretor-presidente da financeira é José Vale de Melo e Dirceu Mariz o diretor administrativo.

★ ★

SIC LANÇA GUIA DE EXPORTAÇÃO — A Secretaria de Indústria e Comércio — SIC, através do Promoexport-RN, lançará no próximo dia

oito de março a primeira edição do Guia de Exportação do Rio Grande do Norte. O evento será no auditório do Centro Integrado SESI/SENAI, tendo, inclusive, a participação de um representante da CACEX, que proferirá uma palestra sobre a Política de Comércio Exterior Brasileira. Segundo o Secretário da Indústria e Comércio, Jorge Ivan Cascado Rodrigues, o Guia visa facilitar as informações aos compradores dos produtos do RN. Contendo dados gerais que vão desde área geográfica, economia, portos, turismo, até as representações diplomáticas do Brasil em todo o mundo.



LEONARDO É LÍDER DO GOVERNO — Leonardo Arruda Câmara, é o novo líder do Governo na Assembléia Legislativa. Foi uma escolha pessoal do Governador José Agripino, que optou por um deputado de sua inteira confiança, embora com pouca vivência na Assembléia. Leonardo é de família tradicional na

política do Rio Grande do Norte, tendo exercido um mandato de vereador em Nova Cruz, pelo MDB, quando integrava o Diretório Estadual. Com a incorporação PP/PMDB em 1978, saiu do Partido juntamente com Radir Pereira. Advogado militante, tendo exercido o cargo de Conselheiro da Ordem dos Advogados. Exerce agora o seu primeiro mandato como deputado estadual, tendo sido eleito com 11 mil 321 votos. Leonardo espera contar com a colaboração dos companheiros para suprir sua inexperiência política e manter a bancada do PDS forte e coesa na Assembléia.

Este é o momento das decisões



NOVO OU USADO, BASTA ESCOLHER A MARCA. DEPOIS VENHA BUSCAR O SEU CARRO



Peças e equipamentos para o seu carro você encontra em
DUAUTO EQUIPADORA — PEÇAS E ACCESSÓRIOS
Pneus Good Year para todos os tipos de veículos procure em
DUAUTO PNEUS

dvauto veículos ltda.

O salão nobre do automóvel.

Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

O RECADO DOS GOVERNADORES

MANOEL BARBOSA

A Carta de Natal, que surgiu do Encontro de Governadores, teve pelo menos um mérito: mostrou que muito se tem dito sobre os problemas do Nordeste e feito quase nada. Disso também se falava. Ultimamente, aliás, os problemas do Nordeste se tornaram basicamente dialéticos: fala-se dos problemas, fala-se da maneira como são abordados esses problemas e fala-se do problema criado pela inação em relação... aos problemas. Isso tudo tem um só aspecto: a secular dependência do Nordeste. Uma dependência tão brutal ao Governo Central que faz os nordestinos girarem eternamente num ciclo, nunca encontrando a saída. Por isso, depois de tantas e tantas arengas, tantos e tantos discursos, tantos e quantos manifestos, quando surge um documento como a Carta de Natal a sensação geral é de desalento em todos os setores.

Por que o desalento?

— Mas isso já foi dito, redito e repisado — é a reação generalizada.

E todos se entreolham apalermados, com a sensação de vazio e desânimo.

Sensatamente, não se poderia esperar outra coisa. Mesmo porque, não há, nas presentes circunstâncias, nada mais a fazer. A não ser que os governadores nordestinos tivessem fundado a República Independente do Nordeste no auditório do Sesi-Senai e dado por iniciado o separatismo que, de uma ou outra maneira, anda circulando pela cabeça de muita gente.

Para os observadores mais argutos da atual situação político/econômico do País, o mais importante da Carta não está escrito de modo explícito. A sua real intenção está embutida no ato da reunião, no Encontro em si, no propósito de reunirem-se os governadores para uma conversa. Para uma série de conversas. Pois não só o Encontro foi o segundo, como os governadores deixaram claro que poderão se reunir tantas vezes se faça necessário.

E aí está a importância do documento.

Ele marcou o início de uma tomada de posições da parte de governantes eleitos pelo voto direto, embora pertencentes ao Sistema. É claro que devem fidelidade a esse Sistema, porque foram beneficiados por ele — e pertencem a ele. Mas, a partir das graves dificuldades enfrentadas pela Região, num momento em que assumem administradores não afeitos a um ge-

renciamento norteado por carência absoluta de recursos, a insatisfação será um processo natural, mesmo nada tendo a ver com dissidência.

Eis aí outro ponto. Os governadores não vão ser dissidentes do Sistema e enfatizaram bem essa posição. Não vão desencadear um movimento separatista — e também deixaram isso suficientemente claro. De outra parte, não formarão também um ridículo exército Brancaleone.

Enfim, o bloco dos governadores é uma realidade.

Os governadores estão conscientes de que deverão lutar palmo a palmo por recursos junto ao Governo Federal porque têm sérios compromissos não com quem os nomeou — como anteriormente — mas com um eleitorado. E um eleitorado que vai precisar ser acionado novamente em 1986.

Tudo isso está dito na Carta de Natal.

Nada disso está escrito na Carta de Natal.

Mas tudo isso está muito nítido no documento, para quem souber ler sob a ótica da situação atual.

Talvez fosse melhor dizer que a Carta não foi uma carta, mas um Bilhete de Natal.

Um significativo bilhete.

Um bilhete para avisar, para despertar, para dar o recado a Brasília de que há um grupo de homens dispostos a não ficarem esperando apenas nas ante-salas dos gabinetes ministeriais audiências para pedidos de liberação de verbas. Parte da imprensa nacional não compreendeu esse posicionamento. Ou não o achou suficientemente eficaz.

Nem todos sentem a delicadeza da situação dos novos governadores do Nordeste. Não é fácil, é evidente, ser do PDS e administrar uma Região onde se faz necessário ter posicionamento arisco para obter elementos necessários ao cumprimento da tarefa. Por enquanto, os governadores ficaram no bilhete.

Mas cedo ou tarde vai haver estremecimentos e insatisfações. Mudar um comportamento secular em relação a uma Região exige algum trauma. Há governadores que esperam por isso. Mas não existe mudança sem trauma.

Sobretudo, uma mudança tão radical. Há até quem acredite que só mesmo outra revolução poderia ajudar o Nordeste.



Governadores reunidos para tomada de posição pelo Nordeste

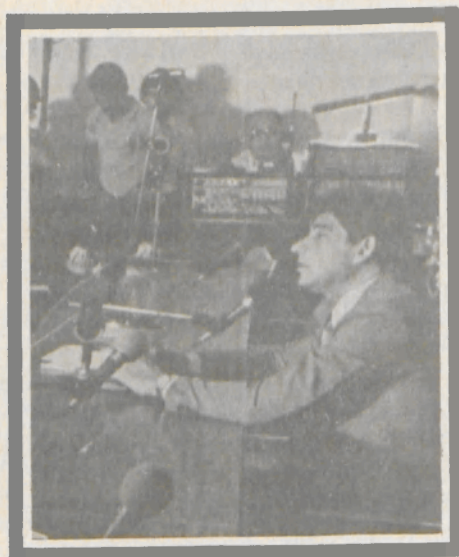
ESPECIAL

Governadores descobrem que podem ser bem mais fortes com a união

Após um naipe de reuniões e discussões, debates e análises dos problemas sócio-políticos da Região, os governadores nordestinos eleitos, mobilizados dias 18 e 19 de fevereiro último, em Natal, chegaram a uma singela e grave conclusão, amargamente exposta por Divaldo Suruagy, o representante de Alagoas: "Se unidos somos fracos, divididos não somos nada". A colocação aparentemente simplista, dá entretanto, claramente, o dimensionamento do quanto encontram-se agravados os problemas da Região, seja no que diz respeito à questão do semi-árido, pedra de toque da reunião de Natal, seja no que refere-se à urgência da arregimentação política dos futuros governadores que, parece, afinal querem enfeixar seus reclamos, mesmo que seja numa ainda tímida investida sobre as muralhas de Brasília, a fim de tentar obter do Governo Central a concessão de alguma medida que venha a ensinar a solução do Nordeste, o que foi sugerido no documento denominado de "Carta de Natal". (Ver outra matéria).

A desculpa de debater a questão do

semi-árido, ao que ficou parecendo, funcionou como biombo para as verdadeiras intenções do encontro que buscou mobilizar, de alguma forma, os governadores da região, a fim de



Um forum dinâmico

que possam influir junto ao Planalto, no sentido de que a Região venha a receber um tratamento especial, diante da claríssima conclusão de que

aqui residem, aprofundam-se, problemas sociais, econômicos e políticos que deveriam interessar a toda a Nação, e, em especial, ao Governo de Brasília.

A estratégia para chamar a atenção de Brasília sobre o Nordeste foi simples, e para tanto foi suficiente transformar-se a fraqueza em força. Comedidos, ajustados ao esquema brasileiro, jurando fidelidade eterna ao Presidente Figueiredo os governadores deixaram no ar a seguinte indicação: ou é dada a necessária atenção ao povo nordestino, admitindo-se força política aos seus representantes no Executivo regional, ou os crônicos problemas incrustados em sua paisagem humana e geográfica somente tenderão a agravar-se perigosamente. O que eles negaram, entretanto, é que esteja sendo formulada uma frente, dissidência ou grupismo de qualquer tipo, num comportamento que literalmente neutralizou a força do Encontro de Natal, já que, assim, reingressaram à eterna posição de petionários, anulando expectativas de incursões mais arrojadas no território do poder de Brasília.

UM SIMPLES NITRIDO — Ao Encontro de Natal, promovido pelo governador eleito, Agripino Maia, estiveram presentes Divaldo Suruagy (AL), Roberto Magalhães (PE), Hugo Napoleão (PI), Luiz Gonzaga (CE) e Wilson Braga (PB), que chegaram a Natal já não muito imbuídos do espírito que norteou reunião semelhante realizada em Fortaleza, quando até surgiu a proposição de que todos deveriam abrigar-se sob o pálio da exigência de que o futuro presidente da República seja um nordestino. A idéia, que repousava na observação de que é muito grave e urgente a situação regional, exigindo soluções rápidas, abrangentes e prioritárias, tinha entretanto um cunho político muito bem expresso nos alicerces do edifício que os governadores queriam construir: a Presidência da República seria a retribuição pela vitória do PDS na Região, que garantiu ao Partido do Governo sua maioria no Congresso e uma total coesão político-administrativa em termos nordestinos. “Se não fôssemos nós, Brasília teria amargado um duro revés nacional”, parecia ser a mensagem dos pedessistas eleitos aqui.

Mas o preço político pareceu alto demais aos insondáveis, distantes gabinetes das terras centrais e um sim-



Pouco se incomodando com a crise e a movimentação dos governadores, a seca vai entrando no seu quinto ano consecutivo. Nada, nem chuva artificial, nem as promessas dos sertanejos, nem a torcida para que os sinais da natureza fossem mais positivos do que as previsões dos técnicos do CTA, funcionou. Quase no mesmo instante em que os governadores estavam reunidos no auditório do SESI/SENAI, vários agricultores, procedentes de João Câmara, perambulavam pelas ruas de Natal, pedindo esmolas. Ironicamente, enquanto eles, em grupos de seis e sete, esmolavam em Natal, as emissoras de rádio e os jornais noticiavam sobre alguma chuva caída no Piauí e Ceará. O problema é que a seca nordestina é realmente repleta de caprichos e ironias. Quatro dias depois que a TV Globo levou ao ar um dramático documentário sobre a seca na Região, colhendo depoimentos de agricultores famintos — e de criadores no Agreste potiguar que estão tendo

A seca vai prosseguir apesar da nova crise

o seu gado dizimado pela falta d'água —, a mesma emissora de TV espanta os seus telespectadores com risonhas imagens de agricultores no interior de Pernambuco plantando e dizendo que a chuva “chegou, graças a Deus”.

ples nitrido de descontentamento com a afoiteza serviu para dissolver as pretensões dos nordestinos. Para acalmar a situação, evitando problemas futuros e ainda não totalmente previsíveis, os governadores optaram por um comportamento político mais

Certamente essas duas imagens contraditórias devem ter confundido os homens de Brasília. São essas contradições que dificultam a compreensão do que se passa realmente na Região. Nessas circunstâncias, os programas de ajuda são mais difíceis de ser liberados ou resolvidos, porque fica sempre a dúvida: afinal, o que está havendo mesmo no Nordeste?

Nem mesmo os nordestinos sabem com precisão o que está ocorrendo na sua Região de uns anos para cá. Até o fantástico rio São Francisco, o lendário Chico, tem andado indeciso, uma ora querendo secar, noutra aumentando repentinamente seu volume de água.

De qualquer modo, o tempo continua desafiando todas as previsões. Menos, infelizmente para a Região, as dos técnicos do CTA, que perceberam ser praticamente implacável o ciclo de 11 anos para que as grandes secas voltem a se apresentar. Como está acontecendo agora.

adequado aos padrões de Brasília, garantindo que, mesmo sendo uma questão política, o semi-árido não estava funcionando como a alavanca que mobilizaria forças governamentais em pressão sobre o Presidente Figueiredo ou seu Ministério, especialmente o da área econômica.

O Encontro de Natal, mesmo assim, advertiu para a necessidade de ativação de programas sérios e profundos, visando alterar o quadro sócio-econômico nordestino, sob o risco de vir a Região a transformar-se num ambiente de situação insuportável. Foi lembrado, mais uma vez, que o Nordeste deveria pelo menos receber um tratamento idêntico ao que é dispensado ao Centro-Sul, cuja prosperidade foi alardeada, ao mesmo tempo em que deplorava-se o crescimento da pobreza e do empobrecimento da Região, nunca esquecida nos períodos eleitorais, eternamente esquecida em qualquer tipo de prioridade, ou, o que é pior: jamais isenta de receber os pesados ônus da política econômico-financeira do Governo Central.

DESAPARECIDA E MORTA — No geral, pode-se concluir que os governadores nordestinos buscam vislumbrar alguma luz, mesmo que trêmula e de pouca claridade, mas que venha a iluminar promessa de melhores tempos à sofrida, sucumbente Região. É como teorizou Wilson Braga, eleito pela Paraíba, que enunciou: “Espero que comecemos a formar uma consciência nacional de que tem que ser resolvido o problema do Nordeste. Trata-se de um problema nacional e não pode continuar com medidas paliativas”. Na segunda parte de suas declarações, de cunho político, foi escorregadio: “Quanto a essa questão de formar frentes, de indicar candidatos do Nordeste à Presidência da República, a minha impressão pessoal é de que nada disso adianta. O que adianta é a formação de uma consciência nacional”.

Trilhando a mesma senda, comedido, quase lacônico, conclamou o eleito por Pernambuco, Roberto Magalhães: “Acho que temos que nos unir. Temos que trabalhar juntos pelos interesses do Nordeste, e sobretudo mobilizar a opinião pública nacional em favor do Nordeste, para que o Nordeste seja uma prioridade nacional. A partir daí, havendo decisão política, tudo o mais virá”. Divaldo Suruagy, o representante alagoano, político experiente, parlamentar



Governador de Pernambuco: mobilizando liderança

acostumado aos caminhos e atalhos dos discursos e das declarações à imprensa, arremessou: “Na verdade, nem existe preocupação nossa de formar blocos ou frentes visando influenciar decisivamente o processo

OS NOVE PONTOS DO

Na Carta de Natal, o documento tirado ao Encontro de Governadores Nordestinos, seus signatários demonstraram claramente preocupação com a questão do semi-árido, anexando entretanto o problema meramente administrativo à questão política, como forma de propor-se equacionamento aos seculares problemas regionais. À imprensa foi apenas divulgada uma parte da Carta, que será entregue ao Presidente Figueiredo pelo Governador eleito do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia. De fato, somente nove itens foram tornados públicos, mas sua densidade, que certamente sintetiza o quadro expresso a Brasília, dá bem conta de como é grave o problema do povo nordestino, chegando ao ponto de mobilizar expoentes do PDS na busca de soluções propostas de modo coletivo, uma atitude, convenha-se, inédita.

No seu terceiro parágrafo, por exemplo, a Carta adverte Figueiredo para um fato que até então vinha sendo relegado a plano inferior: o de que a seca, como fenômeno natural, tem de ser encarada como circunstância independente da vontade humana, fazendo então a ressalva: a ação política pode “gerar resistência” ao habitante do Nordeste, o que se inclui, até mesmo ao mais vesgo observador,

no âmbito das decisões humanas e perfeitamente viáveis enquanto tal.

A Carta exorta Figueiredo a sensibilizar-se com o questionamento político-econômico da Região, lembrando-o de que a Região tem representatividade nos campos “político e cultural, na própria viabilidade da Região”, como componente da realidade nacional. O grande defeito da Carta, no que parece, é não afirmar ao Presidente a intenção dos governadores em manter-se unidos, reivindicando em bloco pela Região, circunstância que os remete à condição antiga e continuada de quem está com o pires na mão, ao invés da posição de quem exige com o respaldo do voto popular. O documento, cuja íntegra segue abaixo, tem a data de 18 de fevereiro de 1983, e segue assinado pelos governadores eleitos Divaldo Suruagy (AL), Luís Gonzaga da Mota (CE), Simão Pedro Casassanta (representando Tancredo Neves, de Minas Gerais), Wilson Braga (PB), Roberto Magalhães (PE), Hugo Napoleão (PI), José Agripino Maia (RN), e Antônio Carlos Valadares (SE).

CARTA DE NATAL

“Os governadores eleitos dos Estados do Nordeste, reunidos na



O Governador do Ceará: combatividade

sucessório da Presidência da República, como também não existiu, por parte do Partido, e muito menos da

Presidência, qualquer interferência na condução ou na orientação desse Encontro de Governadores. Nesse

Encontro, nossa intenção é pedir prioridades para as obras que são indispensáveis e fundamentais à con-

DOCUMENTO PRODUZIDO PELO PACTO

cidade de Natal, expressam a sua concordância em relação ao desenvolvimento do Nordeste com ênfase na questão do semi-árido, quanto aos seguintes pontos:

- 1. O quadro econômico brasileiro apresenta reconhecidamente duas grandes distorções: a má distribuição da renda nacional entre pessoas realçada pelo agudo contraste entre uma minoria afluenta e uma grande parcela da população mergulhada na pobreza absoluta. A má distribuição de renda entre regiões que revelam uma dualidade econômica comprometedora do conceito de desenvolvimento e do próprio equilíbrio social da nação;

- 2. Neste quadro, a região nordestina sob a avaliação de quaisquer indicadores apresenta evidentes sinais de subdesenvolvimento agravados por uma significativa porção territorial castigada ciclicamente pelo fenômeno da estiagem;

- 3. A seca muitas vezes é colocada de forma cômoda e simplista no plano da inevitabilidade dos fenômenos naturais. Todavia, é evidente que gerar resistência do homem nordestino a estiagem é solução que se põe no plano da von-

tade humana, isto é, no plano das decisões políticas;

- 4. Por consequência, a superação dos problemas estruturais da sociedade brasileira e em especial o problema do semi-árido do Nordeste é uma questão eminentemente política. Dentro desta perspectiva nunca é demais lembrar que não são em alguns casos os recursos financeiros que limitam as decisões políticas, mas sim as decisões políticas que geram recursos financeiros;

- 5. Sob esta ótica, convém afirmar que o Nordeste como real prioridade nacional encontra fundamento político, ético, social e econômico na harmonia social da nação brasileira, na representatividade do Nordeste no campo político cultural, na própria viabilidade da região para o conjunto da economia brasileira na redenção de promoção do homem nordestino;

- 6. O conhecimento técnico/científico atualmente disponível, bem como a experiência acumulada, seja ao nível dos órgãos federais, sejam ao nível dos governos estaduais, indicam a viabilidade de se promover a transformação social e econômica do Nordeste, especialmente de suas zonas semi-áridas;

- 7. O propósito dos governadores eleitos subscritores deste documento, é o reconhecimento de que o desenvolvimento do Nordeste é uma questão nacional e não meramente regional. E este reconhecimento enseja a formulação de programas de execução permanente compatíveis com as potencialidades da região, com o desafio do semi-árido, e consequentemente resgatada da pobreza e da angústia cerca de 16 milhões de nordestinos;

- 8. Com efeito, um programa dessa ordem envolve prioritariamente ações voltadas para o armazenamento e uso racional da água para adaptação dos cultivos agrícolas, das reais condições ecológicas da região e, por fim, a utilização do Finsocial como um dos suportes financeiros para assegurar a execução do mencionado programa;

- 9. Finalmente, é necessário reconhecer a oportunidade histórica das decisões políticas e viabilizadoras de desenvolvimento da região nordestina, de um lado pelo clima saudavelmente democrático levado a efeito pela visão de estadista do presidente João Figueiredo; de outro pelo encaminhamento pacífico das transformações estruturais do país, aspiração maior da sociedade brasileira”.

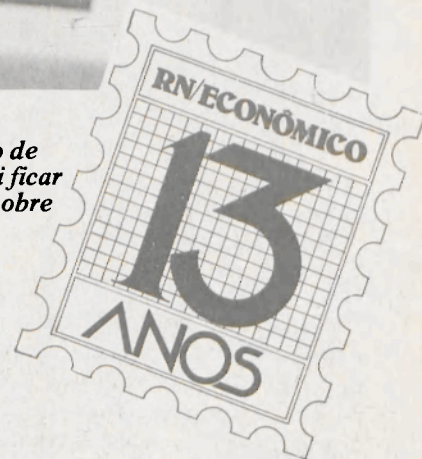
Você sabe quais as empresas que mais faturam no RN?



*Não sabe.
E não sabe, porque o meio
mais eficiente de saber é a
relação comparativa das
empresas que mais pagam
ICM no Estado.
Mais vai saber.*

*Em março,
RN/ECONÔMICO, como faz
tradicionalmente, vai
publicar a relação das 100
empresas que mais contribuem
com ICM no Estado, segundo
levantamento de qualificados*

*técnicos fazendários.
Não perca a edição de março de
RN/ECONÔMICO. Você vai ficar
sabendo muito mais coisas sobre
o Rio Grande do Norte.
RN/ECONÔMICO
cada vez mais informativa*



REVISTA MENSAL
RN/ECONÔMICO

Rua São Tomé, 421 — Tel.: 222-4722
CEP 59.000 — Natal-RN



Hugo Napoleão: liderança jovem

solidação do processo de desenvolvimento". E mais: "O que eu quero dizer é o seguinte: nós não estamos lutando, buscando nenhum tratamento diferenciado. Nós queremos um tratamento igual ao que está sendo dado ao Centro-Sul".

Também não faltaram notas escatológicas, como a propiciada pelo piauiense Hugo Napoleão que, utilizando-se de um discurso preciosista, cheio de arabescos verbais, lembrou a história de um pai que busca, sozinho, uma filha pequena, inutilmente. Afinal, em desespero, reúne a sua comunidade e todos, de mãos dadas, afinal logram encontrar a pequena desaparecida... morta. Na sua cruel parábola, queria exortar a que todos se unissem em favor do Nordeste, antes que este sucumba vítima de omissões e erros de toda espécie.

ENERGIA NUCLEAR — O anfitrião, Agripino Maia, em declarações, também recorreu a exemplo trágico, ao recordar o mitológico herói grego, Aquiles, morto com uma flechada no calcanhar, seu único ponto fraco, por um traidor inimigo. Indagado a respeito de quais os resultados práticos da reunião, admitiu: "Esta reunião tem um sentido político. Na hora em que se parte para discutir o calcanhar de Aquiles da Região, que é o semi-árido, onde residem todas as nossas dificuldades, na hora em que se passa a discutir isso, e que a posição dos governadores se manifesta de forma uníssona, e se pede para que o semi-árido tenha a sua equação posta à mesa, está-se traduzindo a manifestação dos governadores do Nordeste de querer que, através do processo político, o Nor-

deste passe a ser a grande prioridade nacional".

Mantendo as mesmas cautelas que os demais eleitos pela Região a 15 de novembro, Agripino negou qualquer forma de pressão sobre o Planalto, em favor do Nordeste, preferindo o termo "sugestões" a Brasília, visando aliviar a pressão suportada pelos Estados abrangidos pelo Polígono das Secas. E fixando metas, observou: "O Nordeste passará a ser viável na hora em que você legalizar a propriedade da terra, gerar água, conseguir crédito e irrigar as terras agricultáveis na região do semi-árido. Feito isso, com os investimentos que são necessários, o Nordeste estará viabilizado".

O Encontro de Natal, ao que parece, serviu para fixar os contornos iniciais de alguma futura arrancada dos governadores nordestinos, à cata de maior poder e representatividade junto a Brasília. Seja como for, está consolidando-se um grupo que, mesmo sem características de frente reivindicatória, deverá exercitar o seu peso político, adquirido à custa do voto de 15 de novembro de 82. Tanto é verdade, que já há até dissidentes desse grupo, como é o caso dos governadores da Bahia, João Durval, que ora pela cartilha do seu antecessor, Antônio Carlos Magalhães, e João Alves, de Sergipe. Os três, certamente, querem garantir cacife próprio, a fim de meter-se no jogo pesado da sucessão presidencial sem compromissos de maior amplitude. Afinal, no Encontro houve lugar para tudo. Até para o senador e ex-superintendente da Sudene, José Lins, falar em energia nuclear. □

PEÇAS PARA FIAT E VOLKS



CASA DO VOLKS

Problemas do seu carro deixam de existir, quando você faz uma boa opção, e, essa é a Casa do Volks. Dispondo de um excelente estoque de peças, tintas automotivas, acessórios, escapamento e volantes esportivos; capas para bancos e sistema de som completo. Todos com instalação grátis, além de um amplo estacionamento. Sem compromisso, faça-nos uma visita.



**Gurgel & Oliveira
Comércio e
Representações Ltda.**

Av. Prudente de Morais, 1804
Tel.: 223-2488

AS NOVAS LUZES DE PONTA NEGRA

Com a execução dos trabalhos de duplicação da estrada que liga Natal a Ponta Negra, foi necessário a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) modificar o sistema de iluminação ali existente, visando proporcionar maior segurança e visibilidade a quem trafega à noite.

A antiga iluminação, segundo informa Francisco de Assis Medeiros, presidente da Empresa, era composta de uma luminária de 125 Watts por poste. A nova iluminação, implantada no centro das duas pistas de rolamento da estrada Natal-Ponta Negra será constituída de duas luminárias a vapor de mercúrio de 400 Watts em cada poste, numa extensão de 3 quilômetros.

Além da instalação das 173 novas luminárias de 400 Watts ao longo daquele trecho, a COSERN teve que implantar mais 8 postes à linha elétrica já existente, a fim de ampliar e uniformizar a iluminação.

Afirma Francisco Medeiros que foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 22,4 milhões para adequar o sistema de iluminação a nova Estrada Natal-Ponta Negra.

POSTOS DE SERVIÇO — Devido o crescimento do número de consumidores em Natal, hoje atingindo a casa dos 100 mil, a COSERN já começa a sentir aperto nas dependências do Escritório Central para o atendimento adequado a todos que para lá acorrem.

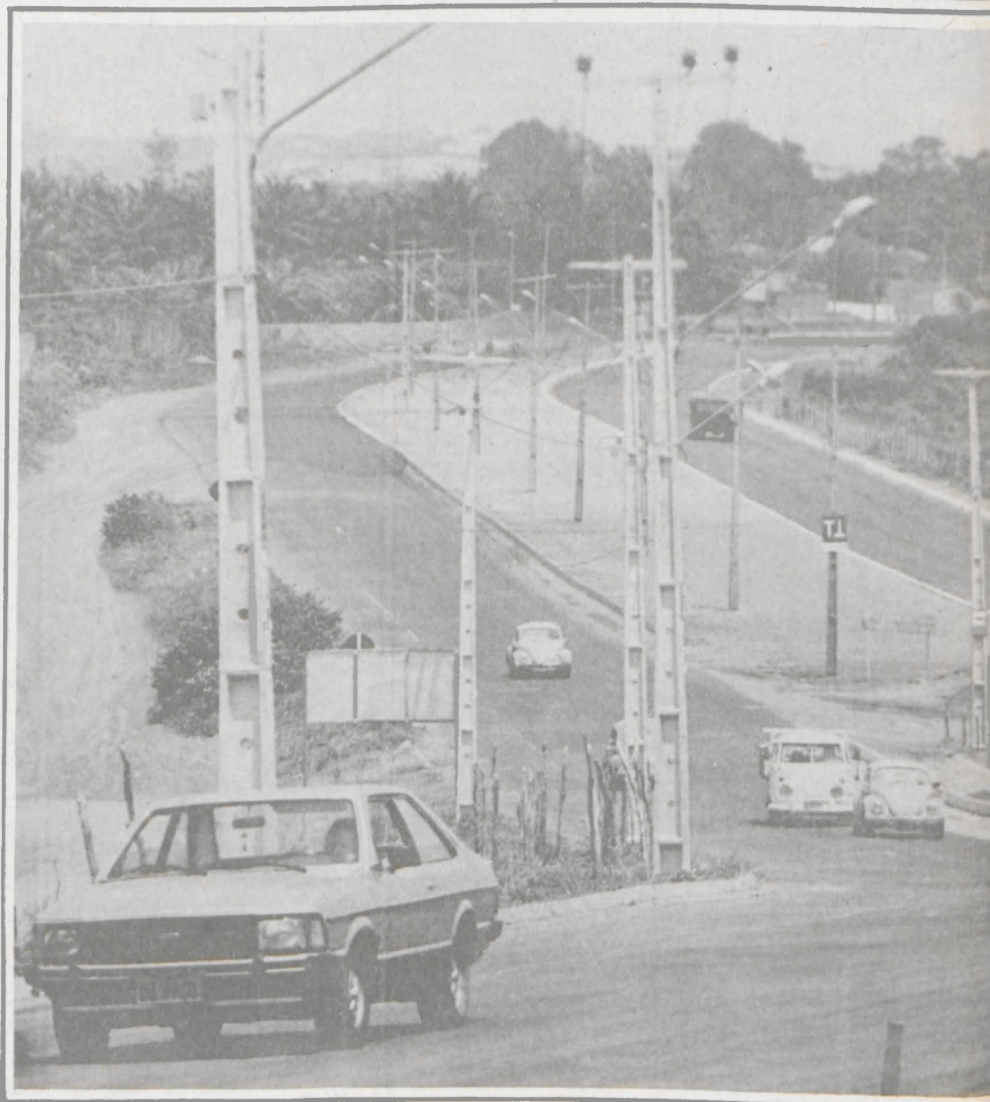
A solução encontrada pela Empresa, conforme seu presidente, Francisco Medeiros, foi descentralizar os serviços prestados aos usuários no Escritório Central, instalando postos de atendimento ao público em diversos bairros.

O primeiro posto de serviço da COSERN será instalado no bairro de Igapó, próximo à Agência do BRADESCO, para atendimento aos moradores do bairro e conjuntos residenciais do outro lado do rio Potengi.

O outro posto, que deverá funcionar brevemente, será localizado no centro do Alecrim e atenderá aos consumidores daquele bairro e bairros adjacentes.

Adianta Francisco Medeiros que outros postos de serviço deverão ser instalados à medida que o número de consumidores aumente.

Para melhorar o atendimento aos usuários da zona sul da cida-



de, a COSERN pretende instalar também um posto de serviço naquela artéria.

Garante Francisco Medeiros que os postos da COSERN serão dotados de todos os mecanismos necessários a um bom atendimento ao consumidor, inclusive com instalação de terminal de computador.

MELHORA NO ATENDIMEN-

TO: OESTE — Um novo Departamento da COSERN vai ser instalado em Mossoró. E antiga Divisão Regional do Oeste (DVRO) que está sendo elevada à categoria de Departamento, é o que informa o presidente da Empresa.

A partir deste mês, a antiga Divisão Regional do Oeste (DVRO) sediada em Mossoró, será elevada ao nível de Departamento. A medida visa melhorar o atendimento aos usuários da COSERN, em Mossoró, uma vez que um Depar-

tamento tem autonomia para resolver quaisquer casos, exceto quando for da competência da Diretoria da Empresa, o que não ocorria com a DVRO, por ser subordinada a um Departamento de Natal. Ficando ligado diretamente à Diretoria de Operações da COSERN, o Departamento de Mossoró não mais atenderá aos demais Municípios da Região Oeste. Sua área de atuação será uni-



camente a Capital do Oeste e atenderá casos como recebimento de contas, ligações e desligamentos e reclamações de consumidores, bem como elaboração e execução de projetos.

Por sua vez, o Escritório de Pau dos Ferros passará a Escritório Regional, devendo atender aos demais Municípios da Zona Oeste.

A fim de que os Escritórios do Interior possam prestar serviços à altura, Francisco Medeiros disse que serão implantados terminais de computador em Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó e Currais Novos.

GALINHOS RECEBE ENERGIA — Depois de muito tempo iluminada por um gazeificador, devido a linha elétrica construída pela COSERN ter sido destruída pelos ventos e areia, a cidade de Galinhos, distante 714 quilômetros de Natal, desde novembro passado vem recebendo energia de "Paulo Afonso", através da nova linha de transmissão já em operação.

Segundo informação de Francisco de Assis Medeiros, Galinhos foi eletrificada a primeira vez no Governo de Cortez Pereira, mas em pouco tempo a linha de transmissão construída pela COSERN ficou sem condições de operação, devido grande parte dos postes ter sido soterrada.

A solução imediata para manter a cidade com energia foi instalar um gerador eólico (movido a vento), cuja experiência durou pouco. Outra alternativa foi criada com a instalação de um gazeificador (movido a carvão vegetal), que funcionou até o último mês de novembro, quando entrou em operação a nova linha de transmissão de Galinhos.

Com 55 consumidores, dentre eles alguns frigoríficos e salinas, destaca-se a Salina "AMARRA NEGRA", uma das maiores do Estado.

Antes da implantação do sistema elétrico, a "AMARRA NEGRA" funcionava com um gerador a óleo diesel. Agora, o município de Galinhos está sendo atendido com energia elétrica de boa qualidade, graças a aplicação de Cr\$ 35 milhões na implantação de 146 postes numa extensão de 17 quilômetros, concluiu Francisco Medeiros.



Indústria regional: só turismo?

CONJUNTURA

Empresariado quer ajudar na busca de possíveis soluções

O empresariado industrial do Rio Grande do Norte apresentou ao governador eleito, Agripino Maia, um documento em que é feita uma ampla e profunda análise a respeito da economia nordestina e norte-riograndense em particular, apontando causas e conseqüências das dificuldades enfrentadas pela Região, enfatizando também a importância da participação empresarial no encaminhamento das soluções que venham a atender aos anseios sociais.

Diz o documento em sua abertura: "A classe empresarial está consciente de que deverá contribuir da melhor forma possível para a formulação e concretização de políticas destinadas ao fortalecimento da economia estadual e à melhoria dos padrões de vida gerais da população". Assinado pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra, o documento assinala em seguida que tal convicção

tem encaminhado a categoria no sentido de "assumir posições e atitudes que expressem basicamente a disposição de vencer a inércia e o conformismo", a fim de que sejam alcançados objetivos sociais amplos.



A conseqüência do subdesenvolvimento regional: miséria

ÓTICA NORDESTINA — A proposta da Fiern lembra, a partir de um enfoque denominado "A ótica nordestina", que a abordagem da problemática regional deve ser feita a partir da observação de que há 90 anos o Governo Federal realizava intervenções visando a viabilidade econômica do semi-árido, mas com uma política que se caracterizava "pelo seu caráter assistencial, emergencial e hidráulico", até que na década de 50, com a criação da Sudene e Banco Nacional da Habitação — BNH, foi proposta uma ação visando o desenvolvimento global da Região.

O documento fixa também que, nos anos 60, o Nordeste concentrou grande parcela de poder decisório quanto às suas propostas desenvolvimentistas, mas hoje, com a política centralizadora do poder de Brasília, a Região encontra-se despojada de uma mais expressiva participação a respeito de medidas e ações sócio-econômicas que venham a alterar o quadro existente de depauperação da economia. A Fiern defende então que "certos sacrifícios, impostos nacionalmente, são inexigíveis em nossa Região pois se, para outros, as restrições significam redução no ritmo de crescimento, para nós significam agravamento dos índices de pobreza", ressaltando afinal:

"E, em nome dos próprios interesses nacionais, é inconcebível aceitar que esses índices sofram novos agravamentos. Já somos, como Região, suficientemente pobres para nos recusarmos a um estágio de maior pobreza". A colocação é feita com um extenso grifo por parte do empresário Fernando Bezerra, como forma de enfatizar sobejamente a defesa do ponto-de-vista.



Em obras que estimulem a agricultura, a esperança do Nordeste

POR CONTA PRÓPRIA — A seguir, é vista a necessidade da Região “pensar por conta própria”, fazendo crítica e autocrítica de posições assumidas, a fim de que seja possível a construção de “uma estratégia de realização de nossas perspectivas e aspirações”. Isso porque, lembra o documento, o Nordeste é diferenciado do restante da realidade nacional, constituindo-se num “sistema com história, cultura, formas de ser e de conviver inteiramente definidas e não um mero vazio demográfico, a ser colonizado”.

O documento critica a forma como foi feita a industrialização nordestina, especialmente em termos de Rio Grande do Norte onde “este modelo industrial não trouxe resultados substancialmente positivos”, especialmente pelo fato de que, via de regra, a industrialização passou a canalizar mão-de-obra do interior para as capitais, numa proposição que apenas distanciou-se do semi-árido e seus desafios, sem promover adequadamente a implementação industrial.

Citando números, diz o documento que “de 1962 a 1980 foram aprovados globalmente pela Sudene apenas 25 mil empregos, o que representa menos de mil empregos por ano”.

A análise firmada por Fernando Bezerra adverte também para questões que bem indicam as distorções do modelo nordestino de desenvolvimento:

— O setor industrial, no período de 69/70, participou mais ativamente do produto interno bruto regional, de 22 para 30 por cento;

— O setor agrícola teve sua participação, durante o mesmo período, decrescida de 15 para 12 por cento;

— A participação nordestina na renda nacional caiu, não alcançando sequer a metade da renda média do brasileiro;

— O Nordeste, com 30 por cento da população do País, detém 50 por cento dos analfabetos;

— A vida média do nordestino é dez anos inferior à vida média do brasileiro;

— Oitenta e oito por cento dos trabalhadores nordestinos remunerados percebem até dois salários mínimos;

— Em 1940, cinco por cento das pessoas nascidas no Nordeste estavam fora da Região. Em 1970, esse número elevava-se para 13 por cento.

INTERESSA AO BRASIL — Aprofundando a análise, diz ainda o documento que, ao lado de tais indicadores (“que denunciam um grave estado de pobreza a nível individual”), deve-se considerar que o Nordeste produz um quinto do petróleo que o Brasil consome, absorvendo apenas um oitavo; dos 36 por cento dos insumos das indústrias nordestinas, apenas 12 por cento são comprados ao exterior; e, o volume de exportações do Nordeste, em 78, apresentou superavit, em relação às compras ao mesmo mercado, de 820 milhões de dólares.

A partir de tais colocações, defende a Fiern que há um real crescimento da economia nordestina, podendo-se concluir que a Região não agravou



Empregos poucos gerados pela Sudene



Analfabetismo gera o subemprego

o balanço de pagamentos, e, num tom acusatório: "Portanto, o Nordeste nada tem com as causas da inflação, que é fenômeno de rico. A pobreza não constitui fator inflacionário e, por isso, o Nordeste não pode ser responsabilizado pela inflação".

A visão empresarial da Fiern denuncia também a existência de um

tratamento diferenciado em favor do Centro-Sul, prejudicando o Nordeste, para afinal fazer uma séria advertência: "Por tudo o que vimos, mantidas as regras do jogo, não há saídas para os impasses da sociedade nordestina".

Diz ainda o documento ser necessária a descentralização política e

econômica do País, a fim de que seja possibilitado um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste, "baseado num pacto que comprometa toda a sociedade brasileira. É necessário voltar a admitir que o Nordeste interessa ao Brasil".

Segundo defende Fernando Bezerra em sua análise, torna-se importan-

OS PROBLEMAS MAI

Nesses passos já bem encaminhados da abertura política, não se pode ainda vislumbrar, nas discussões dos atuais Partidos, nem no ideário dos seus partícipes, uma preocupação básica com os mais graves problemas econômicos e sociais que o País enfrenta. Não é que, além da anistia e reforma política, não se fale da inflação, de endividamento, do poder aquisitivo dos assalariados, de miséria absoluta ou relativa. Mas é clara a ausência da busca de um posicionamento ideológico quanto aos destinos do País, confrontado com difíceis problemas de conjuntura e graves deficiências de estrutura. Talvez esse desinteresse em definir linhas filosóficas venha da astúcia tradicional de nossos Partidos políticos em evitar compromissos ideológicos ou posições programáticas, num contexto ainda pouco esclarecido. É preciso, entretanto, que nossos agrupamentos políticos se ponham em dia com a magnitude desse desafio e com a premência de definições claras sobre os rumos e as opções do País. Jamais se viu tanta coragem na imprudência, tamanha ousadia na desfaçatez dos propósitos a serem perseguidos e tão inexcusável audácia no desrespeito aos valores mais altos de nossa cultura. Não se deve esperar o palavreado inconsequente e vazio do elogio, mas, a falácia clara, sem rebuscos, sem adjetivos, sem rodeios, enfim o trabalho com espírito de humildade, sem desvios nem hesitações, a serviço somente dos deveres do cargo público.

Não é outra a tendência que se verifica pelo mundo afora. Os Partidos políticos nas grandes democracias ocidentais estão fazendo da ideologia econômica sem carro-chefe na competição eleitoral. Já

não se discutem mais vagos enunciados políticos, e sim desafios concretos que exigem posições definidas. As ideologias, que sempre procuram informar e orientar os movimentos de massa, passaram a ter conotações de extrema concretude, motivando-se nos problemas atuais de cada sociedade. Na França, as Esquerdas pregam a estatização não mais como um instrumento de luta de classes e sim como um meio de reestruturação da indústria para enfrentar os desafios econômicos e sociais, por achar que a crise vem da ineficiência do processo de orientação dos capitais para o investimento necessário, o que conduz à utilização da inflação, do endividamento e das dispensas de empregados como modos de financiar o investimento. Para elas, as estatizações não significam sanções ao sistema de produção, mas a promoção dos mecanismos essenciais à mudança do modelo de crescimento, não se falando mais sobre a eliminação da apropriação da mais-valia pela burguesia, a acumulação, a exploração capitalista. Procura-se justificar políticas que assegurem os meios de financiar o programa social e de alterar o modo de gestão da economia industrial. Na Inglaterra, a Esquerda trabalhista que se manteve no poder nos últimos anos, abandonam os postulados ideológicos que até então se mantiam ortodoxos e executou um programa que se justificava numa estrutura industrial: a de regenerar a indústria britânica asfixiada pelo subinvestimento e pela baixa produtividade que seria produto da gestão privada.

Nos dois países, as forças da Direita combateram vivamente os programas estatizantes sem apelar mais para os argumentos de

que representavam espoliação de acionistas ou atentado do direito de propriedade. Procuram sempre justificativa de ordem econômica, alegando que as estatizações conduzem à ineficiência e ao desperdício e apontando os riscos da desorganização da indústria, com seu contejo de males, tais como a inflação, o desemprego, a desvalorização da moeda.

O importante a assinalar é que, nesses países plenamente democráticos, os Partidos centralizem o debate político nos grandes problemas econômicos e sociais, atentos para as profundas mutações que o mundo sofreu a partir de 1971 e empenhados em apresentar as melhores respostas a tais desafios. Isso não significa que cada Partido se apresente monolítico, expressando posições dogmáticas sobre esses problemas. No caso da França, algumas correntes mostram, de um lado, uma facção gaulista francamente nacionalista e protecionista, alegando que, para permanecer dona de seu destino político, a França não deve deixar desorganizar-se sua indústria pela concorrência estrangeira, enquanto outras correntes contrárias vêem na abertura para o exterior a salvação do país e condenam o desperdício em projetos tecnológicos de aventuras industriais. Também na Espanha, se uma parcela acredita que o socialismo só é viável com o isolamento do país das trocas mundiais, algumas facções defendem uma indústria integrada com o comércio internacional como base indispensável à saúde econômica do País. De qualquer forma, as lideranças políticas se concentram na resposta aos problemas imediatos e na justificação das melhores estratégias e opções que assegurem o emprego e fortaleçam o

te que o Governo Estadual, a nível das instituições financeiro-administrativas de que dispõe, mobilize recursos e ações voltadas para o incentivo à indústria, inclusive a indústria de mineração, como forma de forçar-se uma urgente modificação no quadro de dificuldades econômico-social suportado pelo produtor norte-rio-

grandense. É defendido de maneira especial o médio empresariado do setor, lembrando-se que essa área de atividade emprega boa parte da mão-de-obra, o documento ressalta a necessidade de amparo a esse dado da economia do Estado.

Afinal, fica expressa a expectativa de que as propostas e ponderações

serão submetidas às apreciações técnicas, "examinando-as sob o ângulo dos interesses do nosso Estado", e mais: "Reiteramos nossa convicção de que a posição dos empresários industriais, no tocante à política de desenvolvimento, reflete anseios e aspirações de toda a sociedade nordestino-grandense". □

DRES DA ECONOMIA

desenvolvimento industrial em um mundo conturbado.

Na conjuntura brasileira, em que os desafios de natureza econômica e social são bem maiores, é mais do que chegada a hora de os Partidos políticos abandonarem a plumagem das ideologias ultrapassadas e das fórmulas já gastas e introduzirem no discurso político a temática viva dos desafios do momento, com respostas que convençam e estratégias que se recomendem. No momento em que os novos mandatários estaduais se firmam na condução dos destinos nacionais, é imprescindível que tomem posições definidas quanto às opções da sociedade brasileira, que não se omitam diante das dúvidas e problemas.

Se o debate político não pode mais fugir ao emaranhado dessas dúvidas e desses problemas, compete aos Partidos oferecer à Nação um ideário coerente que pretenda induzir à escolha das melhores estratégias e das políticas adequadas. Não é difícil identificar as principais indagações da sociedade.

Em primeiro lugar, se coloca a questão da prioridade do desenvolvimento acelerado, reclamado pela necessidade premente de assegurar mais rápida criação de empregos, ao que se contrapõe a dúvida quanto a um desaquecimento da economia, para correção do surto inflacionário e da debilidade do Balanço de Pagamentos. A seguir, o balanço do pacto social vigente, para que se tenha a justa medida do que vem cabendo a cada segmento da sociedade, como encargo e como benefício, na busca contínua de um equilíbrio e

da justiça social. O período bem diferenciado de dezoito anos que acabamos de viver bem se presta ao reexame desse pacto e das eventuais pretensões de camadas que se reclamem melhor participação.

A opção filosófica por um sistema de mercado, com base na livre iniciativa, num modelo liberal que amplia as oportunidades colocadas ao alcance do povo; a eleição de uma abertura para a economia mundial que enseje maior produtividade e competitividade ao aparelho produtivo, devem ser medidas à luz das vantagens sobre as políticas alternativas, da mesma forma que os méritos do modelo econômico prevaLENTE devem ser julgados pela coerência de seus princípios e políticas e não por eventuais desvios ou incompetência de execução.

Também a eficácia da estratégia para atingir o objetivo fundamental de atenuar os grandes desequilíbrios de renda, tanto pessoal quanto regional, reclama avaliação convincente, que identifique as falhas instrumentais e as correções que se impõem.

Por sua vez, o fenômeno estatizante precisa ser bem interpretado, para evitar correções inadequadas; a proliferação dispensável de empresas estatais, os desperdícios e abusos do custeio governamental, a realização apressada de projetos que superem nossos recursos não significam que se corte o volume de investimentos básicos.

Acima de tudo, é necessário que se analisem as políticas instrumentais que o Governo utiliza. Es-

tará correta a política que visa equilibrar o Balanço de Pagamentos, com a contenção das importações? Responde a política energética com a devida rapidez e eficiência à dramática conjuntura no setor? Tem sido a política salarial capaz de manter o poder aquisitivo da classe trabalhadora? Ou a modificação forçada dessa política sem a montagem de uma disciplina salarial alternativa terá repercussões negativas na saúde da economia? Será válida, em todos os seus aspectos, a política anti-inflacionária? Na correta identificação das causas da inflação? Na dosagem das medidas, marcando a linha entre desaquecimento e recessão? Na difícil manipulação da política monetária, quanto ao volume, ritmo e custo do crédito? No diagnóstico sobre as reações setoriais da economia ao tratamento imposto?

Ainda mais premente no debate político e na programação partidária é a questão da empresa nacional e de seus problemas urgentes. Núcleo básico da economia, no sistema que escolhemos, importa discutir os remédios para a sua descapitalização crônica, as formas de lhe assegurar poder de competição e expansão, novos instrumentos para a sua capitalização e liberação da escravidão financeira.

A Nação espera dos políticos o debate objetivo desses problemas e, dos Partidos, um corpo coerente de respostas.

**JOSÉ RONALDO VILAR
DE QUEIROZ**

"O economista José Ronaldo Vilar de Queiroz pertence aos quadros do BDRN — Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A e é professor de "MICROECONOMIA" da UNIPEC — Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis".



Pequeno produtor incrementa produção de alimentos

EMATER/RN AMENIZA OS EFEITOS DA SECA

Irrigação de áreas ainda não agricultáveis; exploração de fontes energéticas de baixo custo; aperfeiçoamento da Extensão Rural; conscientização do agricultor; aproveitamento das reservas d'água e estímulo a produção de alimentos básicos, são algumas das atividades desenvolvidas pela EMATER do Rio Grande do Norte ao longo de sua atuação aqui no Estado.

Vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado e associada a EMBRATER — Empresa Brasileira de Tecnologia e Extensão Rural, a EMATER triplicou seus esforços para amenizar as sequelas que a seca deixou em nosso Estado, dando prioridade acima de tudo ao pequeno produtor rural, parcela castigada com mais ênfase pela estiagem.

Hoje, o pequeno agricultor dispõe de um manancial de Programas dos Governos Federal e Estadual que não visa só o crescimento agrícola mas principalmente o de-

envolvimento rural, começando com a orientação técnica adequada indo até o armazenamento e comercialização da produção, passando pelo processo sócio-educativo-cultural. Para se ter uma idéia da seriedade desses Programas, só em 1982 a EMATER prestou assistência técnica à 20 mil 486 pequenos produtores e 3 mil 637 médios e grandes produtores norte-riograndenses.

ÁREA DE ATUAÇÃO — São 145 municípios divididos em 8 regiões administrativas (Natal, Santa Cruz, Angicos, Currais Novos, Caicó, Umarizal, Mossoró e Pau dos Ferros) que a EMATER cobre com Programas tipo POLONORDESTE, SERTANEJO, PROVÁRZEAS, PROCANOR, Baixa, Média e Alta Renda; Mobilização Energética e Semi-Árido. Para isso ela desenvolve diversas atividades que vão desde a organização dos produtores, capacitação de mão-de-obra, apoio ao cooperativismo,

orientação ao Crédito Rural, estímulo à formação de grupos de jovens rurais, valorização dos líderes de comunidades e instalação de Unidades Demonstrativas.

E os resultados demonstram que os esforços do Governo Lavoisier Maia não são em vão. No ano passado a EMATER assistiu tecnicamente 5 mil 551 hectares irrigados com culturas de feijão, milho, arroz, hortaliças, fruteiras, cana-de-açúcar, sorgo, algodão e gramíneas forrageiras.

MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA — O Programa de Mobilização Energética foi ativado desde 81 e visa oferecer aos pequenos produtores rurais energia de baixo custo, capaz de substituir o combustível derivado do petróleo. Entre as fontes alternativas desenvolvidas aqui no Rio Grande do Norte pela EMATER estão o biogás e a tração animal.

Depois de implantado o Programa já foram instalados 160 biodigestores e 3 mil 832 produtores já foram assistidos com tração animal. A área beneficiada com o Programa de Mobilização Energética é de 42 mil 483 hectares. O biodigestor possibilita o fortalecimen-



Biodigestor: modelo indiano

to da economia doméstica, substituindo a lenha, o carvão, querosene e o gás liquefeito de petróleo pelo biogás. Além disto produz biofertilizante, despoluído e rico em minerais para utilização nas culturas. Outro fator importante do Programa de Mobilização Energética é a participação dos próprios membros da comunidade na sua confecção. Mas para que essa mão-de-obra disponível seja aproveitada nesse tipo de trabalho é necessário o mínimo de treinamento. Para isto existe o Programa de Capacitação de Mão-de-Obra Rural, treinando só no ano passado cerca de 677 pessoas entre produtores, jovens, professores, e mães de família.

APOIO AO COOPERATIVISMO
— Como o Cooperativismo visa a organização e o fortalecimento dos pequenos produtores através de uma estrutura sólida, permitindo a introdução de tecnologia no campo, possibilitando um desenvolvimento mais acelerado do processo produtivo, a Empresa de Tecnologia e Extensão Rural, administrada pelo engenheiro agrônomo Gilzenor Sátiro de Souza, desde outubro de 1980, vem também



Gilzenor Sátiro: apoio

apoiando este setor da política agrícola do Governo, assistindo 25 mil 523 sócios de 27 cooperativas do Rio Grande do Norte.

DIRETRIZES E METAS DA EMATER PARA 83 — Entre as diretrizes da Empresa para este ano a prioridade fica para o pequeno e médio produtor rural, além do incremento à produção de alimentos, com ênfase para as culturas de milho, feijão, sorgo e carnes de pequenos animais. Estão incluídas também a defesa do meio-ambiente, a conservação dos solos e a organização dos agricultores.

Os objetivos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

do RN são transferir tecnologia adequada ao semi-árido, aproveitando os recursos hídricos a fim de estimular a produção de alimentos e matéria-prima. As metas programadas para este ano são atender 29 mil 942 produtores, entre pequenos, médios e grandes; ampliar a área de atuação das cooperativas até os sindicatos; dar assistência técnica à 140 mil hectares cultivados com algodão arbóreo e elevar a área irrigada para 2 milhões e 200 mil hectares.

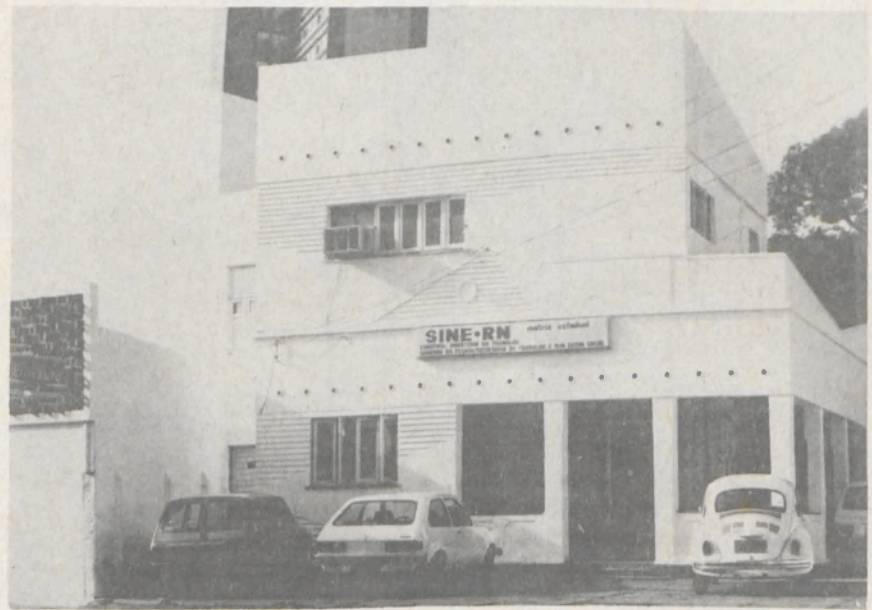
Na parte de criação está previsto o atendimento a 233 mil cabeças de gado; 66 mil de caprinos; 57 mil de ovinos; 2 milhões de cabeças de suínos e 2 mil 712 aves. Há também uma atenção especial para a apicultura, a fenação e a silagem dos produtos. Mas para que essas metas sejam atingidas se faz necessário a infra-estrutura, ou seja, água e energia. Pensando nesse aspecto a EMATER atuará este ano juntamente com outros órgãos do setor agrícola do Estado na construção de açudes, barreiros, poços e cisternas, onde serão armazenados a água e implantará mais 4 mil biodigestores, a fim de garantir energia mais barata para os pequenos produtores rurais.

SINE ENCAMINHA MÃO-DE-OBRA

Detentor de um cadastro com os nomes de mais de cinco mil empresas potiguares e com uma disponibilidade de mão-de-obra incrível, nas mais diversas especialidades — ultrapassa trinta mil nomes —, tendo como objetivo executar as medidas necessárias à organização e desenvolvimento do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, com estas palavras define-se o SINE — Sistema Nacional de Emprego, criado pelo Governo do Estado, por Decreto, através da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, em novembro de 1977. No quadriênio 79/82, que correspondeu ao período administrativo Lavoisier Maia, o SINE encaminhou para trabalhar, precisamente, 33.381 pessoas, dentre elas profissionais de bons currículos à chamada mão-de-obra não especializada.

O SINE é constituído de uma Matriz Estadual, que responde pela Coordenação do Programa no Rio Grande do Norte e dois Núcleos Micro-Regionais, em Natal e Mossoró (principais centros polarizadores do Estado), que, por sua vez, coordenam a ação dos Postos de Atendimento locais. Diariamente agentes de colocação visitam nossas empresas com o objetivo de catalogar as vagas existentes para, conseqüentemente, encaminhar ao trabalho aquelas pessoas devidamente cadastradas — com dados pessoais e profissionais —, de acordo com suas especializações. Médicos, Engenheiros, Técnicos, empregadas domésticas e até mesmo o trabalhador braçal são pessoas que fazem parte da mão-de-obra disponível pelo SINE que, graças à eficiente ação do Sistema, um dia conseguem um local para trabalhar.

INTEGRADO COM EMPRESAS — “O SINE trabalha integrado com as empresas do Rio Grande do Norte. Diariamente, nossos agentes de colocação, em visitas às firmas, ou por contatos telefônicos, buscam as vagas existentes e as encaminham ao Setor de Captação. Daí surge o emprego, encaminhando-se à referida empresa a mão-de-obra por ela solicitada. Em outras oportunidades são os próprios empresários que discam os telefones 222-3442 e 222-1006 pedindo uma pessoa dessa ou daquela especialidade profissional



para preencher o quadro funcional de sua firma”. Quem detalhou desta forma foi a Diretora do SINE, Maria Eusa Cardoso, que ao longo desses anos vem conduzindo com absoluto êxito os destinos daquela Unidade Estadual de Emprego.

Orientar ao trabalhador quanto à escolha do seu emprego; organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho; prestar informações às instituições absorvedoras de mão-de-obra; incentivar a criação e organização das unidades de produção, dando-lhes condições de aumento de renda e conseqüente melhoria de vida; desenvolver o treinamento de mão-de-obra e, sobretudo, manter em funcionamento serviços de intermediação, encaminhando candidatos de acordo com as necessidades da oferta de trabalho, são objetivos específicos do SINE. Para se ter uma idéia, nesses últimos quatro anos, todos os Postos do SINE no Estado receberam 7.013,22 pessoas. Destas, muitas vieram pedir apenas informações, trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito se inscreveram, trinta e três mil trezentos e oitenta e uma foram aproveitadas no mercado de trabalho, enquanto cinco mil e treze foram encaminhadas para treinamento.

BONS CURRÍCULOS — Currículos inegavelmente bons e ricos, diariamente são deixados no SINE por profissionais que até então não

tiverem a sorte de encontrar o desejado emprego. Da mesma forma que somam-se às dezenas a chamada mão-de-obra não especializada, mas com notáveis potenciais de ascensão profissional. “E o caso do Médico, do Advogado, do Dentista, do Técnico, muitos deles com cursos de aperfeiçoamento feito até mesmo fora. São pessoas que ainda não “pousaram” profissionalmente. Estão à procura do desejado emprego, consideradas competentes para exercer o cargo. E, em relação ao outro exemplo, temos catalogados nomes de várias pessoas sem qualificação profissional, esperando apenas uma “mãozinha” para se tornarem, sem nenhum exagero, eficientes trabalhadores”, citou a Diretora Eusa Cardoso.

O Decreto n.º 7.229, de 10.11.77 que criou o SINE/RN implantou o Programa Estadual de Emprego, que tem como objetivo maior organizar o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, enfatizando a criação de mecanismos para promover e assegurar o bem-estar da comunidade, considerando as peculiaridades da problemática do Estado, em particular as grandes camadas de baixa renda. Colocar a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho, entre outras atribuições, foi uma ação de relevado alcance desenvolvido e incentivado no Governo Lavoisier Maia, através da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, posto em prática pelo SINE-RN — Sistema Nacional de Emprego.



D. Wilma Maia tem novo desafio...

GOVERNO

Equipe conhecida está bem identificada com as metas

Como será o perfil da nova equipe de Governo? O estilo básico será o de José Agripino, segundo ele já definiu bem em entrevistas e conforme já demonstrou durante o período em que esteve à frente da administração municipal. Mas toda orquestra, por mais harmoniosa que seja e obediente ao maestro, tem músicos com habilidades individuais excepcionais, pois justamente tais habilidades são as responsáveis pelo credenciamento para o cargo. Assim, mesmo que o destaque pessoal não implique em desarmonia para o ritmo final, o tom específico nesta ou naquela Pasta, neste ou naquele setor, de acordo com o estilo de cada um, não pode deixar de marcar a atuação do Governo em conjunto.

Alguns dos que o vão integrar são do Governo atual, remanejados para outra posição, mas com o mesmo sentido fundamental de trabalho. Alguns dos estilos:

Mossoroense, com apenas 37 anos de idade, tendo passado a infância e parte da adolescência em Caicó, Wilma Maia, cita várias vezes a inquietação que sente estando à frente da

Coordenadoria Estadual do PRONAV — Programa Nacional do Voluntariado — em não poder resolver infinitos problemas que assolam a população menos favorecida, com a qual lida diretamente. População esta, concentrada em grande parte na periferia das zonas urbanas.

Alengado que, apesar dos programas de fixação do homem à terra,

um dos fatores que determina esta situação de inchaço das favelas, vem da zona rural. O acontecimento da estiagem, o êxodo campo-cidade. "Surge um problema social muito grande através do econômico. Daí, não passamos a lidar apenas com o desemprego, mas também com a desqualificação desta mão-de-obra oriunda do campo. Desenvolvemos um trabalho de prevenção — uma vez que outras formas, como por exemplo, a terapêutica, é muito dispendiosa — de ação comunitária junto à família. Vamos suprindo as necessidades básicas da criança desde o alimento ao afeto. Existem creches para crianças a partir dos seis meses. São 23 distribuídas pela periferia da cidade. Colocamos as próprias mães nos plantões, como forma de envolvê-las mais e mais no nosso trabalho. Nossa finalidade primeira é a social. No entanto, realizamos um trabalho que aparece pouco, pois seus resultados vêm a médio e longo prazos", afirmou.

Formada em Letras pela UFRN, tendo feito especialização em Sociologia e exercido o Magistério como professora-assistente vinculada ao Departamento de Educação, Wilma Maia — ainda Primeira Dama do Estado — buscou realizar este trabalho, como ela mesma afirma: "Com a intenção de ajudar a melhorar a situação do nosso próximo. O que me deixa feliz por não portar apenas este título de Primeira Dama que comumente se dá. Para mim, vem sendo uma experiência muito boa".

Sobre as cogitações em torno de seu nome para ocupar a Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, Wilma Maia diz desconhecer a estrutura deste órgão, o que no entanto não a impede de saber que por lá teria mais



... na área de problemas sociais

condições de trabalho: “Uma vez que carecemos de recursos institucionais e a Secretaria conta com recursos próprios em seu orçamento, além dos federais provenientes do Ministério do Trabalho”.

Não se considera rígida em sua filosofia cotidiana de trabalho: “Gosto de disciplina e as pessoas que vêm trabalhar comigo devem ter muita dedicação, pois necessitamos do esforço de cada um. Para se ter uma idéia, nossos contatos com os projetos são feitos nos finais de semana à noite. Acreditamos que só desta forma poderíamos vê-los e senti-los mais de perto”, afirmou taxativamente.

“Gostaríamos de ver em 1983 o crescimento das indústrias e o consequente aumento de empregos, dando oportunidade de trabalho às pessoas”, classificou a afirmação como perspectiva para o ano que se inicia. “Como também, gostaríamos de realizar um bom trabalho de qualificação desta mão-de-obra. Um aperfeiçoamento mais amplo”, complementou. A respeito da tão falada crise econômica, ressaltou que não sabe ao certo sua dimensão: “A gente só consegue vê-la através do contato pes-



Mais indústrias, mais trabalhos para todos

soal que mantemos com a população considerada marginalizada”.

Já o recém-eleito deputado estadual pelo partido do Governo, Leônidas Ferreira, fala animadamente sobre sua permanência à frente da Secretaria de Saúde na gestão passada e alega que caso seja convidado pelo próximo governador para ocupar novamente o cargo, indiscutivelmente,

ele aceitará. Deixará o Poder Legislativo para continuar na política de Saúde.

PAIXÃO PELA SAÚDE — “Apaixonei-me pela Saúde Pública. Por esta razão decidi continuar na vida pública de uma forma ou de outra. Porém, prefiro executar os projetos ao invés de somente elaborá-los. É bas-

QUASE SEM NENHUMA SURPRESA

O secretariado de José Agripino não ofereceu muitas surpresas. Se surpresa houve foi para quem esperava, intimamente, o convite para este ou aquele posto, como é comum em situações desse tipo, quando há uma equipe administrativa em processo de formação. Tinha-se, antes do anúncio, como certo que o engenheiro Josemá Azevedo ia para a Secretaria de Transportes. Mas, como técnico entusiasmado pelos problemas sanitários urbanos, dificilmente concordaria em ficar num posto onde forçosamente ia ficar alheio aos círculos dos seus colegas técnicos e das equipes que têm enfrentado vários desafios com ele. E, realmente, não ficou. De D. Wilma Maia sabia-se que ela iria ter oportunidade de continuar desenvolvendo o seu trabalho de caráter social, que ficou bem marcado no decorrer da sua administração à frente do PRONAV. Nem tanto por isso, segundo alguns. Ou também por isso, segundo outros. Porque há quem diga que o seu aproveita-

mento na equipe do novo Governo se daria de qualquer forma pela desenvoltura demonstrada no contato com o público prenunciando uma futura carreira política.



Havia postos que despertavam curiosidade nos observadores. Postos e nomes. Onde, por exemplo, poderia ficar o jornalista e estrategista político Paulo Tarcísio, um dos cérebros do PDS no Governo Lavoisier Maia? Depois da sua derrota na campanha para a Pre-

feitura de São Gonçalo do Amarante se fez muitas especulações sobre o seu destino e o do escritório do Rio Grande do Norte em Brasília resultou numa reação de certo modo neutra. Da parte da Oposição, houve um certo alívio por ver Paulo Tarcísio deslocado do centro dos acontecimentos políticos no Estado. É menos um adversário competente.

A estrutura da equipe permanece com um pé no Governo anterior, como é o caso da Secretaria da Segurança e da Pasta da Saúde. Também como se esperava. O setor de Saúde exige uma certa continuidade, porque os planos que vêm sendo executados no Estado se tornaram mais abrangentes por conta das novas necessidades. De alguma forma, por outra parte, a não permanência de Luís Eduardo na Secretaria da Educação se constitui em surpresa para os poucos iniciados na conjuntura pedessista potiguar, pois o trabalho no setor educacional vinha sendo considerado satisfatório.

tante satisfatório para mim vacinar 300 mil crianças por dia em todo o Rio Grande do Norte”, afirmou.

Sobre suas realizações, menciona a interiorização da política de Saúde, como também a coordenação e execução das campanhas de vacinação, a queda do índice de mortalidade infantil, em 1980 — segundo dados oficiais — de 1.037 mortes atingiu um coeficiente de 55,80 e a queda significativa das doenças infectocontagiosas, dentre elas, a poliomielite.

“Considero a minha gestão como uma continuidade. E saliento que nós conseguimos concretizar o «mote» cantado pelo Governo Lavoisier Maia, que foi a construção de um Centro de Saúde em todos os municípios do Estado. Olhe que um projeto como este necessita de um volume muito grande de recursos. No entanto, montamos a Rede Básica”, afirmou o ex-secretário.

“É necessário dizer que com a diminuição do poder aquisitivo, o povo se alimenta menos, e subalimentado, adoce mais. Não é só o RN que se encontra em situação de crise. De toda a Região Nordeste, é o único Estado que está em dia com seus compromissos. Lavoisier Maia foi o Governo que mais concedeu aumento ao funcionalismo”, defendeu.

Considera-se um homem maleável, que acata decisões e opiniões com boa vontade. No entanto não esquece de frisar que tem atitudes um pouco centralizadoras que se espelham, principalmente, nos trabalhos realizados em grupo.

Leônidas tem 49 anos. Nasceu no Município de Apodi, na Fazenda Malhada Vermelha. Falando sobre sua trajetória de vida, não esqueceu de mencionar que durante o curso de Medicina na UFRN participou ativamente do Movimento Estudantil da

época, tendo tido outra participação ainda mais importante na Campanha de Educação Popular De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler, com Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal.

Conhecido entre seus funcionários por sua extrema dedicação, ele não mede esforços nem horários, permanece no trabalho o tempo suficiente para resolução de problemas. “É intensamente dedicado. E, somente para exemplificar, ele faz **diariamente**



Saúde Pública: preocupação

uma reunião no final do turno vespertino com uma equipe que com ele trabalha, para avaliar os resultados do dia. O que andou, o que não andou, e o que fazer, etc”..., disse um funcionário da Secretaria.

DESAFIO — Com 43 anos de idade, natural de Cerro Corá, Josemá de Azevedo preside há quatro anos a Companhia de Águas e Esgotos do RN — CAERN: “Vim mais para cumprir um desafio profissional, pois sou

engenheiro civil e sanitaria. Por ocasião, recebi inúmeros convites do governador Lavoisier Maia. Julgo-me satisfeito pelo que fiz. Muito embora não me foi possível realizar tudo que propunha”, diz Josemá.

“O mais importante é que quando nós assumimos a Companhia, tínhamos cerca de 660 mil habitantes beneficiados com água, vamos deixar cerca de 1.116 mil servidos. Procuramos efetivar um programa de modernização da CAERN e melhorar, à medida do possível, o atendimento ao usuário. Nossa mercadoria é um bem essencial. Nós não podemos perder de vista a finalidade social da empresa, enquanto pública — de prestação de serviços. E lógico, também, que nós teremos que dirigir seu funcionamento como empresa, do que depende sua autosustentação. O Estado é seu maior acionista. Entretanto, quem paga por ela são seus usuários”, destacou o engenheiro.

Ainda garantiu que deixará para a próxima administração os recursos assegurados para a continuidade dos projetos que iniciou. Falando-se em termos estaduais, dos 151 municípios, 112 ficarão totalmente abastecidos: “Quando nós assumimos, há quatro anos atrás, existiam apenas 59 deles com situação regular de abastecimento”, disse Josemá.

Indagado se gostaria de continuar no cargo por mais quatro anos, ao invés de ocupar a Secretaria de Transporte neste próximo Governo, Josemá diz que, intimamente, sente vontade de ver nossos desejos concretizados. Porém, não deseja se perpetuar no cargo: “É bom dar chances a outras pessoas”, disse ele. E ainda arrematou: “Eu me sinto num cargo público como cumpridor de uma missão, uma vez que estou contribuindo como cidadão para o desenvolvimen-



Josemá, um técnico disposto a enfrentar desafios

to do Estado. O que seria uma obrigação de cada um, porém cumprida de acordo com suas possibilidades”.

Josemá considera Natal uma cidade privilegiada em termos d'água: “O que existe é uma falta d'água localizada. Mas, nós asseguramos que 95% dos seus habitantes são bem servidos”, disse ele.

Teria o Estado do Rio Grande do Norte água suficiente para não provocar consequências drásticas em épocas de estiagem? “O Estado tem potencialmente muita água. Restamos explorá-lo. Entretanto, sabemos ser possuidor de uma economia frágil, fundamentada basicamente na agricultura. Daí as consequências sérias advindas da seca. Por que não tirar lições destes anos de precária situação econômica? Sob certo aspecto ela nos é benéfica, pois deveríamos aprender a fazer ou tomar atitudes mais simples. Precisamos de pequenas obras, mas que sejam produtivas, como também necessitamos dar uma nova dimensão aos projetos. Alterar sua escala a nível de propriedades e cooperativas com a intenção de procurar gerar atividades econômicas permanentes para a população”, assegurou.

BOAS PERSPECTIVAS — Sentindo-se otimista frente à tão falada crise da economia nacional, o atual secretário municipal de Serviços Urbanos, Marcílio Carrilho, nega qualquer conhecimento acerca das cotações em torno de seu nome para ocupar a Pasta de secretário para Assuntos de Governo: “Sendo convidado, é claro que aceitarei. Gosto de trabalhar e tenho boas perspectivas para a administração de José Agripino”.

Marcílio conta apenas com 33 anos, onde viveu alguns fora de Natal. É natalense e entrou para a vida pública na gestão de José Agripino. Foi diretor de operações da Urbana.

Falando empolgadamente sobre suas realizações, Marcílio destaca a limpeza da cidade como a principal delas. Além da efetivação de projetos que atingem a comunidade mais ca-

rente, como o Pró-Horta que alcança 3.500 famílias com o estímulo à criação de pequenas hortas nos quintais. Sem esquecer o Projeto de Feiras Moduladas que conta com o apoio de Banco Mundial, no qual a Prefeitura concede barracas e transporte ao feirante — já cadastrado — e o leva às feiras nos conjuntos residenciais e bairros periféricos da cidade: “Com esta infra-estrutura oferecida pela Prefeitura ao feirante, o consumidor não compra o produto mais caro”, garantiu Marcílio.

Considerando-se mais técnico que político, o secretário diz não pretender fazer carreira em cargos públicos: “Espero não participar de uma campanha eleitoral. A minha participação será — aliás, vem sendo — a de ajuda ao partido ao qual sou vinculado, o PDS. Penso até em retornar à iniciativa privada algum dia. A experiência na vida pública é gratificante, porém não compensa financeiramente”, assegurou.

Marcílio não se sente uma autoridade com chicote à mão. Diz ser cumpridor dos horários e totalmente absorvido pela atividade que desempenha: “Gosto do respeito e do clima de confiança mútua”, diz ele. □



A equipe de José Agripino — como ele próprio — tem problemas nada agradáveis pela frente. Sabe-se poucos dados a respeito do estado exato da economia do Rio Grande do Norte, no que diz respeito às finanças do Estado. Mas não podem ser boas. Os cálculos e avaliações podem ser efetuados com base nas declarações sistemáticas do empresário do comércio sobre os baixos índices de venda. As principais festas do ano têm apresentado quedas de vendas. O carnaval foi um mês de parcos faturamentos na área do comércio. Os índices de fichas negativas no SPC jamais apresenta oscilações animadoras, tendendo sempre para uma alta que a muitos parece exagerada. Isso significa menos vendas. E menos vendas resulta em menor arrecadação de ICM, menor circulação de riquezas.

Todos os setores têm se ressentido da menor circulação do dinheiro. Talvez, se não tivessem ocorrido os gastos provocados pelas eleições de novembro, o dinheiro em Natal estivesse mais

Problemas da cidade e de todo o Estado

curto ainda. As operações bancárias se tornam emperradas e, numa semana da segunda quinzena de fevereiro, a praça bancária de Natal simplesmente paralisou, só entrando nos guichês dos bancos os depósitos normais. Nada foi creditado na conta de ninguém nas operações de empréstimos.

As coisas andam tão incertas

que até vender dinheiro está difícil. Uma financeira que se está implantando em Natal tem tido dificuldades de operar. Dinheiro, claro, todo mundo quer. Mas os fantasmas dos juros estão assustando a todos. As rondas dos pequenos e médios agricultores aos gerentes dos Bancos do Brasil e do Nordeste em busca de notícias sobre prorrogações de débitos têm sido nervosas, cansativas, mas frequentes.

As consequências de tudo isso vão desabar, de uma forma ou de outra, nos ombros da equipe e do novo governador. As consequências são dificuldades em todas as áreas, acrescidas das dívidas de algumas empresas com a maxidesvalorização do cruzeiro: a Salha, por exemplo, ficou em situação difícilíssima.

O governador eleito sabe de tudo isso, porque vem sendo suficientemente informado dos problemas. Sua equipe também. Vai ser a hora de um teste muito duro, porque ninguém vai nem ter fôlego para familiarizar-se com a situação.

1 EM CADA 120 BRASILEIROS TEM A PROTEÇÃO DA CRUZEIRO DO SUL

A Cia. de Seguros Cruzeiro do Sul inaugurou sua Sucursal RN no último dia 29, cuja solenidade contou com a participação de autoridades e empresários locais. Na oportunidade, ouvimos alguns de seus dirigentes presentes, causando-nos surpresa algumas revelações e a postura empresarial de seu Diretor-Superintendente, Warley Pimentel, jovem advogado pernambucano radicado no Sul do País.

— A Cruzeiro está sempre onde estão os seus clientes. De certa forma, chegamos a Natal com um certo atraso, pois algumas das principais empresas do Estado são nossas seguradas. Divemo, Cibral, Minipreço, Viação Nordeste, Nordestão, Guararapes, Seridó e centenas de outras confiam seus patrimônios à nossa proteção.

Justificando o que chamou de "certo atraso", Warley observou que "a Cruzeiro entende que seguro é serviço e como tal só pode ser prestado por pessoas. E na Cruzeiro do Sul essas pessoas têm que revelar um profundo conhecimento técnico, constantemente re-

ciclado, pois o seguro é dinâmico, seus fundamentos são continuamente aprimorados e adaptados às nuances do próprio desenvolvimento econômico". Nessas condições, a seleção do principal executivo da empresa em Natal demandou tempo.

Esse longo e minucioso trabalho de análise foi coroado de pleno êxito, encontrando a empresa aqui mesmo em Natal um profissional de expressivo know how e largamente conhecido no setor de seguros em toda a região. Trata-se de Carlos Rosas, que assumiu a função de Gerente Geral para o RGN após o estágio de adaptação à sistemática operacional da Cruzeiro e, em São Paulo.

1 EM CADA 120 BRASILEIROS É SEGURADO DA CRUZEIRO — A Cruzeiro do Sul é responsável pela proteção do seguro de mais de um milhão de pessoas, e empresas em todos os Estados e principais cidades do País, desde o simples empregado de uma empresa que tem esse benefício por conta de seu empregador, até grandes complexos industriais.

Dessa longa relação, além de cerca de 600 empresas do Rio Grande do Norte, constam organizações como a Embratel, Infraero, Imperial Diesel, Basf, Cia. Siderúrgica de Tubarão, Cia. Siderúrgica Nacional, Cobal, etc.

SEGUROS ESPECIAIS — Operando em todos os ramos do Seguro, a Cruzeiro do Sul tem marcado expressivo desenvolvimento em modalidades que exigem maior embasamento técnico. Assim é que, surge como a principal companhia no ramo de Seguro Garantia de Obrigações Contratuais, em cuja modalidade tem como segurados todas as grandes empreiteiras e fornecedores de equipamentos de grande porte.

Com o mesmo enfoque, a Cruzeiro desponta nos Seguros de Riscos de Engenharia. Crédito à Exportação e Lucros Cessantes.

A TÉCNICA DO SEGURO — Ouvindo Warley Pimentel, Ademir Neves, Coordenador de Sucursais e Carlos Rosas, constatamos que a palavra técnica é citada repetidamente. Explicando tal posicionamento, Warley diz que "seguro é essencialmente técnica, embora o grande público não o veja assim. Mas, aqueles que já tiveram problemas de sinistro sabem que isso é verdade. Infelizmente só quando ocorre o sinistro é que o empresário fica sabendo se o seu seguro foi ou não realizado com a aplicação rigorosa de suas técnicas. Por isso na Cruzeiro a palavra técnica comanda todas as ações de seus funcionários, desde a análise completa dos riscos, passando pelas recomendações de medidas de prevenção até a contratação do seguro com as coberturas que efetivamente representam a total proteção do segurado".

A Cruzeiro do Sul, que completou 40 anos em 1982, está instalada em Natal à Av. Deodoro, 802.



A direção da companhia de seguros Cruzeiro do Sul marcou presença

COM MOSTRA NÚMEROS E PERCENTUAIS

Instituída para desenvolver a atividade mineral no Rio Grande do Norte, a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais — CDM/RN estruturou-se no Governo Lavoisier Maia, sob a presidência do engenheiro Elias Fernandes Neto, para desenvolver duas linhas básicas: Apoio à pesquisa e perfuração de poços tubulares. Procurando desempenhar o papel que lhe foi confiado, a Companhia dinamizou a sua área técnica, fazendo com que, apesar da crise por que passa o setor mineral, o nosso Estado coloca-se em primeiro lugar na produção de scheelita, sal marinho, diatomita e caulim, além de possuir consideráveis reservas de calcáreo gipsita, mármore, feldspato, berilo, gemas, ferro, água subterrânea, gás natural e petróleo, este extraído da Plataforma Continental e da Bacia Potiguar, cujo volume é superado apenas por três Estados.

FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE MINERAL — Várias ações foram desenvolvidas nos últimos anos para fortalecer a atividade mineral no Rio Grande do Norte: a transformação da Casol — Companhia de Águas e Solos, na CDM — Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais; criação em 1975 da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (a qual está vinculada a CDM) e do FUNDEMINAS — Fundo de Minérios do Rio Grande do Norte. Também concorreram para o desenvolvimento do setor a instalação das residências da CPRM — Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e do DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral, ambas em Natal, bem como a criação do Pólo Químico-Metalúrgico — com a implantação da Fábrica de Barrilha da ALCANORTE, em Macau — e a intensificação dos programas de prospecção de petróleo pela Petrobrás.

GOVERNO LAVOISIER MAIA — Foi na Administração Lavoisier Maia que o setor mineral recebeu

maior impulso. Neste quadriênio, foram perfurados 1.446 poços tubulares (67,86 por cento dos poços perfurados nos últimos 20 anos); executados 9.192 metros de sondagens em pesquisas minerais, resultando reservas já dimensionadas de ferro, calcáreo, scheelita, caulim, gipsita e granito; triplicado o número de perfuratrizes existentes na Companhia; instalados em caráter pioneiro no País, as cooperativas de pequenos mineradores nos municípios de São Tomé, Cerro-Corá e Lajes; implantados os Centros de Lapidação e Artesanato Mineral das cidades de Currais Novos e Tenente Ananias e posto em funcionamento um moderno Laboratório de Minérios, Aguas e Solos, que funciona na nova sede própria da CDM e dispõe, inclusive, de espectrofotômetro de absorção atômica para análises minerais, em decorrência de convênio celebrado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

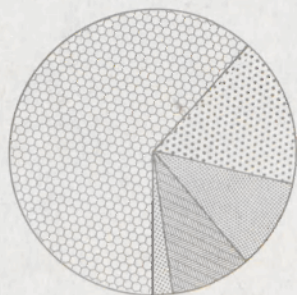
PLANO — Além de realizar com êxito a política mineral do Governo Lavoisier Maia, a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais foi bem mais longe e, com base nos seus estudos, elaborou o II Plano Mestre de Geologia e Mineração, que tem o objetivo de apresentar uma série de novas medidas e programas de trabalho, fi-

xando diretrizes para serem postas em prática no quadriênio 83/86.

Conforme adiantou o presidente da CDM, Elias Fernandes, os programas e projetos do II Plano Mestre de Geologia e Mineração estão apresentados em dois grupos distintos: Os diretamente vinculados à Geologia e Mineração e os considerados especiais, por suas características próprias e relevância na conjuntura econômica, que extrapolam as condições do Estado em executá-los, exclusivamente à custa de seus próprios recursos, necessitando, desta forma, do apoio de entidades governamentais, sobretudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, principalmente, da iniciativa privada.

PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES — Também mereceu destaque o programa de poços tubulares executado no Governo Lavoisier Maia, quando foram perfurados 1.446 poços (67,86%), contra 374 no Governo Tarcísio Maia (17,55%) e 189 na Administração Cortez Pereira (8,87%). Quando do período Walfredo Gurgel, foram perfurados 93 poços, o equivalente a 4,36 por cento, enquanto que no Governo Aluizio Alves, o Estado foi beneficiado com apenas 29 poços tubulares, um pouco mais de um por cento do total hoje disponível, que soma mais de 2 mil.

Poços perfurados no período 1961/1982



POÇOS PERFURADOS NO PERÍODO 1961/1982			
TRABALHO (%)	GOVERNO	PERÍODO	N.º DE POÇOS
67,86%	LAVOISIER MAIA	1979/1982	1.446
17,56%	TARCÍSIO MAIA	1974/1978	374
8,87%	CORTEZ PEREIRA	1971/1974	189
4,36%	WALFREDO GURGEL	1965/1970	93
1,36%	ALUIZIO ALVES	1961/1965	29

II PLANO MESTRE DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (1983/1986)

DIAGRAMA 2 — DIAGRAMA COMPARATIVO DE POÇOS PERFURADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DURANTE O PERÍODO 1961/1982



IBSSA - International Union Building Societies And Savings Associations
UNIAPRAVI - Union Interamericana de Ahorro Y Prestamo para La Vivienda
BIAPE - Banco Interamericano de Ahorro Y Prestamo.

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.
ANECIP - Associação Nordeste das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO RIOGRANDENSE DO NORTE
CARTA PATENTE Nº 24 DO BNH - C.G.C. M.F. 08.344.426/0001-74

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto - Presidente
Luiz Sérgio Souto Filgueira Barreto
Mário Roberto Souto Filgueira Barreto
Elias Antônio Souto Filgueira Barreto
Martha Maria Souto Filgueira

DIRETORIA EXECUTIVA
Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto
Mário Roberto Souto Filgueira Barreto

SEDE: R. JOÃO PESSOA, 267 - Edif. Cidade do Natal 5º andar NATAL-RN
AG. CENTRO - NATAL - Edif. Cidade do Natal - Loja 9
AG. PADRE JOÃO MARIA - Pça. Pe. João Maria, 78 - Natal
AG. ALECRIM - Natal - Rua Manoel Miranda, 1409 - Natal
AG. LAGOA NOVA (CCAB) - Alameda Pican, 394 - Loja 18 - Petrópolis - Natal - RN
AG. PONTA NEGRA - Estrada Natal/Ponta Negra - CCAB - Sul (em instalações)

AG. MOSSORÓ - RN - Pça. Vigiário Antônio Joaquim, 127
AG. CAICO - RN - Av. Senador, 344
AG. CURURAU NOVOS - RN - Pça. Cristo Rei, 64
AG. FAU DOS FERROS - RN - Rua Pedro Velho, 140
AG. APODI - RN - Rua São João Batista, 284

AG. CEARÁ-MIRIM - RN - Rua General João Viana, 61
AG. PATU - RN - Rua Francisco Dutra s/n
AG. MACAU - R. Martins Ferreira, 385
AG. NOVA CRUZ - R. Dr. Pedro Velho, 14
AG. S. GONÇALDO DO AMARANTE - Edif. Natal/Ceará Mirim s/n

RELATÓRIO AOS ASSOCIADOS

Em segundo lugar, estamos em vias de desenvolver uma nova etapa de crescimento, ultrapassando as fronteiras do Estado mediante a abertura das Agências na Paraíba, em Pernambuco e Alagoas, devidamente aprovadas e autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, em reunião realizada em 25 de outubro do ano recém-fimido, pelo voto de nº 408/82.

Anunciando esta expansão, o fazemos com a tranquilidade de quem desenvolve uma trajetória programada dentro de rígidos critérios, que asseguram segurança nas aplicações e confiabilidade do público na captação de poupança.

A APERN chega aos seus 14 anos de existência sem recorrer a empréstimos especiais do BNH, com um total de 71.573 depositantes, iniciando assim, o exercício de 1983 com um volume de depósitos superior a 5 bilhões de cruzeiros.

As linhas de crédito da entidade são garantidas pela hipoteca oferecida por 5.445 mutuários finais, cujas contas de retorno, administradas por uma eficiente política de cobrança, nos assegura um dos mais baixos índices de inadimplência de todo o Sistema Financeiro da Habitação, onde apenas 1,3% de nossos mutuários cumprem com atraso suas obrigações.

Na apresentação deste rápido perfil, resta-nos enfatizar o Patrimônio Líquido da APERN, representado por um capital próprio de Cr\$ 662.743.316,75, bem como algo incomensurável, mas que pode explicar todo o nosso êxito: a constante confiança que nos é depositada pelos nossos poupadores.

Natal, 31 de dezembro de 1982.
a) DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31.12.82

ATIVO		NO EXERCÍCIO (1982)		NO EXERCÍCIO ANTERIOR (1981)		PASSIVO		NO EXERCÍCIO (1982)		NO EXERCÍCIO ANTERIOR (1981)	
CIRCULANTE											
Disponível						Depósitos Especiais		95.395.218,19		19.874.469,03	
Caixa e Bancos	249.547.668,71		94.324.384,06			Recursos do Banco Nacional de Habitação	1.290.014.918,40		413.668.304,40		
Títulos de Liquidez Imediata	30.000.000,00		-			Outras Responsabilidades	-300.905.581,52		144.585.721,08		
Depósitos no Fundo de Assistência de Liquidez	169.660.580,75	449.208.249,46	47.531.783,93	141.856.167,99		Provisão para Encargos Vencidos	2.702.773.430,87		801.164.198,83		
Aplicações Imobiliárias						Contas Interdepartamentais	-		488.147,55		
Produção de Habitações	1.613.212.929,32		62.278.108,11			TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE (4)	4.389.089.148,08		1.379.780.840,89		
Aquisição de Casa Própria	2.018.657.435,68		743.932.389,61			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Aplicações Correlatas	23.115.663,84	3.554.986.028,84	41.448.063,58	847.658.561,30		Recursos do Banco Nacional de Habitação	7.269.428.851,79		2.488.250.455,63		
Aplicações Diversas		24.550.778,84		2.775.594,29		TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (5)	7.269.428.851,79		2.488.250.455,63		
Bens em Trânsito	17.833.810,46		11.889.149,93			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS					
(-) Provisão para Imóveis à Venda	535.014,31	17.298.796,15	356.674,50	11.532.475,43		Rendas de Exercícios Futuros	60.890.000,85		32.922.037,93		
Outros Créditos Realizáveis		2.967.264.646,97		921.632.685,01		TOTAL DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (6)	60.890.000,85		32.922.037,93		
Valores Diversos		11.149.165,75		3.583.147,34		PROVIMENTO SOCIAL					
Contas Interdepartamentais		-		5.999,50		Recursos Próprios					
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE (1)	7.024.457.666,01		1.929.044.630,86			Fundo de reserva	441.828.877,85	195.499.289,72			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO											
Aplicações Imobiliárias						Fundo de Emergência	220.914.438,90	662.743.316,75	97.749.644,85	293.248.934,57	
Aquisição de Casa Própria	9.300.534.755,17		3.938.291.839,64			Resultados e Apropriar	191.079.588,91		84.684.320,29		
Aplicações Correlatas	30.854.331,27	9.331.389.086,44	-	3.938.291.839,64		Recursos de Associações					
Aplicações Diversas		62.343.258,56		41.787.538,79		Depósitos de Poupança	4.189.379.326,19		1.725.280.153,42		
Créditos em Liquidação	32.849.376,09		48.908.484,47			TOTAL DO PROVIMENTO SOCIAL (7)	5.043.202.231,85		2.103.213.408,28		
(-) Provisão para Créditos em Liquidação	13.136.400,60	19.712.975,49	27.301.312,25	21.607.172,22		TOTAL DO ATIVO (1 + 2 + 3)					
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (2)	9.413.445.320,49		4.001.686.550,65			TOTAL DO PASSIVO (4 + 5 + 6 + 7)					
PERMANENTE											
Investimentos		109.943,00		54.915,00		ATIVO					
Imobilizado						PASSIVO					
Imóveis de Uso	200.107.040,81		33.991.019,78			ATIVO					
Outros Bens	137.533.179,38		43.618.188,45			PASSIVO					
(-) Fundo de Depreciação do Imobilizado	48.532.368,73	289.107.851,46	16.259.731,11	61.349.477,12		ATIVO					
Ativo Diferido						PASSIVO					
Encargos Futuros	39.539.815,70		12.484.793,63			ATIVO					
(-) Fundo de Amortização	4.050.363,69	35.489.452,01	453.624,53	12.031.169,10		PASSIVO					
TOTAL DO PERMANENTE (3)	324.707.246,47		73.435.561,22			ATIVO					
TOTAL DO ATIVO (1 + 2 + 3)	16.762.610.232,97		6.004.166.742,73			PASSIVO					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE ENCERRADO EM 31.12.82 E SUA DISTRIBUIÇÃO

	NO SEMESTRE	NO SEMESTRE ANTERIOR
RECEITAS OPERACIONAIS (1)		
Rendas de Disponibilidades	72.885.168,01	37.545.676,46
Rendas de Depósitos Imobiliários	585.911.554,98	74.991.380,43
Rendas de Financiamentos Imobiliários	4.712.063.941,06	2.450.195.005,11
Rendas de Aplicações Imobiliárias Transitórias	10.467.711,40	11.908.851,29
Rendas de Aplicações Diversas e Outras	111.262.002,59	5.492.590.378,04
RECEITAS OPERACIONAIS (2)	5.492.590.378,04	37.946.015,44
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	218.394.823,81	174.159.267,60
Despesas Patrimoniais	36.155.204,54	8.429.992,24
Despesas de Operações Passivas	4.921.253.492,46	5.175.803.520,87
RESULTADO OPERACIONAL (1 - 2) (3)	316.786.857,21	141.691.209,46
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (4)		
Rendas de Serviços	13.997.679,26	8.246.723,84
Rendas Eventuais	45.757.664,44	25.397.986,55
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (5)	59.755.343,70	33.644.710,39
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (6)		
Despesas Eventuais	93.684,08	46.114,64
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4 - 5) (6)	59.661.659,62	33.598.595,75
RESULTADO DE AJUSTES MONETÁRIOS (7)	(126.309.323,75)	(77.993.346,31)
RESULTADO DO SEMESTRE ANTES DA PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (3 + 6 + 7) (8)	250.139.193,08	97.296.458,90
PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (9)	156.290.777,23	96.837.653,08
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE (8 - 9) (10)	93.848.415,85	458.805,82
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		
FUNDO DE RESERVA (11)	30.782.280,40	126.232,78
FUNDO DE EMERGÊNCIA (12)	15.391.140,20	63.116,39
PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO (13)	22.195.150,35	116.766,08
DIVIDENDO SUPLEMENTAR (14)	7.986.500,19	58.451,86
SALDO A DISPOSIÇÃO DA AÇÃO (10 - 11 - 12 - 13 - 14) (15)	17.493.344,71	94.238,71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.82 E SUA DISTRIBUIÇÃO

	NO EXERCÍCIO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS OPERACIONAIS (1)		
Rendas de Disponibilidades	110.430.844,47	27.438.676,63
Rendas de Depósitos Imobiliários	660.902.935,41	388.823.967,07
Rendas de Financiamentos Imobiliários	7.162.258.946,17	2.491.293.320,73
Rendas de Aplicações Imobiliárias Transitórias	22.376.562,69	18.933.498,95
Rendas de Aplicações Diversas e Outras	149.200.018,03	8.105.177.306,77
RECEITAS OPERACIONAIS (2)	8.105.177.306,77	67.882.082,69
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	332.554.091,49	107.380.389,39
Despesas Patrimoniais	44.585.196,78	45.657.315,20
Despesas de Operações Passivas	7.269.559.951,83	7.646.699.240,10
RESULTADO OPERACIONAL (1 - 2) (3)	458.478.066,67	295.828.033,70
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (4)		
Rendas de Serviços	22.244.403,10	11.190.479,56
Rendas Eventuais	71.155.650,99	93.400.054,09
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (5)	93.400.054,09	29.944.939,07
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (6)		
Despesas Eventuais	139.798,72	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4 - 5) (6)	93.260.255,37	29.944.939,07
RESULTADO DE AJUSTES MONETÁRIOS (7)	(204.302.670,06)	(115.658.732,74)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (3 + 6 + 7) (8)	347.435.651,98	210.112.240,03
PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (9)	253.128.430,31	93.828.011,52
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (8 - 9) (10)	94.307.221,67	116.284.228,51
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		
Fundo de Reserva (11)	30.908.513,18	35.427.373,58
Fundo de Emergência (12)	15.454.256,59	17.713.686,79
Participação da Administração (13)	22.311.916,43	28.439.213,92
Dividendo Suplementar (14)	8.044.952,05	76.719.638,25
SALDO A DISPOSIÇÃO DA AÇÃO (10 - 11 - 12 - 13 - 14) (15)	17.587.583,42	22.617.058,03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31.12.82

ITENS	RECURSOS PRÓPRIOS		RESULTADO A APROPRIAR		RECURSOS DOS ASSOCIADOS	PATRIMÔNIO SOCIAL
	FUNDO DE RESERVA	FUNDO DE EMERGÊNCIA	PREV. P/OP. DIVIDENDOS FUTUROS	RESULTADO À DISP. DA AÇÃO		
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	195.499	97.749	69.185	15.499	1.725.280	2.103.212
CORREÇÃO MONETÁRIA INCORPORADA NO PERÍODO	205.702	102.851	39.580	-	1.586.945	1.935.078
DIVIDENDOS CREDITADOS OU A CREDITAR	-	-	(188.307)	-	149.981	(38.326)
RESULTADO DO PERÍODO ANTERIOR DE CORREÇÃO A RECURSOS PRÓPRIOS	9.719	4.860	-	(15.499)	-	(920)
COMPLEMENTAÇÃO DA PROV. PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS	-	-	253.128	-	-	253.128
RESULTADO DO PERÍODO INCORPORADO A RECURSOS PRÓPRIOS E A INCORPORAR	30.908	15.454	-	17.493	-	63.855
CANÇÃO LÍQUIDA DO PERÍODO	-	-	-	-	727.173	727.173
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	441.828	220.914	173.586	17.493	4.189.379	5.043.200
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	246.329	123.165	104.401	1.994	2.464.099	2.939.988

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.82

	NO EXERCÍCIO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR
I - ORIGENS DOS RECURSOS (1 + 2 + 3)		
1 - RESULTADO SOCIAL AJUSTADO	7.840.237.523,54	2.802.430.091,68
1.1 - Resultado líquido do Exercício	594.959.954,61	341.929.329,85
1.2 - Depreciações	94.307.221,67	116.284.228,51
1.3 - Amortizações	12.721.698,68	3.552.244,03
1.4 - Resultado de Ajustes Monetários	2.531.970,97	341.640,78
1.5 - Provisão para Garantir Dividendos Futuros	204.302.670,06	115.658.732,74
1.6 - Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	253.128.430,31	93.828.011,52
2 - AUMENTO DOS RECURSOS DE ASSOCIADOS	27.967.962,92	12.264.472,27
3 - RECURSOS ORIGINÁRIOS DE TERCEIROS	2.464.099.172,77	1.003.387.791,98
3.1 - Aumento do Debitável a Longo Prazo	4.781.178.396,16	1.457.112.969,85
II - APLICAÇÕES DOS RECURSOS (4+5+6+7+8+9)	4.781.178.396,16	1.457.112.969,85
4 - DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS	5.754.132.795,98	2.769.324.013,10
5 - PARTICIPAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO	197.659.361,24	89.285.062,91
6 - AQUISIÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO	22.311.916,43	28.439.213,92
7 - AUMENTO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	112.854.182,18	18.846.968,89
8 - AUMENTO DOS INVESTIMENTOS	5.411.758.769,84	2.624.898.770,25
9 - AUMENTO DO ATIVO DIFERIDO	54.915,00	54.915,00
III - AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-III)	9.548.566,29	7.799.091,13
IV - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2.086.104.727,56	33.106.078,58

ALVARO ALBERTO SOUTO FILGUEIRA BARRETO
Diretor

MÁRIO ROBERTO SOUTO FILGUEIRA BARRETO
Diretor

FRANCISCO CÂMARA JÚNIOR
Téc. Cont. - CRC/RN - 2.473

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da APERN - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO RIOGRANDENSE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos Estatutos Sociais, aprova o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1982, determinando que após o parecer do Auditor, sejam apresentados a próxima Assembléia Geral Ordinária a se realizar.

Natal, 07 de janeiro de 1983.

ALVARO ALBERTO SOUTO FILGUEIRA BARRETO
Presidente

NOTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1982

NOTA 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS - Os procedimentos e princípios contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1982, resumimos como segue:

a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Circular IPE - 06/79, de 06 de dezembro de 1979, do Banco Nacional de Habitação - BNH; b) Foram corrigidas as Contas do Patrimônio Líquido e Ativo Permanente, em obediência a Circular IPE - 08

CADERNETA DE POUPANÇA



IUBSSA - International Union Building Societies And Savings Associations
 UNIAPRAVI - Union Interamericana de Ahorro Y Prestamo para La Vivienda
 BIAPE - Banco Interamericano de Ahorro Y Prestamo.

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.
 ANECIP - Associação Nordeste das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO RIOGRANDENSE DO NORTE
 CARTA PATENTE Nº 24 DO BNH - C.G.C. M.F. 08.344.426/0001-74

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto - Presidente
 Luiz Sérgio Souto Filgueira Barreto
 Mário Roberto Souto Filgueira Barreto
 Elias Antônio Souto Filgueira Barreto
 Martha Maria Souto Filgueira

DIRETORIA EXECUTIVA
 Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto
 Mário Roberto Souto Filgueira Barreto

SEDE: R. JOÃO PESSOA, 267 - Edif. Cidade do Natal 5º andar NATAL-RN
 AG. CENTRO - NATAL - Edif. Cidade do Natal - Loja 9
 AG. PADRE JOÃO MARIA - Pça. Sr. João Maria, 78 - Natal
 AG. ALECRIM - Natal - Rua Manoel Miranda, 1409 - Natal
 AG. LAGOA NOVA (CCAB) - Alameda Pina, 394 - Loja 18 - Petrópolis - Natal - RN
 AG. PONTA NEGRA - Estrada Natal/Ponta Negra - CCAB - Sul (em instalações)

AG. MOSSORÓ - RN - Pça. Vigiário Antônio Joaquim, 127
 AG. CAICO - RN - Av. Senador 344
 AG. CURURAI NOVOS - RN - Pça. Cristo Rei, 64
 AG. FAU DOS FERROS - RN - Rua Pedro Velho, 140
 AG. APODI - RN - Rua São João Batista, 284

AG. CEARÁ-MIRIM - RN - Rua General João Viana, 61
 AG. PATU - RN - Rua Francisco Dutra s/n
 AG. MACAU - R. Martins Ferreira, 385
 AG. NOVA CRUZ - R. Dr. Pedro Velho, 14
 AG. S. GONÇALO DO AMARANTE - Edif. Natal/Ceará Mirim s/n

RELATÓRIO AOS ASSOCIADOS

Ao término de mais um ano de atividades e em cumprimento aos dispositivos da legislação, temos a satisfação de apresentar aos nossos associados o Relatório do semestre encerrado em 31.12.82, que nos ensina a oportunidade de anunciar duas informações que se correlacionam e são de fundamental importância para o futuro da instituição. A primeira delas diz respeito ao nosso programa de expansão, em cumprimento do qual levamos nossa presença a 14 pontos do Rio Grande do Norte, esperando ainda dentro de breves dias inaugurar a 15ª Agência, em fase final de construção em Natal.

Em segundo lugar, estamos em vias de desenvolver uma nova etapa de crescimento, ultrapassando as fronteiras do Estado mediante a abertura das Agências na Paraíba, em Pernambuco e Alagoas, devidamente aprovadas e autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, em reunião realizada em 25 de outubro do ano recém-fimido, pelo voto de nº 408/82. Anunciando esta expansão, o fazemos com a tranquilidade de quem desenvolve uma trajetória programada dentro de rígidos critérios, que asseguram segurança nas aplicações e confiabilidade do público na captação de poupança. A APERN chega aos seus 14 anos de existência sem recorrer a empréstimos especiais do BNH, com um total de 71.573 depositantes, iniciando assim, o exercício de 1983 com um volume de depósitos superior a 5 bilhões de cruzeiros.

As linhas de crédito da entidade são garantidas pela hipoteca oferecida por 5.445 mutuários finais, cujas contas de retorno, administradas por uma eficiente política de cobrança, nos assegura um dos mais baixos índices de inadimplência de todo o Sistema Financeiro da Habitação, onde apenas 1,3% de nossos mutuários cumprem com atraso suas obrigações. Na apresentação deste rápido perfil, resta-nos enfatizar o Patrimônio Líquido da APERN, representado por um capital próprio de Cr\$ 662.743.316,75, bem como algo incomensurável, mas que pode explicar todo o nosso êxito: a constante confiança que nos é depositada pelos nossos poupadores.

Natal, 31 de dezembro de 1982.
 a) DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31.12.82

ATIVO		NO EXERCÍCIO (1982)		NO EXERCÍCIO ANTERIOR (1981)		PASSIVO		NO EXERCÍCIO (1982)		NO EXERCÍCIO ANTERIOR (1981)	
CIRCULANTE											
Disponível						Depósitos Especiais	95.395.218,19		19.874.469,03		
Caixa e Bancos	249.547.668,71		94.324.384,06			Recursos do Banco Nacional de Habitação	1.290.014.918,40		413.668.304,40		
Títulos de Liquidez Imediata	30.000.000,00		-			Outras Responsabilidades	300.905.581,52		144.585.721,08		
Depósitos no Fundo de Assistência de Liquidez	169.660.580,75	449.208.249,46	47.531.783,93	141.856.167,99		Provisão para Encargos Vendidos	2.702.773.430,87		801.164.198,83		
Aplicações Imobiliárias						Contas Interdepartamentais	-		488.147,55		
Produção de Habitações	1.613.212.929,32		62.278.108,11			TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE (4)	4.389.089.148,88		1.379.780.840,89		
Aquisição de Casa Própria	2.018.657.435,68		743.932.389,61			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Aplicações Correlatas	23.115.663,84	3.554.986.028,84	41.448.063,58	847.658.561,30		Recursos do Banco Nacional de Habitação	7.269.428.851,79		2.488.250.455,63		
Aplicações Diversas		24.550.778,84		2.775.594,29		TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (5)	7.269.428.851,79		2.488.250.455,63		
Bens em Trânsito	17.833.810,46		11.889.149,93			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS					
(-) Provisão para Invenção à Venda	535.014,31	17.298.796,15	356.674,50	11.532.475,43		Reservas de Exercícios Futuros	60.890.000,85		32.922.037,93		
Outros Créditos Realizáveis		2.967.264.646,97		921.632.685,01		TOTAL DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (6)	60.890.000,85		32.922.037,93		
Valores Diversos		11.149.165,75		3.583.147,34		PATRIMÔNIO SOCIAL					
Contas Interdepartamentais		-		5.999,50		Recursos Próprios					
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE (1)	7.024.457.666,01		1.929.044.630,86			Fundo de reserva	441.828.877,85	195.499.289,72			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO											
Aplicações Imobiliárias						Fundo de Emergência	220.914.438,90	662.743.316,75	97.749.644,85	293.248.934,57	
Aquisição de Casa Própria	9.300.534.755,17		3.938.291.839,64			Resultados a Apropriar	191.079.588,91		84.684.320,29		
Aplicações Correlatas	30.854.331,27	9.331.389.086,44	-	3.938.291.839,64		Recursos de Associações					
Aplicações Diversas		62.343.258,56		41.787.538,79		Depósitos de Poupança	4.189.379.326,19		1.725.280.153,42		
Créditos em Liquidação	32.849.376,09		48.908.484,47			TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL (7)	5.043.202.231,85		2.103.213.408,28		
(-) Provisão para Créditos em Liquidação	13.136.400,60	19.712.975,49	27.301.312,25	21.607.172,22		TOTAL DO PASSIVO (4 + 5 + 6 + 7)					
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (2)	9.413.445.320,49		4.001.686.550,65				16.762.610.232,97		6.004.166.742,73		
PERMANENTE											
Investimentos		109.943,00		54.915,00		ATIVO (1 + 2 + 3)					
Imobilizado							16.762.610.232,97		6.004.166.742,73		
Imóveis de Uso	200.107.040,81		33.991.019,78			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE ENCERRADO EM 31.12.82 E SUA DISTRIBUIÇÃO					
Outros Bens	137.533.179,38		43.618.188,45			NO SEMESTRE					
(-) Fundo de Depreciação do Imobilizado	48.532.368,73	289.107.851,46	16.259.731,11	61.349.477,12		NO SEMESTRE ANTERIOR					
Ativo Diferido						RECEITAS OPERACIONAIS (1)	72.885.168,01	37.545.676,46			
Encargos Futuros	39.539.815,70		12.484.793,63			Receitas de Disponibilidades	585.911.554,98	74.991.380,43			
(-) Fundo de Amortização	4.050.363,69	35.489.452,01	453.624,53	12.031.169,10		Receitas de Depósitos Imobiliários	4.712.063.941,06	2.450.195.005,11			
TOTAL DO PERMANENTE (3)	324.707.246,47		73.435.561,22			Receitas de Aplicações Imobiliárias Transitórias	10.467.711,40	11.908.851,29			
TOTAL DO ATIVO (1 + 2 + 3)	16.762.610.232,97		6.004.166.742,73			Receitas de Aplicações Diversas e Outras	111.262.002,59	5.492.590.378,04	37.946.015,44	2.612.586.928,73	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE ENCERRADO EM 31.12.82 E SUA DISTRIBUIÇÃO

	NO SEMESTRE	NO SEMESTRE ANTERIOR
RECEITAS OPERACIONAIS (1)	72.885.168,01	37.545.676,46
Receitas de Disponibilidades	585.911.554,98	74.991.380,43
Receitas de Depósitos Imobiliários	4.712.063.941,06	2.450.195.005,11
Receitas de Aplicações Imobiliárias Transitórias	10.467.711,40	11.908.851,29
Receitas de Aplicações Diversas e Outras	111.262.002,59	5.492.590.378,04
RECEITAS OPERACIONAIS (2)	218.394.823,87	114.159.267,60
Despesas Administrativas	36.155.204,54	8.429.992,24
Despesas Patrimoniais	4.921.253.492,46	5.175.803.520,82
Despesas de Operações Passivas	316.786.857,21	141.691.209,46
RESULTADO OPERACIONAL (1 - 2) (3)	13.997.679,26	8.246.723,84
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (4)	45.757.664,44	59.755.343,70
Receitas de Serviços		
Receitas Eventuais		
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (5)	93.684,08	46.114,64
Despesas Eventuais		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4 - 5) (6)	59.661.659,62	33.598.595,75
RESULTADO DE AJUSTES MONETÁRIOS (7)	(126.309.323,75)	(77.993.346,31)
RESULTADO DO SEMESTRE ANTES DA PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (3 + 6 + 7) (8)	250.139.193,08	97.296.458,90
PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (9)	156.290.777,23	96.837.653,08
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE (8 - 9) (10)	93.848.415,85	458.805,82
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		
FUNDO DE RESERVA (11)	30.782.280,40	126.232,78
FUNDO DE EMERGÊNCIA (12)	15.391.140,20	63.116,39
PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO (13)	22.195.150,35	116.766,08
DIVIDENDO SUPLEMENTAR (14)	7.986.500,19	58.451,86
SALDO A DISPOSIÇÃO DA AÇÃO (10 - 11 - 12 - 13 - 14) (15)	17.493.344,71	94.238,71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.82 E SUA DISTRIBUIÇÃO

	NO EXERCÍCIO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS OPERACIONAIS (1)	110.430.844,47	27.438.676,63
Receitas de Disponibilidades	660.902.935,41	388.823.967,07
Receitas de Depósitos Imobiliários	7.162.258.946,17	2.491.293.320,73
Receitas de Aplicações Imobiliárias Transitórias	22.376.562,69	18.933.498,95
Receitas de Aplicações Diversas e Outras	149.200.018,03	8.105.177.306,77
RECEITAS OPERACIONAIS (2)	332.554.091,49	107.380.389,39
Despesas Administrativas	44.585.196,78	45.657.315,20
Despesas Patrimoniais	7.269.559.951,83	7.646.699.240,10
Despesas de Operações Passivas	458.478.066,67	295.828.033,70
RESULTADO OPERACIONAL (1 - 2) (3)	22.244.403,10	11.190.479,56
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (4)	71.155.650,99	93.400.054,09
Receitas de Serviços		
Receitas Eventuais		
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (5)	139.798,72	29.944.939,07
Despesas Eventuais		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4 - 5) (6)	93.260.255,37	29.944.939,07
RESULTADO DE AJUSTES MONETÁRIOS (7)	(204.302.670,06)	(115.658.732,74)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (3 + 6 + 7) (8)	347.435.651,98	210.112.240,03
PROVISÃO PARA GARANTIR DIVIDENDOS FUTUROS (9)	253.128.430,31	93.828.011,52
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (8 - 9) (10)	94.307.221,67	116.284.228,51
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		
Fundo de Reserva (11)	30.908.513,18	35.427.373,58
Fundo de Emergência (12)	15.454.256,59	17.713.686,79
Participação da Administração (13)	22.311.916,43	28.439.213,92
Dividendo Suplementar (14)	8.044.952,05	12.086.896,19
SALDO A DISPOSIÇÃO DA AÇÃO (10 - 11 - 12 - 13 - 14) (15)	17.587.583,42	22.617.058,03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31.12.82

ITENS	RECURSOS PRÓPRIOS		RESULTADO A APROPRIAR		RECURSOS DOS ASSOCIADOS	PATRIMÔNIO SOCIAL
	FUNDO DE RESERVA	FUNDO DE EMERGÊNCIA	PROV. P/GAR. DIV. DEN. FUTUROS	RESULTADO A DISP. DA AÇÃO		
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	195.499	97.749	69.185	15.499	1.725.280	2.103.212
CORREÇÃO MONETÁRIA INCORPORADA NO PERÍODO	205.702	102.851	39.580	-	1.586.945	1.935.078
DIVIDENDOS CREDITADOS CU A CREDI DITAR	-	-	(188.307)	-	149.981	(38.326)
RESULTADO DO PERÍODO ANTERIOR IN CORPORAÇÃO A RECURSOS PRÓPRIOS	9.719	4.860	-	(15.499)	-	(920)
COMPLEMENTAÇÃO DA PROV. P/GAR. DIV. DEN. FUTUROS	-	-	253.128	-	-	253.128
RESULTADO DO PERÍODO INCORPORADO A RECURSOS PRÓPRIOS E A INCORPORAR CAPAÇÃO LÍQUIDA DO PERÍODO	30.908	15.454	-	17.493	-	63.855
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	441.828	220.914	173.586	17.493	4.189.379	5.043.203
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	246.329	123.165	104.401	1.994	2.464.099	2.939.988

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.82

	NO EXERCÍCIO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	
I - ORIGENS DOS RECURSOS (1 + 2 + 3)	7.840.237.523,54	2.802.430.091,68	
1 - RESULTADO SOCIAL AJUSTADO	594.959.954,61	341.929.329,85	
1.1 - Resultado líquido do Exercício	94.307.221,67	116.284.228,51	
1.2 - Depreciações	12.721.698,68	3.552.244,03	
1.3 - Amortizações	2.531.970,97	341.640,78	
1.4 - Resultado de Ajustes Monetários	204.302.670,06	115.658.732,74	
1.5 - Provisão para Garantir Dividendos Futuros	253.128.430,31	93.828.011,52	
1.6 - Variação nos Resultados dos Exercícios Futuros	27.967.962,92	12.264.472,27	
2 - AUMENTO DOS RECURSOS DE ASSOCIADOS	2.464.099.172,77	1.003.387.791,98	
3 - RECURSOS ORIGINÁRIOS DE TERCEIROS	4.781.178.396,16	1.457.112.969,85	
3.1 - Aumento do Exigível a Longo Prazo	4.781.178.396,16	1.457.112.969,85	
II - APLICAÇÕES DOS RECURSOS (4+5+6+7+8+9)	5.754.132.795,98	2.769.324.013,10	
4 - DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS	197.659.361,24	89.285.062,91	
5 - PARTICIPAÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	22.311.916,43	28.439.213,92	
6 - AQUISIÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO	112.854.182,18	18.846.968,89	
7 - AUMENTO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.411.758.769,84	2.624.898.761,25	
8 - AUMENTO DOS INVESTIMENTOS	-	54.915,00	
9 - AUMENTO DO ATIVO DIFERIDO	9.548.566,29	7.799.091,13	
III - AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-II)	2.086.104.727,56	33.106.078,58	
IV - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:			
COMPONENTES	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FIM DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	1.929.044.630,86	7.024.457.666,01	5.095.413.035,15
PASSIVO CIRCULANTE	1.379.780.840,89	4.389.089.148,88	3.009.308.307,99
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	549.263.789,97	2.635.368.517,53	2.086.104.727,56

STOP DIZ O QUE FIZERAM SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS

A Secretaria de Transportes e Obras Públicas é responsável pela política estadual de viação, incluindo aí a natureza dos serviços de construção de rodovias, saneamento básico, distribuição de energia elétrica, normalização e fiscalização de obras e controle dos transportes de passageiros e cargas que passam pelos terminais rodoviários sob sua administração.

Por isso sua ação se desenvolve de forma a abranger os Programas da CAERN, da COSERN, do DER, da SOE e da SUTERN, que são autônomos em suas atividades operacionais, mas se articulam, em comum, com entidades federais e com o Governador do Estado através da STOP, que, a nível de

direção superior, é representada pelo Secretário Vauban Bezerra de Faria.

A ele cabe supervisionar obras e serviços de iniciativa do Estado nos setores mencionados e exercer atividades determinadas pelo Governador ou pelo Conselho de Desenvolvimento.

Sendo ele titular da STOP desde o primeiro dia do Governo Lavoisier Maia Sobrinho, alguma coisa lhe cabe do que foi possível realizar nas áreas de atuação da Secretaria de Transportes, embora seu trabalho tenha se desenvolvido com discrição, mas dentro de padrões de competência que tem demonstrado na função pública.

CAERN COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

— Sistemas de abastecimento, incluindo JOÃO CÂMARA e MACAU.....	52
— Ampliação de outros.....	19
— Novos consumidores atendidos (ligações)..	456.325
— Ampliação de rede esgotos — NATAL e MOSSORÓ	
— Implantação rede esgotos (total) — SÃO RAFAEL	
— Abastecimentos de conjuntos habitacionais....	07
— Automatização de sistemas de abastecimento	de
água.....	32



Já o serviço d'água fica por responsabilidade da CAERN



O DER constrói e conserva a malha rodoviária



Vauban Farias coordena pessoalmente



Estado

COSERN — COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

— Linhas de alta tensão km.....	2.513,98
— Propriedades rurais eletrificadas.....	4.058
— Vilas e povoados energizados.....	125
— Família de baixa renda atendida em áreas urbanas (lig.)....	38.460
— Melhoria potência Russas-Mossoró-Caraúbas 42 municípios do Alto Oeste.	

— Subestações — 17, incluídas S. E. Centro — S. E. Macaíba — S. E. Parnamirim.

— Potência instalada KVA:

• Rede distribuição..	39.145,0
• Linha de dist. rural.....	56.445,0
• Subestações 69/13,8 Kv.....	125.750,0
— Postes implantados:	
• Rede distribuição.....	26.842
• Linha de dist. rural.....	28.384
• Linha de transmissão.....	882

T O T A L..... 56.108

**DER
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

— Pavimentação de estradas.....	703,5 Km
— Implantação de rodovias.....	503,5 Km
— Obras d'arte especiais.....	1.527,7 m.
— Estradas Vicinais (Agreste).....	254 Km
— Terminal Rodoviário — Natal.....	10.637,29 m2

A SOE — Superintendência de Obras do Estado — é um órgão técnico da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, encarregado de projetar e executar obras de edifícios públicos.

Sua atuação estende-se a outros itens, como vistoriar serviços, propor normas, padronizar tipos de obras, centralizar providências administrativas, emitir laudos, fazer avaliações, fiscalizar e dar assistência aos municípios e às repartições do Estado.

Seu quadro se compõe de engenheiros, arquitetos e técnicos de nível médio.

Estiveram a seu cargo no atual Governo 266 obras de Escolas, Regionais de Saúde, Coletorias, Postos Fiscais, Centros Regionais, Pousadas, Armazéns, Cooperativas Artesanais, Centros Sociais Urbanos, Hotéis, Quadras de Esportes e muitas outras.

A SOE é diretamente subordinada à STOP, órgão que administra os seus serviços.

Onde estiver presente o Governo através de uma obra seja de que natureza for, aí, provavelmente, está a presença da Secretaria de Transportes e Obras Públicas com o seu pessoal da SOE.

SUTERN

Em regime especial, a SUTERN é órgão da STOP. Sua finalidade é administrar os Terminais Rodoviários construídos pelo Governo do Estado, organizando e coordenando, controlando e fiscalizando e, enfim, executando a política de transporte de passageiros e cargas.

Depois de instalada no novo Terminal Rodoviário de Natal, construído no atual Governo, a SUTERN já está construindo o primeiro Terminal do interior, na cidade de Pendências e criou o Fundo de Transportes Rodoviários, destinado a centralizar os recursos e financiar as atividades do órgão.

Esse Fundo recebe recursos da TRU, do ISTR, emolumentos e taxas de serviços, concessão e renovação de linhas, dotações orçamentárias e outros.

Em suas atividades podemos acrescentar a elaboração do Regulamento de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal.

NOVO GOVERNO, NOVA REFLEXÃO - 3

CORTEZ PEREIRA

Eleito o homem, como destino maior do desenvolvimento, elege-se, por consequência, a prioridade do trabalho e, em contrapartida, o desemprego como problema mais grave a ser solucionado.

A partir desta decisão, num desdobramento lógico, nascerá uma preocupação maior em descobrir formas e caminhos que levem a uma distribuição mais justa dos rendimentos, a uma democratização efetiva de seus benefícios.

No estágio em que se encontra a realidade econômica do Rio Grande do Norte, não acreditamos numa indicação mais certa do que a agro-indústria rural. Esta deverá se constituir na fronteira a ser trabalhada, visando criar empregos, com produção rentável.

Quanto ao objetivo de uma melhor distribuição, só terá a sua busca acelerada, na proporção em que formos capazes de mobilizar formas associativas de produção que, permitindo uma escala econômica justificadora, receba a complementação industrial, e que esta se mantenha vinculada aos que produziram agricolamente.

Não acreditamos em soluções urbanas para o problema do desemprego, não acreditamos no industrialismo cepalino do asfalto, nas fábricas atraídas por tratamentos diferenciados e que morrem ao sair do balão de oxigênio dos incentivos.

O caminho é outro, mais simples, orgânico e aí está na nossa frente, ao alcance das nossas mãos, sem perigo de erro, porque se encontra balisado pelas condições naturais dos recursos que possuímos e somos.

Se necessitamos de empregos em atividades economicamente válidas que procuremos, dentro da nossa realidade, as melhores relações emprego/faturamento e nos voltamos para elas, horizontal e verticalmente. Que aprendamos trabalhá-las com a maior racionalidade, aumentando produtividade, reduzindo custos, melhorando qualidade, agregando valor.

Possuímos cerca de 100.000 hectares disponíveis para a cultura do coco que, só na dimensão agrícola, representa um faturamento de Cr\$ 1.500.000,00 por emprego/ano; somos mais de 1.000.000 de hectares com condições raras para ovino-caprinocultura que oferece a alta relação de Cr\$ 600.000,00 por emprego/ano; dispomos de 800.000 hectares que poderão ser cobertos de caju e/ou frutas tropicais com mais de Cr\$ 500.000,00 médios de faturamento por cada emprego criado; temos perto de 2 milhões de hectares nos quais o binômio boi/algodão poderá resultar num equilíbrio de receita superior a Cr\$ 300.000,00 por emprego.

Essas, e algumas outras poucas mas densas opções, são destacadas, por se prestar ao duplo objetivo: econômico, de produção rentável, e social, por permitir trabalhar melhor uma distribuição mais justa de benefícios.

Encontraremos atividades outras, mesmo primárias, de alta rentabilidade, como as culturas irrigadas, a exploração mineral, a agro-indústria açucareira mas que exigem elevado custo por emprego ou são concentradoras de renda ou, ainda, impõem tecnologia sofisticada que foge ao nível cultural do povo cuja vida pretende-se melhorar. Aqui se enquadra a mais vantajosa das atuais atividades econômicas do Estado, a produção de camarão em viveiro. O nível do seu faturamento por emprego é o mais alto, atingindo Cr\$ 3.000.000,00 por unidade de trabalho, mas que só será viável com uma assistência técnica do melhor nível, que só o Estado poderia oferecer, para orientar a produção dos médios e pequenos empresários locais.

Somos, o Rio Grande do Norte, 5.300.000 hectares de pobreza. Mais de 4 milhões poderiam se desdobrar em culturas compatibilizadas com a vocação natural da terra, oferecendo volumes de produção que trariam, por gravidade, a complementação industrial.

Reclama-se que somos pobres, baixamente capitalizados e, no entanto, expomos terríveis exemplos de desperdício de capital. Os nossos açudes cobrem 10.000 hectares de terras. Poderia aí ser produzido 30 mil toneladas de peixe, com a alta relação de Cr\$ 1.000.000,00 por emprego/ano.

Somos pobres, é verdade, porém a grande pobreza carregamos dentro de nós, na estreiteza de nossa inteligência, na frouxidão de nossa vontade, na mesquinhez comprometedoras das nossas decisões ou decisões políticas.

Vejam: se o nosso mal é o desemprego e por causa dele não produzimos, o nosso bem será criar emprego para com ele produzirmos.

Se a iniciativa privada é incapaz de com suficiência oferecer os empregos, que o faça, o Governo, mas que se faça racional, objetiva e decididamente. Empregos e produção acontecem através de projetos feitos e implantados, sem zig-zag tortuosos e imprecisos, mas com linhas retas claras e definidas. A linha reta a que nos referimos é a viabilização concreta de tantos empregos, produção de tantas toneladas, faturamento de tantos cruzeiros, recolhimento «x» de impostos.

Para que isto ocorra é necessário haver descortínio político de quem decide e não haver a idiota complicação de técnicos que executam.

ENTREGUE OS CARINHOS DE SEU CARRO AO POSTO SÃO PEDRO



Quando seu carro precisar dos serviços de um posto, pense no SÃO PEDRO. O POSTO SÃO PEDRO tem um tratamento especial para o seu carro. Na MATRIZ da Rua Apodi, esquina com a Prudente de Moraes você encontra um ambiente espaçoso para o seu carro com excelentes serviços de abastecimento, lavagem, lubrificação, troca de óleo, pneus e ainda uma unidade de vendas de Água Mineral Indaiá. Outra opção idêntica será encontrada na FILIAL — POSTO ESO, no bairro da Ribeira na Avenida Rio Branco, n.º 300, em frente à CAERN.

UMA ORGANIZAÇÃO

Enaldo Silva de Araújo

POSTO SÃO PEDRO

POSTO SÃO PEDRO — MATRIZ:
C. G. C. 08.283.236/0001-94 — Insc. Estadual 20061741-9

FILIAL: POSTO ESO — Avenida Rio Branco, 300 — Fone: 222-3997
C. G. C. 08.283.236/0002-75 — Insc. Estadual 200653580 —
Cód. Ativ. NL-817 — Natal — Rio Grande do Norte

MATRIZ: POSTO SÃO PEDRO — Rua Apodi, 520 — Fone: 222-3131

SIC: ESFORÇO CONJUNTO PARA DESENVOLVER O ESTADO

Apesar de ser uma das mais novas Secretarias de Estado, cuja fundação ocorreu em 1975, a Secretaria de Indústria e Comércio cumpriu fielmente as determinações emanadas do Poder Executivo, procurando superar as deficiências de um Estado pobre como o Rio Grande do Norte e, além disso, castigado durante quatro anos consecutivos pela ação da estiagem, que, mesmo afetando diretamente o setor primário, prejudica também as áreas secundária e terciária, campo de atuação da SIC.

Mesmo assim, a Secretaria de Indústria e Comércio abriu perspectivas para o desenvolvimento desses setores, tendo concedido incentivos financeiros a 21 empresas, englobando recursos de Cr\$... 372 milhões, completando investimentos realizados pelas empresas, da ordem de Cr\$ 4,4 bilhões. Proporcionou também incentivos fiscais para 35 grupos empresariais, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 330 milhões, permitindo que as empresas localizadas no Estado realizassem investimentos superiores a Cr\$ 3,7 bilhões. Esses incentivos geraram mais de 12 mil empregos indiretos, vindo a beneficiar cerca de 50 mil pessoas.

ÚLTIMO ANO, A CONSOLIDAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL — NATAL — Durante o último ano da Administração Lavoisier Maia, a Secretaria de Indústria e Comércio iniciou a implantação de Indústrias no Distrito Industrial de Natal, fato de grande importância para o Estado, haja vista que, conforme disse o Secretário Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, veio consolidar o DIN, com o início das construções das primeiras unidades. A primeira indústria que teve obras físicas iniciadas foi a PRENAL — Premoldados de Natal Ltda, seguida pela Guararapes Têxtil e CISAF (unidade de beneficiamento da castanha de caju). Merece destaque, também o início da construção da Cervejaria Nordeste S/A — CERNA, nas proximidades do Distrito Industrial, localizada à margem da Lagoa de

Extremoz. Ainda em 1982, a Secretaria de Indústria e Comércio adquiriu área com 130 hectares, em Mossoró, para a implantação do Distrito Industrial da Capital do Oeste.

PÓLO CERÂMICO — Visando fortalecer o seguimento de cerâmica vermelha já existente no Estado, foi criado, em abril de 1982, o PÓLO CERÂMICO DO RIO GRANDE DO NORTE, cuja primeira unidade, a Manufatura de Porcelana Beatriz, encontra-se em fase de conclusão e se destinará à produção de cerâmica branca — ou louças finas —, a exemplo da Lousane — Louças Sanitárias do Nordeste S/A (em início de construção), ambas do grupo Benahyon, de São Paulo.

Ainda no ano passado, merecem destaque as seguintes ações da SIC:

— Coordenação da 268.^a Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em Mossoró, na última sexta-feira do mês de outubro, oportunidade em que foram aprovados importantes projetos para o Estado, dentre eles: Guararapes Têxtil, Maisa, Texita, Telnern, etc.

— Realização do I Encontro de Cerâmica do Rio Grande do Norte, atraindo ao Estado mais de uma dezena de empresas, interessadas em investir em nosso Pólo Cerâmico. Para que se tenha uma idéia do resultado do Encontro, cerca de 60 por cento da área do Núcleo Industrial de Macaíba foi comprometido.

PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES — Dentro do Programa de Promoção e Apoio às Exportações do Rio Grande do Norte, no Governo Lavoisier Maia destacam-se:

— Promoção de cursos e seminários para técnicos e empresários do setor industrial, visando a atualização e formação de recursos humanos em vários níveis, na área do comércio exterior.

— Realização de um "Diagnóstico do Setor Exportador do RN", juntamente com a FIERN, docu-

mento básico para o "Plano de Ação para Desenvolvimento das Exportações — 1982/84" a ser executado em convênio com a FIERN, com apoio do MIC CACEX, CNT, SUDENE, BNB e outros órgãos relacionados com o comércio exterior.

— Celebração do convênio com a Associação de Exportadores do Estado para treinamento, em serviço de universitários e funcionários de empresas, em atividades de comércio exterior, com apoio financeiro da CACEX.

— Participação do PROMO-



Jorge Ivan: atraindo novos investidores

EXPORT/RN representando o Nordeste, em dois eventos internacionais, com apoio técnico e financeiro do Ministério das Relações Exteriores, visando a promoção dos produtos e empresas exportadoras da região: Feira Internacional de Santiago — FISA, no Chile, e Salão Internacional da Alimentação — SIAL, em Paris, França.

— *Elaboração de um catálogo, em inglês, apresentando, de forma sucinta, os indicadores sócio-econômicos mais relevantes do RN, bem como o setor exportador do Estado, publicação denominada: "EXPORT DIRECTORY — THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE"*.

— *Durante a Administração Lavoisier Maia, no período 79/81, as exportações do Estado apresentaram um crescimento médio de 15 por cento ao ano, em dólar FOB, situando-se acima da média do Nordeste.*

COMPLEXO QUÍMICO-METALÚRGICO — Dentro do esforço governamental para implantação do Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte, a Secretaria de Indústria e Comércio desenvolveu no período de 79 a 82, as seguintes ações, relativas ao Projeto Águas-Mães:

— *Amostragem e análise das Águas-Mães; Determinação da Taxa de Evaporação de Salmoura; Dessulfatação, Cristalização e Decomposição da Carnalita e Extração do Boro, foram os projetos executados. Secagem do Cloreto de Magnésio Hidratado e Eletrólise do Cloreto de Magnésio Anidro, os projetos contratados.*

As ações sistemáticas visando o aproveitamento das Águas-Mães das salinas do Estado, tiveram início no Governo Tarcísio Maia (75/78), quando foi executado o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica. — Projeto Magnésio,

que forneceu indicadores favoráveis à sua implantação.

Hoje, conforme anuncia o Secretário Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, "já está na fase de negociação com empresas interessadas, tanto em sulfatos, quando no magnésio metálico. A UNIPAR, do Rio de Janeiro e a ULTRA, de São Paulo, demonstraram o seu interesse, estando as negociações em fase bem adiantada".

RETA FINAL — *Termina mais um período administrativo no Rio Grande do Norte. Termina a administração Lavoisier Maia que, em termos de Secretaria de Indústria e Comércio, sempre procurou atrair novos investidores de fora para o nosso Estado, um trabalho, que sem sombra de dúvidas, foi muito bem pautado pelo Secretário Jorge Ivan Cascudo Rodrigues. E, na chamada reta final, mais uma grande investida de reconhecido alcance econômico-administrativo foi realizado pelo Governo do Estado, através da SIC, em no último dia oito reunir empresários sulistas em Natal, interessados em investir no Rio Grande do Norte. O Encontro aconteceu nas dependências do SESI/SENAI.*

Dia oito de março, uma terça-feira, aproximadamente às 8:30 da manhã, o Secretário de Indústria e Comércio abriu o Encontro com os empresários sulistas, quando, na ocasião, fez explanações das oportunidades de investimento no Rio Grande do Norte. Aqueles investidores, cada um de uma área diferente, após ouvirem o Secretário, e a apresentação feita pelo Presidente da CDI, Miguel Ferreira Segundo, passaram a ouvir o Governador Lavoisier Maia, que assegurou recursos do FDCI para elaboração dos projetos em fase de negociação. O Governador eleito, José Agripino, em seu pronunciamento, assumiu compromisso de dar continuidade aos programas até então traçados. Durante o Encontro foi lançado o 1.º Guia de Exportação do Rio Grande do Norte, o EXPORT DIRECTORY, como também o Diretor da CACEX, José Carlos Coimbra falou sobre Comércio Exterior — Sua Evolução e Perspectivas, tema bastante "quente" em função da recente maxidesvalorização do cruzeiro. Terminados os trabalhos, os empresários sulistas foram conhecer, «in loco» as nossas chamadas potencialidades de investimentos. Muita gente se interessou pelo Rio Grande do Norte. □

EMPRESÁRIOS PRESENTES AO ENCONTRO

— RIO GRANDE DO SUL

1. FERRI — Engenharia e Construções Ltda.
Sr. Raul Weissheimer
Porto Alegre/RS
2. MIMEX S/A — Indústria e Comércio
Sr. Raul Weissheimer
Porto Alegre/RS
3. SELL — Produtos Alimentícios Ltda.
Sr. Huberto Sell
Pelotas/RS
4. GLITZ S/A — Indústria, Importação e Exportação
Sr. Alfredo Glitz Neto
Pelotas/RS
5. SOMUL — Soc. Metalúrgica Uruguaiana Ltda.
Sr. Alceu Saldanha
Uruguaiana/RS
6. BORBONITE S/A — Indústria de Borracha
Sr. Geraldo Rodrigues da Fonseca
São Leopoldo/RS

— SÃO PAULO

1. CETEMI — Cerâmica Técnica e Mineração
Sr. Vlademir Martinez
Natal/RN

2. POLIETIL

- Sr. Hong Ki Kim
São Paulo/SP
3. Miguel Hernandez Indústria Mecânica Ltda.
Sr. José Carlos de Abreu
São Paulo/SP
 4. CONAME INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Sr. Segundo Hernandez
São Paulo/SP

— SANTA CATARINA

1. METISA — Metalúrgica Timboense S/A
Sr. Wolfgang Paul
Timbó/SC
2. CERAMARTE S/A
Sr. Klaus Schumacher
Rio Negrinho/SC
3. Indústria de Linhas Leopoldo Sichmalz S/A
Sr. Leopoldo Sichmalz
Gaspar/SC

— RIO DE JANEIRO

1. Indústria de Vidros N. S. de Fátima
Sr. José Carlos de Abreu
São Gonçalo/RJ



Diógenes: muitas questões para resolver

UNIVERSIDADE

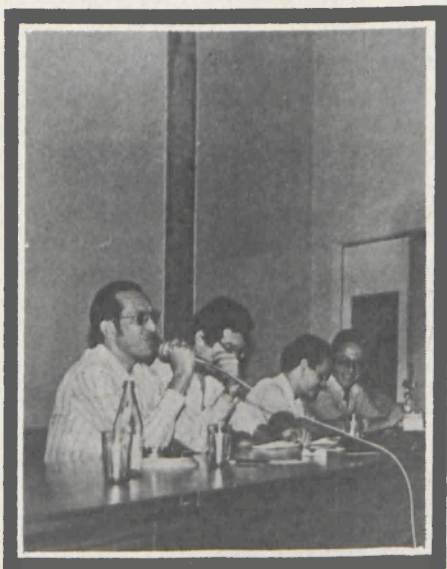
Diógenes: poeta e reitor ganhou imagem polêmica em quatro anos

Chegando em primeiro lugar ao pódio da Reitoria, graças à interferência pessoal do senador Dinarte Mariz e do ex-deputado federal Djalma Marinho, o reitor Diógenes da Cunha Lima administrou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte nesses quase quatro anos de mandato dentro de um pensamento que ele cunhou de "Universidade Receptiva".

Receptiva ou não, o certo é que o professor Diógenes da Cunha Lima não mostrou-se, para a maioria da comunidade universitária, um timoneiro com jogo de cintura suficiente para conduzir o barco pelas águas turbulentas do ensino brasileiro. É bem verdade que na sua administração a Universidade Federal teve o seu nome projetado nacionalmente, a partir da eleição de Diógenes para presidência do Conselho de Reitores.

As críticas lhe são feitas por quase toda a comunidade universitária — professores, estudantes e funcionários — acusando-o de narcisista e arbitrário. Narcisista, argumentam seus críticos, "porque o que faz na Universidade se espelha na sua imagem"; e arbitrário porque ele incorpora a figura de Luís XIV — "L'etat c'est moi".

AMBIGUIDADE — Para o professor de Ciência Política da UFRN, Antônio Joaquim de Oliveira, "a admi-



Problemas de toda sorte

nistração de Diógenes da Cunha Lima se caracterizou pela ambigüidade, como ambígua é a sua conduta. Autoritário, sempre procurou aparecer em tudo que fez pela Universidade, num narcisismo nunca visto nessa instituição".

Segundo Antônio Joaquim, o exemplo mais autêntico da ambigüidade do reitor é a Lista Sêxtupla. De repente o reitor convocou os Conselhos Superiores da Universidade, impôs os seis nomes de sua preferência e deixou de fora os nomes indicados pela comunidade universitária, numa



Os últimos dois anos foram de muitas divergências na UFRN

eleição direta. "Talvez Diógenes seja o reitor mais autoritário do País".

Sob o ponto de vista administrativo, Joaquim diz que "a nossa Universidade está acéfala. O reitor — ele prefere chamá-lo de **reitur**, em alusão às suas constantes viagens — vive a bordo dos aviões da carreira, o que impediu a Universidade resolver questões de grande importância". Ainda sob o aspecto administrativo, Joaquim lembrou que "por capricho do reitor a UFRN perdeu quase quatro dezenas de professores visitantes Doutores e Mestres, pesquisadores que não custaram um centavo aos cofres da autarquia. A Universidade tinha todas as condições de enquadrá-

los, como fez com os professores colaboradores, em 1980, atendendo recomendações do Ministério da Educação e Cultura. Essa, para mim, foi a maior perda da Universidade". Sobre os pontos positivos da administração de Cunha, Antônio Joaquim, com uma dose de ironia, resume numa única frase: "A sua saída da Reitoria".

ESTRUTURA — Discordando do ponto de vista de Joaquim, a professora Lúcia Brandão, do Departamento de Estudos Sociais diz que "se durante a administração do reitor Diógenes da Cunha surgiram fatos negativos, isso deveu-se muito mais à

estrutura da Universidade brasileira. Ele foi uma vítima dessa estrutura, que não lhe permitiu realizar mais pela Universidade". No entanto, Lúcia lembra de um ponto negativo: a realização do concurso de professores, "pois ele sabia da existência de um decreto presidencial proibindo contratações, mesmo assim fez o concurso e os 80 professores estão aí sem poder serem contratados".

A professora Lúcia Brandão parte da eleição de Diógenes para a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — Crub — para enaltecer a capacidade do reitor. "A sua eleição — diz — foi muito boa para a UFRN, já que nunca teve vez

Ascensão e queda do ensino

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte está melhor ou pior?

A estrutura física da UFRN, é inegável, sofreu várias melhoras. E, em muitos aspectos, serviços importantes vêm sendo realizados sem que a opinião pública tenha tomado conhecimento deles. Edição de livros e incentivo à pesquisa pura, com vistas a aplicação no mais curto espaço de tempo possível, tem sido esforço constante da Universidade, contando com o incentivo direto do reitor. Sob esse ponto de vista, a atividade universitária tem sido

quase febril. Nos últimos anos, a vida universitária, no Rio Grande do Norte, tem se deslocado da esfera puramente acadêmica, para ir um pouco mais além.

As reclamações quanto à qualidade de ensino têm partido das fontes costumeiras. É sabido que o montante de recursos não tem acompanhado no mesmo ritmo das necessidades. Em consequência, a qualidade do ensino tende a cair cada vez mais.

A essa altura, a reclamação básica quanto à Universidade prende-se à má qualidade do ensino. O

curioso é que ela parte dos professores e de alunos. Muitos estudantes têm se desencantado com o nível de ensino superior no Estado. Onde está a causa?

É difícil saber precisamente onde está a causa básica final. Mas muitos arriscam a dizer que, se houvesse mais liberdade e dinheiro, o nível de ensino seria outro, muito diferente mesmo. O mercado de trabalho e o desencontro entre as profissões que são formadas e a capacidade desse mercado em absorver mão-de-obra qualificada funcionam como desestímulo, de um modo geral.

O que tem isso a ver com a administração Diógenes da Cunha Lima?

Nada. Apenas coincidiu que esses problemas eclodiram com mais intensidade justamente no seu período à frente da UFRN.

no cenário nacional e, a partir daí, ela projetou-se”.

Representando o pensamento político de maioria dos 14 mil estudantes da UFRN, o presidente do Diretório Central, Hugo Manso Júnior, acha que para analisar a atual administração da Universidade é preciso situá-la em dois aspectos: o primeiro deles é eminentemente administrativo, que dá poderes supremos ao mandatário. Ele pegou uma Universidade nova para administrar num momento em que a política do MEC era de distribuir recursos para as autarquias e de eliminar qualquer tentativa de ajuda aos estudantes”.

O segundo aspecto apontado por Hugo Manso diz respeito à sucessão da Universidade, já que ele tem poderes absolutos para conduzir o processo da maneira que entender, sem auscultar a comunidade universitária. Hugo diz que com Diógenes “percebeu-se que ele fez o seu mandato caracterizado pela “tentativa” de realização de grandes feitos, só que esses muitos feitos foram obras de fachada, com a maior parte saindo pela culatra”.

VESTIBULAR — O presidente do Diretório Central, um dos críticos mais contundentes do reitor, diz que um dos grandes equívocos de Diógenes foi o ponto de corte de 40 por cento verificado no Vestibular, num momento em que a Universidade brasileira estava sofrendo cortes nas suas verbas por parte do Ministério da Educação, com um nível de ensino aquém do que se pretendia, sem se dar ênfase à pesquisa”. Mas Hugo Manso lembra que, “se por um lado Diógenes incentivou a produção de livros e discos, por outro lado sabemos perfeitamente os motivos da ênfase dada a essa produção, quando vemos nas capas dos discos letras de suas músicas. Essa produção nada mais é do que uma tentativa do reitor camuflar a real situação da Universidade”.

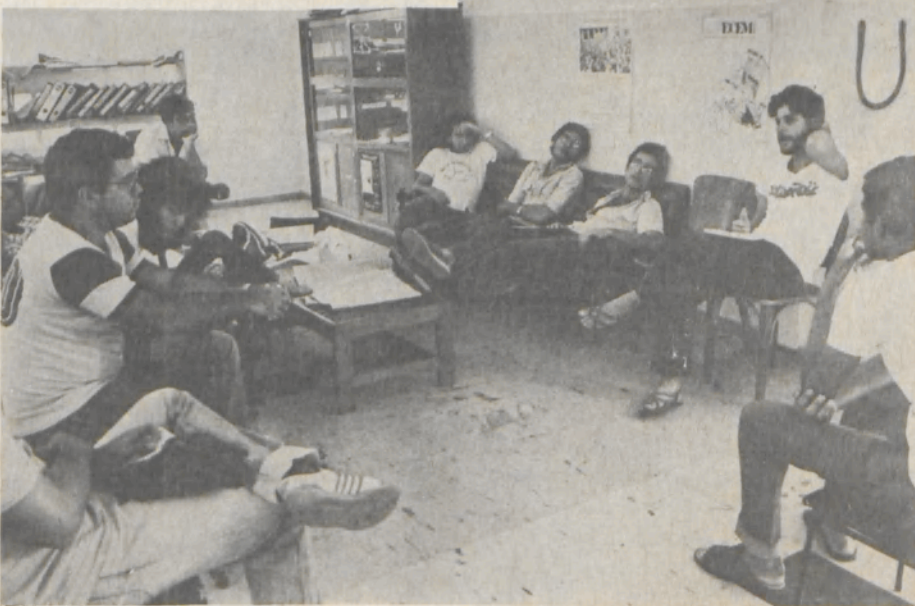
O estudante descobriu que “a vaidade pessoal de Diógenes foi levada ao extremo, com o reitor conseguindo a antipatia geral da comunidade universitária”. Diante desse contexto, Hugo diz que “o mais pernicioso nessa administração foi que o reitor tratou com descaso absoluto a necessidade de melhorar o aprendizado dos alunos, basta que analisemos a situação dos Campi Avançados da Universidade”. Hugo levanta algumas questões sobre a administração



Na Universidade, ...

de Diógenes: “Por que o reitor, ao invés de construir um monumento na entrada do Campus Universitário com as suas iniciais não conseguiu outros recursos para superar as dificuldades da linha de pesquisa? Por que o reitor não empregou os recursos para melhorar a estrutura de transporte no interior do Campus? Por que o reitor não se empenhou para melhorar a estrutura física e administrativa dos Campi Avançados”?

PLATAFORMA — Tido como um moderador nas negociações da Asso-



... ano difícil.

ciação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Adurn —, o professor Waldson Pinheiro, do Departamento de Letras, disse que gosta de ser justo nas suas apreciações. Para ele, “Diógenes, como pessoa a se tratar individualmente, com assuntos sem ser universitários, é uma pessoa fabulosa”, mas descobre comportamento autoritário quando se trata de dialogar com o reitor.

Waldson diz que diverge da administração de Cunha e mostra que ele “não cumpriu com a plataforma a que se propôs, de uma Universidade receptiva para o que ele queria, e aponta como exemplo o Centro de Convivência Djalma Marinho, que continua até hoje sem a presença de professores e alunos, já que nem Adurn nem DCE têm sala nas dependências do Centro”. A atitude de Diógenes, negando espaço físico à Adurn e ao DCE é, para Waldson Pinheiro, “uma postura de autoritarismo. Em Diógenes sobra autoritarismo e falta autoridade”.

É bem verdade que o atual reitor enriqueceu o acervo da Biblioteca Central, deu continuidade administrativa, reconhece Waldson, “mas ele cometeu uma falha imperdoável ao promover o concurso de professor, sabendo que não podia fazê-lo”.

Mas uma das críticas que Lima tem recebido com mais frequência refere-

se ao ponto de corte do Vestibular e o próprio Waldson, um moderado, diz que “o reitor prejudicou centenas de estudantes com a sua idéia tecnocrata de melhorar o ensino. Tem que se melhorar tudo dentro da Universidade, primeiro”. Para não cometer injustiças, Waldson Pinheiro mostra como ponto positivo da administra-



Waldson Pinheiro

ção do reitor “a sua preocupação com a produção cultural em volume de obras publicadas”.

DIÁLOGO — Também moderada, a Coordenadora do Curso de Comunicação Social, professora Otêmia Porpino Gomes analisa a administração do atual reitor e diz que “deixou mui-

to a desejar porque se preocupou pouco com a qualidade do ensino e com o aparelhamento dos cursos, notadamente o de Comunicação”. Otêmia acha que Diógenes se preocupou muito com o aspecto cultural, com o lançamento de livros e com os programas de extensão”.

A Coordenadora do Curso de Comunicação alerta para o fato da Universidade ter poucas salas de aula e nada foi feito na administração de Cunha Lima para melhorar tal situação. Diógenes ampliou a Biblioteca Central mas os seus livros são desatualizados, conclui Otêmia.

Um dos aspectos que Diógenes mais tentou pôr em prática durante a sua administração foi o diálogo, que ele propôs manter franco e aberto com a comunidade universitária. Mas essa sua decisão também recebeu críticas de grande número de professores. Entre esses críticos está a professora Bernadete Oliveira, da cadeira de Linguística: “O diálogo do reitor é sui generis. É ele quem o controla”.

No que diz respeito à administração da Universidade, Bernadete ressaltava as obras de grande porte feitas pelo reitor, exclusivamente para que pudesse aparecer e cita como exemplos a gravação de discos do Projeto Memória, a maioria com letras dele; a realização do concurso de professor. □

As atribuições do Senhor Reitor

Diga-se o que se disser da administração Diógenes da Cunha Lima um aspecto tem de ser ressaltado: ele teve momentos difíceis. Talvez a Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos últimos 18 anos nunca tenha tido um período tão agitado. Como, de resto, em outras Universidades. Porque o último quadriênio marcou a fase mais aguda do processo de abertura política. E foi um momento coincidente com as discussões que começaram a eclodir no País todo. Discussões, naturalmente, em que a política estava — e está — subjacente aos problemas meramente estudantis. Então, nos últimos dois anos, os estudantes e professores ganharam a consciência de que têm de participar de todos os processos políticos

da sociedade, das discussões sobre todas as suas mudanças. Nas duas vezes em que os professores universitários estiveram em greve, ao final de dois anos letivos consecutivos, os estudantes decidiram formar ao seu lado. Do mesmo modo, quando a greve — ou paralisações, como as novas gerações de estudantes chamam — era dos estudantes, os professores davam o seu apoio automático.

Houve momentos em que o atribulado Diógenes da Cunha Lima viu-se pressionado por três frentes: estudantes, professores e funcionalismo da UFRN. E mais uma quarta frente: a do pessoal que foi aprovado no concurso para preenchimento de mais de mil vagas e que ficou prejudicado com o decre-

to presidencial limitando as admissões no serviço público.

Foi na gestão de Diógenes que se criou o impasse com os professores visitantes e os contratados. Nessas duas áreas é onde o reitor tem os maiores focos de antipatia. Sem falar num grupo que fez Mestrado e retornou há pouco mais de dois anos e nunca afinou direito com o reitor.

Com tudo isso, ele tem se mostrado hábil. Mesmo quando as notícias são claramente contrárias, ele nunca se irrita com os repórteres que vêm à cobertura da UFRN e, não raro, quando é o caso de uma repórter, não hesita em aliviar a tensão com uma poesia do seu vasto repertório.

AS PRIORIDADES DA EDUCAÇÃO: A EXPANSÃO, OS NÚCLEOS AVANÇADOS E A CARTILHA

Durante todo o período à frente do Executivo norte-riograndense, o Governador Lavoisier Maia incentivou a execução de todos os programas elaborados pela Secretaria da Educação e Cultura, principalmente os de apoio ao processo ensino-aprendizagem. Desses programas, três foram destacados pelo Governador e pelo Secretário da Educação, professor Luís Eduardo Carneiro Costa; a Cartilha Raízes; a expansão das matrículas nas escolas estaduais; e os Núcleos Avançados de Ensino Supletivo.

Para o Secretário Luís Eduardo, "o maior mérito da Cartilha Raízes não é proporcionar material didático gratuito, mas fazê-la identificada com o seu universo vocabular". Como parte da Cartilha Raízes, a Secretaria desenvolveu a coleção denominada Ecos, que tem por objetivo formar bibliotecas para o meio rural, com impressos da responsabilidade elaborativa dos especialistas da Secretaria da Educação, a fim de que os estudantes cultivem o hábito da leitura.

Segundo Luís Eduardo, — no final de fevereiro a Secretaria realizou um treinamento com professores do Program Edurural em 14 municípios do Rio Grande do Norte, e até final de março mais 28 municípios serão atingidos, envolvendo 793 professores.

NÚCLEOS AVANÇADOS — O segundo programa que mereceu destaque da Secretaria da Educação foi o da expansão das matrículas nas escolas estaduais. Esse programa crescerá significativamente este ano em razão da oferta de 60 mil 327 vagas para o 1.º Grau e 16 mil 132 para o 2.º Grau. Mas Luís Eduardo ressalta que, "aliada à preocupação de que as crianças e adolescentes frequentem as escolas, há a de oferecer-lhes melhores condições de estu-

do, a fim de que a aprendizagem se processe com a eficiência desejada".

O terceiro programa destacado — por sinal uma experiência pioneira — foi a dos Núcleos Avançados de Ensino Supletivo. "Através desse programa", diz Eduardo, "se deseja recuperar o estudo de adultos que não o tiveram em época própria. Acelerar-lhes o ensino equivalente ao 1.º Grau e possibilitar-lhes o ingresso no grau subsequente".

Para que esse objetivo fosse atingido, o Secretário da Educação determinou que a produção de material didático a ser distribuído aos alunos fosse elaborada no próprio Estado, dentro de uma realidade didático-pedagógica do estudante.

LIVRO DIDÁTICO — A distribuição do livro didático tem merecido toda a atenção do Secretário da Educação. Ele deu uma nova dimensão a este programa e já este ano, no início das aulas na rede estadual de ensino, o Governo do Estado distribuirá 397 mil livros, além de oferecer a 231 mil 317 colegiais material escolar. Mas a sua preocupação com o aluno não pára por aí. Ela tem se efetivado através do atendimento médico-odontológico e de bolsas de estudo, destacando-se o recém-criado Pro-Visão, onde são destacados os alunos com deficiência visual e submetidos a tratamento, além da doação de óculos.

Para que todos esses programas obtivessem êxito, tornou-se necessário uma maior atenção à infraestrutura física da rede escolar. Por isso o Governo do Estado construiu um mil e nove salas de aula e restaurou 844 imóveis escolares em todo o Rio Grande do Norte, apesar do seu alto custo e da parcimônia dos recursos. Nesse mesmo período o Governo do Estado adquiriu noventa e um mil e nove



Inauguração da E. E. Djalma A. Marinho



Crianças do Pré-Escolar em atividade



Alunos plantam e cultivam hortas da Escola



Junto Cidade Satélite



Escola de Ceará-Mirim

carteiras escolares, afóra imóveis e utensílios, indispensáveis aos estabelecimentos de ensino.

RECURSOS HUMANOS — O Secretário da Educação lembra que a formação de recursos humanos destinados à educação foi uma das metas prioritárias do Governador Lavoisier Maia, "não só pelo aspecto social de que se reveste, mas de igual modo pelos frutos decorrentes do trabalho de quem os presta, onde assume importância capital a melhoria do ensino".

Para melhorar a qualidade do ensino, professores, especialistas de educação e técnicos se submeteram continuamente a cursos de formação profissional, treinamento, especialização e atualização. Dentro desses cursos, Luís Eduardo destaca o Projeto Logos II que, iniciado em 1978, já formou quase dez mil profissionais do Magistério a nível de 2.º Grau, e ainda se encontram no programa mais de quatro mil cursistas. Luís Eduardo diz "ser alentador saber que o Projeto Logos II esteja erradicando o professor sem formação pedagógica, desaparecendo, assim, a figura do docente leigo".

Uma outra medida tomada pelo Governo do Estado dentro da sua preocupação de melhoria do ensino foi a criação do Estatuto do Magistério, operacionalização pela qual os professores e especialistas de educação asseguraram direitos, com vantagens de ordem funcional e financeira.

Após a aprovação do Estatuto do Magistério, o Governo do Estado já enquadrou 9 mil 767 professores, permitiu 942 acessos, promoveu 4 mil 559 e concedeu mudanças de cargo (transferência) a 88 professores, tudo representando vultosas somas de recursos tirados do parco Orçamento do Estado.

TV EDUCATIVA — Segundo Luís Eduardo, a preocupação do Governo do Estado com a utilização da tecnologia educacional também mereceu destaque. Programas destinados a beneficiar diretamente 30 mil estudantes da zona rural do Rio Grande do Norte foram transmitidos através do rádio e da Televisão Educativa. Esses Programas serviram como reforço de programações pedagógicas e culturais, envolvendo docentes e discentes da zona rural. O Programa Educação de Adultos em Comunidades Rurais, através do rádio atingiu, no período 1981/82, a mais de 56 mil alunos.

Defende o Secretário da Educação o ponto de vista de que a melhoria do estudo está vinculada a inúmeros fatores, destacando-se a permanente assistência ao educando. Essa assistência, para Eduardo, tem se refletido através do programa da Merenda Escolar.

Como pioneiro, o Rio Grande do Norte assumiu a responsabilidade de estadualizar o Programa, em todos os seus 151 municípios, tendo atingido, em 1982, a 369 mil 285 alunos e em 1983 serão beneficiados cerca de 400 mil alunos carentes.

O Secretário da Educação revela que os inúmeros obstáculos que impediam chegar ao estudante a complementação carencial de alimento foram erradicados graças aos Núcleos Regionais de Ensino. Mas muitos outros Programas, iniciados na atual administração, serão concluídos na gestão do futuro Governador.



Financiamento só para casas populares

IMÓVEIS

Dinheiro está curto como nunca para as construções

O dinheiro está curto como nunca para investir na construção de imóveis em Natal. É uma situação que freia, por assim dizer, de modo inesperado, o ritmo de novos apartamentos na cidade. Freia ou, no mínimo, atrasa, com sérios riscos de configurar uma crise no setor de construção civil, como já vêm advertindo os empresários.

A situação não está fácil. A Caixa Econômica Federal abriu uma ligeira brecha no fechamento total de uns dois meses atrás. Mas é uma brecha ainda muito estreita e por ela só passam peixes miúdos. Ou seja: financiamentos individuais com limites de até 2.250 UPC's, segundo informações do seu gerente regional, Francisco de Assis Miranda Pinheiro.

APREENSÃO E EXPECTATIVA

— Como o dinheiro para a construção da casa própria é oriundo da poupança popular, com a fonte básica sendo o FGTS e o escoadouro as Associações de Poupança, segundo as normas do Sistema Financeiro de Habitação desde que foi implantado o BNH no Brasil, o sistema todo fica dependendo do fluxo e refluxo de recur-

sos nas Cadernetas de Poupança. E esse mecanismo tem sofrido alguns traumas, nos últimos meses. Traumas nascidos das indefinições nos rumos da economia do País e que se refletem em normas e resoluções súbitas funcionando como metralhadoras sem controle.

O presidente da Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte (Apern), Álvaro Alberto, reconhece que o ano e o momento são difíceis e que sua empresa, por ora, não vem atendendo pedidos de financiamento. A sua definição da situação é técnica, mas muito clara:

— Quando a economia sofre certos efeitos no seu todo, os setores que lidam com capital são os que mais se ressentem. É o caso das Associações de Poupança que, com a recessão, sofrem com as reduções dos repasses por parte do BNH.

Ele vê o ano como muito incerto e não se arrisca a fazer projeções sobre o fluxo das cadernetas. Confiava que, com administração competente dos recursos disponíveis — basicamente providenciando o recebimento das prestações dos imóveis já financiados no devido tempo — poderá ir tocando, enquanto a situação se define:

— Os dias melhores certamente virão — auspícia Álvaro Alberto — pois



... ainda não estão normais

confio na criatividade e capacidade do povo brasileiro. E assim que tudo se normalizar, a Apern também voltará à sua atuação normal no financiamento de apartamentos e unidades para particulares.

NOVAS PERSPECTIVAS — A situação é vista pela gerente geral da Caderneta de Poupança Banorte, Olindina Maria da Cunha Lima Freire, mais sob o ponto de vista técnico:

— O que está havendo — diz ela,



Olindina: depósitos...

referindo-se, evidentemente, às atividades do grupo que representa — é uma redução nos financiamentos. Na realidade, o momento é de expectativa, enquanto aguardamos melhores perspectivas para podermos projetar ao ritmo de financiamento anterior, isto é, antes da recessão. Por enquanto, nos limitamos ao mínimo possível.

A sua esperança, como de Álvaro Alberto, é na retomada do ritmo de captação de recursos por parte das cadernetas de poupança. Enquanto isso não acontece, a Poupança Banorte procura atender as pessoas que estão na fila para financiamento apenas por critério de vez.

SEM CAIR — Não é regra geral, porém, a queda nos depósitos das cadernetas de poupança em Natal. O presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte (BDRN), Álvaro Motta, garante que os depósitos no estabelecimento oficial não vêm caindo. Ressalva apenas que não vêm se mantendo nos mesmos índices de crescimento dos anos anteriores. A Caderneta de Poupança Bandern, segundo Álvaro Motta, vem se orientando para o financiamento às pessoas de baixa renda, não ultrapassando os 1.800



Álvaro: esperança no ritmo da cantacão

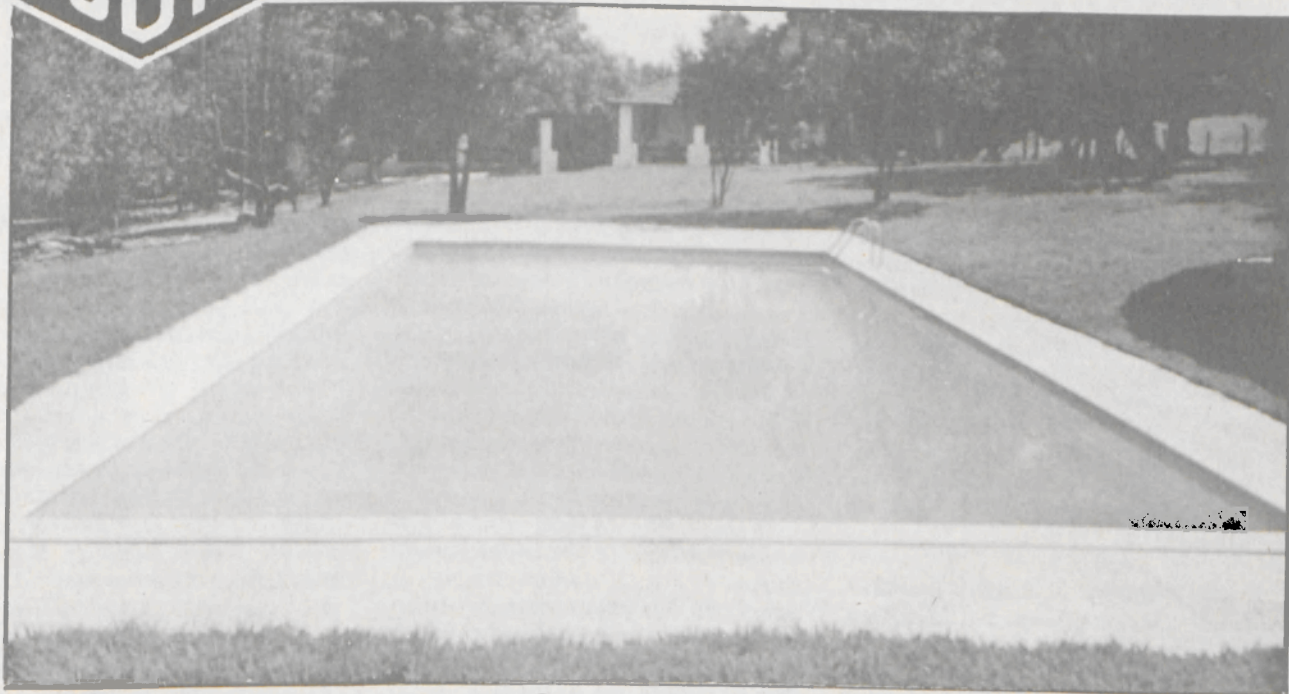
UPC's. Como os outros diretores da mesma área, espera voltar ao ritmo normal o mais breve possível.

Porque, por entre tantos prognósticos e declarações ponderadas, é inaceitável constatação: está faltando dinheiro para financiar imóveis em Natal. □



Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Companhia Distribuidora de Ferragens

Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira — Fone: 222-3571 — Natal-RN

Durante os quatro anos da administração do Governo Lavoisier Maia, a Secretaria da Agricultura foi um dos órgãos que mais se destacaram na execução de programas traçados pelo Chefe do Executivo visando beneficiar o homem do campo. Nesse sentido, o secretário da Agricultura, Ronaldo Fernandes, teve uma preocupação básica com o fortalecimento das atividades agropecuárias e com o pequeno produtor do Rio Grande do Norte, tão severamente castigado pela prolongada estiagem.

Dentro desse contexto, Ronaldo Fernandes procurou, durante a sua administração à frente da Secretaria da Agricultura, destacar a importância da agropecuária na economia estadual, se engajando na política de desenvolvimento nacional dentro de suas diretrizes básicas, "consciente e conscientizado de que o progresso do País depende, acima de tudo, do trabalho do homem do campo".

PRIORIDADES — Para o secretário da Agricultura, Ronaldo Fernandes, apesar do Governo Lavoisier Maia ter enfrentado uma série de adversidades em função dos prolongados anos de seca, muitos programas foram realizados, objetivando prioritariamente fortalecer a infra-estrutura das propriedades, a produção e abastecimento de alimentos básicos, a organização rural e os programas específicos das instituições vinculadas como EMANTER: Extensão Rural e, EMPARN: Pesquisa; CIDA: Mecanização e Comercialização de Insumos, etc.

CIDADE HORTIGRANJEIRA — Que desde o seu início vem contando com o apoio do Ministério da Agricultura, já tem 100 hectares irrigados, com uma produção diária de 16 mil quilos. Esse programa, além dos 200 novos empregos diretos criados, tem oferecido aos natalenses uma produção de hortigranjeiros de boa qualidade por preço mais barato. A cidade de Mossoró também conta com a sua Cidade Hortigranjeira, em fase de implantação.

PROPESCA — Projeto Integrado de Desenvolvimento da Pesca Artesanal — tem prestado assistência técnica e social a cerca de um mil pescadores e deverá, até o final de sua total execução, ter elaborado cem planos de crédito para financiamento de novos barcos de pesca, já contando com recursos



Secretário Ronaldo Fernandes: preocupação com o setor agrícola

NA AGRICULTURA BÁSICA COM A

aprovados superiores a 160 milhões de cruzeiros. O Propesca conta com núcleos pesqueiros funcionando em Natal, Baía Formosa, Macau e São Bento do Norte e, em fase de construção, se encontram os núcleos de Barra de Maxaranguape, Pitangui e Rio do Fogo.

Ainda dentro do programa Propesca, Ronaldo Fernandes chama a atenção para o fato da frota pesqueira do projeto está prevista para 300 embarcações. Diz ainda que cada núcleo dispõe de engenheiro de pesca, assistente social e auxiliar administrativo, além da infra-estrutura apropriada.

O secretário da Agricultura, Ronaldo Fernandes, enumera, ainda durante a sua administração, a execução dos programas de forrageiras; dos Centros Regionais de Agricultura; de Saúde Animal; de Multiplicação de Sementes; e de Melhoramento Animal. Esse programa objetivou a introdução de reprodutores e matrizes selecionadas no rebanho bovino do Ric

Grande do Norte, tendo contado com o apoio direto do Banco do Rio Grande do Norte — Bandern — mediante linhas especiais de financiamentos.

CAPRINO-OVINOCULTURA — Objetivando expandir atividades compatíveis com a situação de dificuldades climáticas vivenciadas pelo Rio Grande do Norte, foi ampliada a criação de animais de pequeno porte através da caprino-ovinocultura, com a distribuição de 250 núcleos em regime de co-operação com criadores, tendo como suporte, 04 Centros de Reprodução de Caprinos-Ovinos, sediados em Lajes, Serra do Mel, Cruzeta e Rafael Fernandes.

ELETRIFICAÇÃO RURAL — Nesse projeto, o Governo do Estado já implantou 2.230 quilômetros de linhas de alta tensão, beneficiando mais de quatro mil propriedades rurais do Estado.

PAGUE MENOS — Programa



Centro de Reprodução de Caprino no Município de Lages



Projeto: pequena irrigação



Propriedade eletrificada

, PREOCUPAÇÃO AGROPECUÁRIA

que, de acordo com Ronaldo, substituiu-se num dos momentos de maior emoção do governador. O Pague Menos comercializa gêneros de primeira necessidade bem mais barato do que o preço do mercado varejista, visando baixar o seu preço na concorrência. Comercializa farinha, arroz, feijão, fubá e hortaliças, num total de 148 toneladas por semana em seus 39 pontos de venda espalhados por toda a cidade.

PROAB — Um outro programa de grande importância para a população da Grande Natal já que, além de vender alimentos básicos na área de baixa renda, usa uma rede de 140 varejistas das Quintas, Bairro Nordeste, Bom Pastor, Igapó e Redinha. Vende arroz, feijão, farinha, açúcar, óleo, ovos, charque, leite em pó, macarrão, fubá de milho, peixe salgado com 20 por cento de desconto e ainda financia capital de giro para os varejistas, com crédito subsidiado.

AMPLIANDO A OFERTA D'ÁGUA — O secretário Ronaldo Fernandes lembra, ainda, que durante a sua gestão foram desenvolvidos os programas de perfuração de poços; construção de açudes públicos e em cooperação; a atividade caprino-ovinocultura, que surgiu como alternativa para o agricultor conviver com a seca; produção de sementes selecionadas; peixamento de açudes; difusão da cultura do sorgo; melhoramento genético e profilaxia do rebanho; e o programa de moto-mecanização, que financiou 40 tratores com recursos de 50 por cento a fundo perdido, beneficiando 124 municípios do Rio Grande do Norte.

Esse programa permitiu a formação de patrulhas moto-mecanizadas em parceria com 24 cooperativas.

A TERRA PARA QUEM TRABALHA — Entre as atribuições da

Secretaria da Agricultura, destaca-se a organização fundiária, orientada no sentido de legitimar a posse e áreas devolutas, bem como, das terras onde os agricultores-proprietários não disponham do documento legal de propriedade. Assim é que, no período 79/82, foram expedidos aproximadamente 6.000 títulos de terra e desapropriados 3.272 hectares, através de 12 Delegacias de Terra, 08 das quais implantadas na administração Lavoisier Maia. Com uma força de trabalho crescente, a SUTER — Subcoordenadoria de Terra, graças ao apoio técnico-financeiro do INCRA e Polonordeste, vem permitindo uma maior agilização nos trabalhos de regularização fundiária, que ao lado de medidas simplificadoras de ordem institucional, tem se traduzido em eficácia, conforme atestam as muitas alcançadas.

PARQUE ARISTÓFANES FERNANDES — Ronaldo Fernandes chama a atenção para a reforma executada no Parque de Exposição de Animais "Aristófanes Fernandes", em Eduardo Gomes, quando foram perfurados e instalados dois poços tubulares; construídos os prédios das agências bancárias; instalado o auditório; construídas as pocilgas; o Centro de Manejo para ovinos e caprinos e a construção da primeira etapa da estação de psicicultura.

Mostrando-se recompensado pelo trabalho desenvolvido à frente da Secretaria da Agricultura, Ronaldo Fernandes lembra o apoio recebido pelo Governador Lavoisier Maia para a criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte — EMPARN — que abriu a perspectiva do desenvolvimento de trabalho de experimentação e estudos especializados que traduziram, na sua essência, a necessidade da concepção de uma economia fundamentada nas condições ecológicas características de uma região como a nossa. Ressalta Ronaldo, a institucionalização da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/RN, que veio completar a estrutura dos serviços básicos do desenvolvimento do setor agropecuário.

Por último, Ronaldo Fernandes diz que: do muito que tinha que se fazer, muito se fez, se não se fez com o melhor, realizou-se o possível, dentro do quadro de limitações impostas pela seca e pelos recursos financeiros.

E POR QUE NÃO UM PLANO DIRETOR DE CULTURA? — Com a inauguração do Centro Cultural de Natal, instalado no antigo Quartel-General, uma pergunta se impõe: existe, pelo menos em estado embrionário, a intenção de se criar um Plano Diretor de Cultura para o Estado?

Em um Estado pobre, sem verbas, especialmente para a promoção cultural, todos os recursos deveriam ser corretamente aproveitados. Eis porque se torna imprescindível que se comece a pensar na criação de um plano diretor, o que evitaria, sem dúvida, o desperdício de minguados recursos — inclusive humanos. É preciso estabelecer prioridades, sem esquecer, também, que cultura não é somente exibição de grupos folclóricos que regalam a vaidade de alguns e pouco ou quase nada contribui para um justo conhecimento, por parte dos interessados, das manifestações de criatividade do nosso povo.

Existem instituições fazendo exatamente a mesma coisa, uma repetindo o erro da outra. Quando deveriam se reunir e unir seus recursos para a realização de eventos mais sérios, estudados em profundidade. Faço esta digressão a propósito dos critérios, realmente esdrúxulos, adotados pela Secretaria de Educação e Cultura e pela Universidade Federal, ao reunir como representantes do Estado, em Feira Cultural realizada em São Paulo, dois artistas que estão em ex-

tremidades diversas, como Assis Marinho e Erasmo Costa Andrade. Este, certamente, um artista completo, maduro, realizando obra que honraria qualquer povo; exatamente o oposto de Assis Marinho, um artista cheio de cacoetes, sem o mínimo refinamento técnico. Um autor de cromos de folhinha colocado, por incompetência de uma comissão, de curiosos, ao lado de um artista de intensa força poética, além de possuidor de um virtuo-

bras do presidente da França, François Mitterrand, em discurso proferido recentemente na Sorbonne, num encontro que reuniu escritores e artistas de toda parte do mundo: "Não existe progresso sem cultura, sem ciência e seu arte".

Cultura é coisa séria. E portanto deve ser tratada com o respeito que merece.

★ ★

HOMENAGEM A EPIFÂNIO — O pintor João Epifânio da Silva,



João Epifânio

sismo artesanal raramente alcançado por um artista local.

Penso que o desperdício deve ser evitado a qualquer custo. Não é bastante ter boa vontade. É preciso, além disso, conhecimento, e competência, pois do contrário nunca a cultura será, no Rio Grande do Norte, uma coisa séria. E aqui reproduz as pala-

falecido o ano passado aos 64 anos, foi homenageado pela Pinacoteca do Centro Cultural de Natal. Ele foi escolhido para inaugurar o projeto **O Quadro do Mês**, cujo objetivo é trazer para a discussão a obra de artistas já falecidos, nascidos ou não no Rio Grande do Norte.

Natural de Nova Cruz, João Epifânio viveu os

últimos quarenta anos de sua vida no Rio de Janeiro. A vocação apareceu cedo, mas foi somente ao aposentar-se como relações públicas do Banco do Brasil que passou a se dedicar a pintura. Logo conquistou admiradores e teve a sua obra aceita em diversos salões.

Pintou as cidades coloniais e a natureza sempre em festa. Foi, sobretudo, fiel a sua infância humilde, usina na qual a sua pintura, acentuadamente hedonista, se depurou até alcançar um delicado lirismo.

★ ★

ESTRÉIA PROMISSORA — Josimey Costa da Silva estréia em livro sem as naturais hesitações dos estreantes. Seus poemas, reunidos no volume mimeografado **Casa de Penhores** (UFRN, 1982), vistos em conjunto, oferecem uma visão clara de um exercício feito com rigor, especialmente nos textos mais curtos.

Estraga o livro o prefácio do renomadíssimo crítico Franco Maria Jasiello, cheio de digressões e conceituações superficiais. E a capa, de um mau gosto medonho. Em **A Descoberta**, diz Josimey: "Havia uma gaveta no armário./ Compartimentos fechados./ chaves — poucas fechaduras./ Havia um birô na sala,/ gavetas lacradas de sombras./ A sala tinha uma porta/ vedando/ a luz e o ar./ Do lado de fora,/ olhos gulosos no trinco,/ uma menina/ queria descobrir/ com quantas aranhas/ se faz uma teia".

FLORINDA PREMIA-DA — **Florinda** (Codecri, 1982), romance de Heloísa Maranhão, obteve o Grande Prêmio de Ficção da Associação Paulista de Críticos de Artes. É um livro desconcertante, surreal, cuja ação transcorre no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte, envolvendo personagens reais e imaginários. Definido pela autora como “um romance policial... com mistério”, **Florinda** quebra a cadeia sintática e, do caos, gera sua própria modernidade. No mínimo, engenhoso e divertido, o oposto da prosa de ficção produzida no Rio Grande do Norte, massuda e sem senso de humor.



Florinda

A PALAVRA LÚCIDA

— E ainda há quem não acredite em milagres, principalmente depois do famoso milagre brasileiro à Delfim Neto, que empurrou o País para o fundo do abismo e do FMI. Mas convém saber distinguir a lucidez do ceticismo, pois, do contrário, não restará ao homem nem mesmo a virtude da esperança. Mesmo numa cidade de pecadores empedernidos, como Natal, milagres acontecem vez por outra. Quem sabe, para comprovar a infinitude da misericórdia divina?

Um milagre aconteceu quando menos se esperava. E num lugar tradicionalmente fechado a qualquer sopro de novidade. Na Academia Norte-Riograndense que, rompendo uma venerável tradição de beletrismo e necrofilia, trocou, em sessão realizada no último dia 25, o lacrimoso

jante estilo necrológico pela palavra renovadora e fulgurante de um dos grandes poetas que se expressam, nos dias atuais, em língua portuguesa.

Em 45 minutos de conversa inteligente e bem humorada, Stella Leonardos, em visita a cidade a a Academia, discorreu sobre mulheres poetas do Rio Grande do Norte. E mostrou, com inexcusável graça, que o usual tédio das sessões da Academia não é um mal que não possa ser extirpado pela inteligência.

“De como o Rio Grande do Norte me atraiu daria um romance. E deu mesmo” — assim Stella começou sua animada palestra com o público. Em 1947 — era época de **Quando Os Ca-**

fezais Florescem — José Augusto Bezerra de Medeiros, amigo de meu avô materno, apareceu com impressos: — Leonardos: por que sua neta escritora não escreve sobre o problema do sal? Dê isto a ela. Quem sabe a moça gosta? — Não só gostou: ficou impressionada”.

E essa forte impressão gerou, anos depois, o único romance escrito e publicado por Stella Leonardos, **Estátua de Sal**, Prêmio Júlia Lopes de Almeida, da Academia Brasileira de Letras (1959). “Dizem que daria cinema a novela televisiva. Mas há falhas topográficas de Natal a Macau, soube eu depois, e devo confessar que das salinas potiguares a autora só conhecia, à época, as fotos das altas pi-

lhas de sal e os cataventos feitos de carnaúbas, conhecidos num filmdocumentário. O que saiu veraz foi a luta dos homens, seus problemas e sofrências, naquele tempo de salinas sem máquinas na coleta do sal”.

Stella Leonardos, com o seu jeito encantador de deusa grega, não ficou apenas nestas divagações. Traçou perfis, destacou o trabalho de alguns intelectuais e mostrou-se, antes de tudo, bem informada. Muita gente ilustre saiu da Academia não apenas conhecendo melhor a poesia de Auta de Souza, Palmyra Wanderley, Myriam Coeli da Silveira e Zila Mamede. Saiu sabendo que o rio grande Potengy é, em tupi, “o rio dos camarões”.

Stella Leonardos começou por traçar um ligeiro histórico da vida intelectual da província. Revelou uma Nísia Floresta, irmã de Gonçalves Dias, escrevendo versos românticos, autora das redondilhas com que descreve o herói do poema **A Lágrima de um Caeté**: “Era um Caeté que vagava/Na terra que Deus lhe deu,/ Onde Pátria, esposa e filhos/ Ele embalde Defendeu”.

Stella Leonardos, conferencista, tem um jeito particular de envolver o público. A palavra sai matizada e calorosa de sua boca. Não é uma conferencista comum; é também uma atriz. Uma atriz, aliás, que não precisou de nenhum coadjuvante, porque, sem dúvida, tem demasiado brilho próprio.

FRANKLIN JORGE

IPREVINAT: AMPARO AO SERVIDOR MUNICIPAL

Ao iniciar sua Administração, em março de 1979, o então prefeito, José Agripino, havia planejado um Governo com diretrizes notadamente de cunho social, haja vista as metas estabelecidas, voltadas para a população menos favorecida. Com este pensamento, José Agripino afirmou que faria do Palácio Felipe Camarão a casa do pobre, a casa dos mais necessitados. Partindo do geral para o específico, não poderia aquele governante, de maneira nenhuma, esquecer-se que, na própria "casa do pobre", a Prefeitura do Natal, havia grande número de funcionários e seus dependentes, que também necessitavam de um maior amparo, de melhor assistência, sob pena de se adotar o popular provérbio, "Casa de ferreiro, espeto de pau".

Escolhendo seus auxiliares diretos, convocou o médico Cassimiro Monteiro Cavalcante para dinamizar um setor que, até então, vinha atuando com algumas dificuldades, necessitando urgentemente de desatrelar-se de certas normas burocráticas que vinham obstaculando o trabalho a que efetivamente se destinava a realizar: a Previdência do Servidor Municipal. Com esta missão e muita força de vontade, Cassimiro Monteiro assumiu o comando do IPREVINAT — Instituto de Previdência dos Servidores de Natal, hoje atendendo aos aproximadamente 4.500 funcionários municipais, incluindo pensionistas, totalizando cerca de 27 mil segurados.

IPREVINAT ANTES

O Instituto de Previdência dos Servidores de Natal atendia, no início de 1979, apenas ao pessoal estatutário, além disso, de maneira tímida, pois, sua Despesa superava a Receita, impedindo, desta forma, a expansão de alguns de seus serviços, que funcionavam em dependências precárias.

Uma das primeiras providências do presidente Cassimiro Monteiro foi realizar um levantamento da situação do órgão que se propusera a dirigir e encaminhá-lo ao então prefeito José Agripino. Explicou que o IPREVINAT poderia ser

dinamizado e elaborou um programa, juntamente com a Secretaria Municipal da Administração, que foi mostrado em outra audiência, desta vez com estudos detalhados de viabilidade. Cassimiro recebeu o sinal verde e iniciou seu trabalho.

PROVIDÊNCIAS

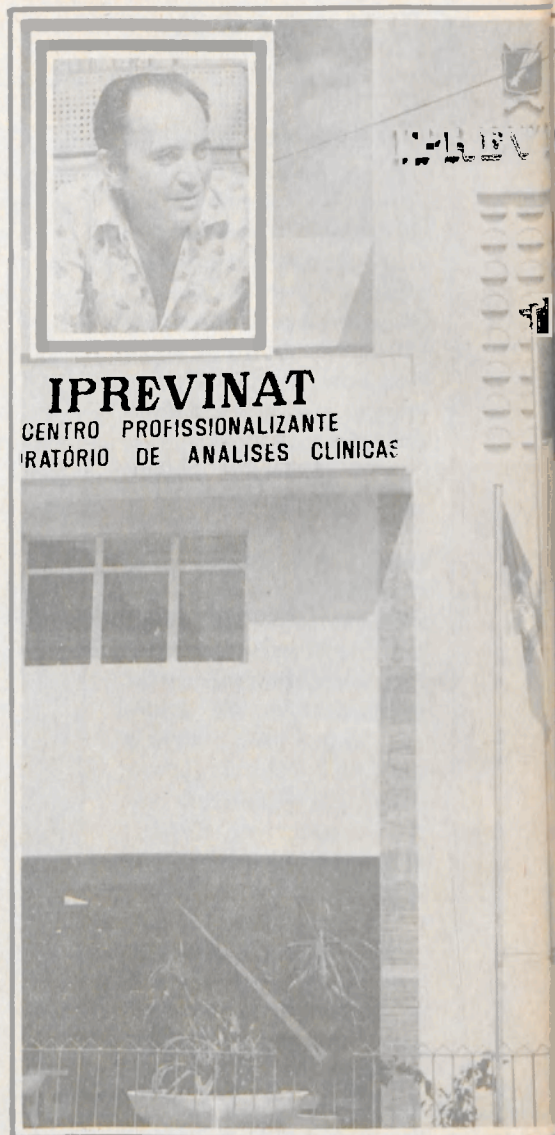
Um convênio com o IPE — Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, para a prestação de serviços técnicos e médicos foi assinado de imediato, trazendo os primeiros benefícios aos servidores municipais. Com este acordo, o IPE venderia ao IPREVINAT a Unidade de Serviço (US) a preço bem inferior ao cobrado pela Previdência da União, constituindo-se na primeira medida para equilibrar as finanças do órgão previdenciário municipal. Seriam prestados serviços laboratoriais, fisioterápicos e radiológicos, no próprio IPE e em clínicas credenciadas por aquele Instituto.

Após esses primeiros passos, veio a solução definitiva para a viabilização da Previdência Municipal, com o encaminhamento, pelo prefeito à Câmara Municipal, do Projeto de Lei retornando a contribuição previdenciária dos servidores CLT para o IPREVINAT, assumindo a Prefeitura todos os encargos sociais, fato concretizado com a aprovação da Lei 2.672, de 6 de novembro de 1979.

CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA

Organizando institucionalmente o IPREVINAT, o médico Cassimiro Monteiro iniciou a organização física do Instituto, com a construção da sua sede própria, com três pavimentos, onde estão centralizados todos os serviços assistenciais daquele organismo.

No térreo, estão situados: Serviço de Distribuição de Fichas, Guia de Internamento e Setor Odontológico — que anteriormente funcionava com apenas dois gabinetes (um instalado ainda na Administração Djalma Maranhão e o outro no Governo Jorge Ivan Cascudo Rodrigues) ambos superados e prestando serviço obsoleto. Fo-



O Iprevinat ganha sede própria na ge de Cassimiro Monteiro

ram adquiridos mais seis gabinetes odontológicos, passando o IPREVINAT a oferecer melhor assistência, sendo, inclusive, pioneiro em todo o Brasil, em termos de Previdência, na prestação de serviços de Endodontia — canal dentário. Na mesma época, passou a conceder também a prótese dentária gratuita, para servidores municipais e dependentes, que percebem até dois salários mínimos. Para tanto, o Instituto contratou próteses formados, haja vista o interesse com que trata os seus usuários.

Ainda no térreo, funciona o PNS — Programa de Nutrição e Saúde, através de um convênio firmado entre o IPREVINAT, Secretaria de Estado da Saúde e Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, que, mensalmente, concede alimentos básicos aos servidores municipais, atendendo, inicialmente a 300 famílias, com

renda até dois salários mínimos. O programa fornece arroz, fubá, farinha, feijão, leite e açúcar.

O IPREVINAT, dentro da programação do PNS, além da assistência médica, odontológica e laboratorial, distribui ainda fardamento escolar completo aos filhos dos servidores em idade escolar (7 a 14 anos); tecido para enxoval, distribuído com as gestantes a partir do 7.º mês de gravidez, que se responsabilizam pela confecção, com orientação dos professores do Centro Profissionalizante do Instituto; Acompanhamento Pré-Natal, com medicina preventiva e assistência médica completa.

COORDENADORIA DE SAÚDE

A Coordenadoria de Saúde e o Laboratório de Análises Clínicas — o 2.º do Estado — funcionam no segundo pavimento da sede do Instituto, efetuando todos os tipos de exames. No terceiro andar, está instalado o Centro Profissionalizante, para assistência aos segurados e dependentes. São oferecidos cursos de corte, costura, bordado, manicure e crochê, com média de 15 alunos por turma; Datilógrafo Copista e Máquinas Elétricas, com quatro turmas anuais de 50 alunos.

REATIVAÇÃO DA CARTEIRA

Outro grande benefício para os servidores municipais trazido pelo IPREVINAT foi a reativação da Carteira de Empréstimos Simples, conseguida pela atual presidência, após gestões junto ao prefeito da época, José Agripino. O objetivo é de conceder empréstimos a juros baixos (2 por cento) aos servidores do Instituto, funcionários municipais e pensionistas, fazendo, com isso, que os servidores mais humildes tivessem em casa uma carteira para atendimento financeiro. Neste sentido, Cassimiro Fernandes ressalta também a pronta ação de Agripino, que, de imediato, autorizou a concessão de um empréstimo junto ao Bandern, da ordem de Cr\$ 1 milhão, em junho de 1979.

A partir desse pequeno capital, o IPREVINAT passou a movimentar essa carteira, operando com empréstimos que variavam de Cr\$ 3.300,00 a Cr\$ 54.000,00. Com o crescente movimento, a Carteira foi se expandindo e transformada numa Coordenadoria Financeira, que hoje dispõe de um capital de giro da ordem de Cr\$ 120 milhões, tendo atendido, de 79 a 82, 2.171 mutuários, movimentando Cr\$ 50

milhões. Além do Empréstimo Simples, o IPREVINAT instituiu outras modalidades de financiamento aos seus usuários:

SAÚDE — Concedido ao funcionário municipal que necessita de atendimento em outros centros, com teto de Cr\$ 100 mil, para pagamento em 10 meses, sem juros ou correção monetária.

ESPECIAL — Para aquisição de aparelhos corretivos, como óculos, equipamentos ortopédicos, etc. Também sem juros.

Outra grande preocupação da Administração Cassimiro Monteiro foi com a valorização da classe médica, no que contou com o apoio decisivo de José Agripino, procurando equiparar a Unidade de Serviço (US) — para retribuição dos honorários médicos, por serviços prestados a servidores municipais — à concedida pela União e, às vezes, pagando até mesmo mais do que o Inamps e oferecendo vantagens. Atualmente o IPREVINAT encontra-se totalmente em dia com todos os profissionais credenciados.

FARMÁCIA

Demonstrando conhecimento das necessidades dos servidores municipais, o presidente Cassimiro Monteiro sentiu o drama desses com relação à compra de medicamentos. Levou o problema para o prefeito, culminando com a implantação da farmácia do Instituto, que comercializa vários tipos de remédios, a preços, no mínimo, inferior em 20 por cento aos do comércio convencional. Além disso, o servidor, munido de receita, pode comprar a crédito, para desconto em folha. Este serviço, juntamente com os prestados através do convênio com o INAN, constituem-se talvez nos dois maiores benefícios prestados pelo IPREVINAT aos seus usuários, pelo grande alcance social.

RECIPROCIDADE NO ATENDIMENTO

Outro convênio que merece destaque, foi o firmado em Curitiba, em 1980, para a reciprocidade no atendimento médico-hospitalar dos servidores municipais de Natal, em trânsito ou quando encaminhado, em Institutos de Previdência estadual ou municipal de qualquer parte do País. Vários encaminhamentos já foram realizados, principalmente para Recife e Fortaleza, centros que, em alguns casos, dispõem de maiores condições. O convênio foi firmado du-

rante um Congresso da ABIP — Associação Brasileira de Institutos de Previdência, organização da qual o atual presidente do IPREVINAT é integrante da Diretoria.

HABITAÇÃO

No setor habitacional o IPREVINAT também dinamizou-se, assinando convênio com o IPE, em 1980, quando foi criada a Carteira Habitacional, que foi iniciada com um financiamento de Cr\$ 10 milhões e 490 mil e destinada a conceder empréstimos aos segurados, para compra, reforma ou construção da casa própria.

QUADRO DE PESSOAL

Cassimiro Monteiro classificou como de suma importância, a criação do Quadro de Pessoal da Previdência, que contou com a colaboração do Prefeito José Agripino, tendo em vista ter autorizado a implantação paulatina do Quadro, concluída já na Administração Manoel Pereira, que continuou dando o mesmo apoio do seu antecessor, culminando com a ativação do Grupo Ocupacional de Saúde. Com este benefício, todos os profissionais liberais pertencentes ao Quadro, tiveram possibilidade de promoção, com a oportunidade de "fazer carreira" no Instituto, eliminando o problema de fixação no cargo.

CRÉDITO NATALINO

Durante quatro anos o Crédito Natalino concedido pelo IPREVINAT vinha sendo desenvolvido através de convênio com o IPE. No final do ano passado, o órgão de previdência municipal, juntamente com a Secretaria de Finanças, implantaram o serviço à nível municipal, já movimentando, no final do ano, Cr\$ 57 milhões, atendendo a todos os servidores que procuraram o setor.

ÊXITO

Todos esses dados comprovam o êxito das atividades e programas executados na Administração Cassimiro Monteiro. Aprimorando a Assistência Previdenciária no Município de Natal, chegou-se, com sucesso, a uma política de ação coordenada, conduzindo esta assistência a um crescimento contínuo, sempre contando com o apoio dos prefeitos José Agripino e Manoel Pereira, demonstrando um esforço conjunto, cujo mérito é do Governo, com o objetivo exclusivo de proporcionar melhores dias para os servidores municipais.

Os efeitos também no RN da máxi

A maxidesvalorização do cruzeiro não será, de modo algum, culpada por todas as mazelas da nova aceleração do custo de vida. Mas tem suas culpas, sim, em muitos setores importantes. As vezes, à primeira vista, fica difícil equacionar, para que as coisas sejam assimiláveis pelo entendimento comum, os principais aspectos da questão econômica nacional atual. Mas nem sempre é assim. É o caso do pão.

O pão, como se sabe, vem sofrendo grandes aumentos desde que o Governo retirou, gradualmente, os subsídios para o trigo, terminando por cortá-lo de uma vez por todas em fevereiro deste ano. O pão está muito caro por isso.

Com a maxidesvalorização do cruzeiro, vai ficar mais caro ainda do que já está. Ou seja: 30% sobre a carestia atual. O trigo e tudo o que é feito com ele além do pão. É um produto que pesa muito na balança comercial, porque 70% do total consumido no País provêm da importação. O que quer dizer: comprado em dólar supervalorizado.

OUTRAS CONSEQUÊNCIAS — Sem querer tornar a maxidesvalorização um fantasma ou um bode expiatório para tudo o que possa acontecer, há razões para ver nela outras consequências desagradáveis. As informações sobre os mecanismos do preço do trigo foram prestadas a RN/ECONÔMICO por um empresá-

rio que está muito afinado com o problema: o presidente do Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitos de Natal, Rosivaldo Toscano. O pão já aumentou 30% no início de março e, com a máxi, vai sofrer novo aumento logo.

Preocupação do mesmo tipo tem o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte e Passagem, Tenival Batista Costa. Ele está consciente da gravidade da situação e já esteve com autoridades do município em busca de uma saída alternativa. O próximo aumento de passagens de ônibus de Natal deverá ser concedido, segundo a norma, em princípio de julho. Mas o aumento coincidirá também com o reajuste de salário de motoristas, cobradores e fiscais.

Aí é que entra a maxidesvalorização. Porque ela, certamente, terá grande influência nos custos das empresas de transportes. Não só em termos de combustível, como de componentes, etc. Os empresários temem que sejam forçados a pedidos de aumentos que o usuário não esteja acostumado. E sabem que o poder aquisitivo da população de Natal é muito baixo para poder suportar um custo muito alto no pagamento de transporte coletivo.

TAMBÉM O LEITE — O diretor-gerente da CLAN — Cooperativa de Laticínios de Natal, Carlos Marinho, também vê implicações da maxidesvalorização e da inflação no preço final do leite para o consumidor. O leite é outro dos produtos problemáticos e, ao mesmo tempo, de utilidade básica vital para a saúde da população. Sofreu aumento em março — para Cr\$ 116,00 o litro, em Natal — e, mesmo assim, o problema de abastecimento ainda continua por resolver. A situação é tão delicada que os técnicos das Secretarias Nacional e Especial de Abastecimento decidiram vir ao Nordeste fazer verificações



Alimentação: vai disparar

A POI RESPOS

Os convênios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias foram instituídos na tentativa de eliminação da guerra fiscal estabelecida entre Estados-membros, a qual remonta, de acordo com ALIOMAR BALEEIRO, à data do Ato Adicional de 1834. O poder de tributar que pertenceu inicialmente só ao Parlamento Imperial e aos Conselhos Municipais, através desse Ato passou para a competência das Assembléias Legislativas das Províncias, permitindo-as decretar seus impostos, desde que não fossem nacionais, segundo o elenco arrolado depois na Lei n.º 99, de 1835.

Desencadeadas, no campo tributário, as hostilidades interprovinciais e depois interestaduais, que só terminariam com o advento da Constituição Federal de 1946, o assunto preocupou juristas e autoridades e foi tema de acirrados debates na Câmara, onde afinal se aprovou a Lei n.º 1.185, de 11.06.1904 que basicamente se inspirou nos seguintes princípios: imunidade recíproca (um Governo não tributaria outro), isenção para mercadorias e pessoas em trânsito, indiscriminação pela procedência do destino das mercadorias, e, o que era o mais importante, proibição de estorvo ao tributo estadual em relação às exportações que produzem divisas.

Todavia a situação não se modificou, e a União, subvertendo a tradição jurídica que vinha desde a Constituição de 1891, obteve, através da Emenda Constitucional n.º 18, de 1965, a transferência para a



Ônibus: vai virar luxo



peçoais sobre a situação, talvez achando exageradas as notícias sobre a devastação das bacias leiteiras nordestinas. O problema envolve alimentação para gado — parte da ração depende de importação —, de custos altos. E o argumento central dos produtores é: ou o Governo subsidia o produto ou ninguém vai querer mais produzir leite. Ou ainda: os preços ficarão de tal maneira caros que a população não terá mais condições de comprar — derivados do leite, por

exemplo, estão sendo drasticamente cortados das compras da classe média há muito tempo.

Enquanto nada disso ocorre, os produtores, reunidos na Associação de Laticínios do Nordeste, estão reivindicando reajustes de três meses como forma de acompanhar a corrida com a inflação. Esse tipo de reajuste, adotado por empresas públicas e remuneração de muitos títulos, é o que os técnicos chamam de "indexação" da economia brasileira. □

ÉTICA DE CONVÊNIOS DO ICNI E A ADILIDADE DO ESTADO SIGNATÁRIO

esfera federal do imposto de Exportação, argumentando-se, como está na exposição de motivos com que se apresentou o projeto ao Chefe do Poder Executivo, que, por intermédio do imposto de Vendas e Consignações, os Estados estão se guerreando uns aos outros, além de criar embaraços de comercialização dos produtos no território nacional e à exportação para o estrangeiro. Assim, o objetivo primordial da emenda foi a transformação do tributo transferido de meio de receita de tesouraria a processo monetário de formação de reservas, mas, embutido nele também, o propósito explícito de evitar a guerra fiscal entre os Estados e impedi-los de embaraçar a exportação para o exterior e asfixiar o comércio interestadual, tal como remanesce na Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

Finalmente, reveladas insatisfatórias estas medidas, foi, em 1966, promulgado o Código Tributário Nacional que estabelecia a obrigatoriedade de convênios para uniformização de alíquotas do ICM e para excluir ou limitar a incidência do tributo sobre operações relativas à circulação de mercadorias, no caso de exportação para o exterior.

O Ato Complementar n.º 34, de 30.01.67, tornou mais abrangentes estas normas, ao estatuir que os Estados e Territórios situados em uma mesma região geoeconômica, dentro de 30 dias da data da sua publicação, celebrarão convênios, estabelecendo uma política comum em matéria de isenções, re-

duções ou outros favores fiscais, relativamente ao ICM.

É de ressaltar que esse diploma deu tal importância à matéria que, fruto do espírito da época, dispensou expressamente a ratificação de convênios e protocolos aditivos pelas Assembléias Legislativas dos Estados participantes.

Esses dados históricos me ocorrerem, no momento em que os governadores eleitos no Nordeste já se reuniram, em duas oportunidades, para estudo e debate de aspectos econômicos, sociais e políticos da problemática regional. No Encontro de Fortaleza, a reforma tributária mereceu maior destaque e achamos que um de seus itens mais relevantes é, precisamente, a manutenção da política de convênios, com ênfase para a responsabilidade oriunda da participação do Estado. Certo que o objetivo mais transcendente é o aumento da participação do Estado e dos Municípios no fundo, invertendo a posição que se verifica em países desenvolvidos, quando o índice de participação é maior para o município, depois o Estado e finalmente a União (E. E. U. U., Inglaterra, Suécia), em escala decrescente. Mas, os compromissos assumidos nos Convênios devem ser honrados, o que às vezes não acontece, perturbando todo o esquema inspirado naqueles propósitos de conciliação, em benefício da Nação.

O Estado de Minas Gerais, depois de firmado o Convênio de 15 de janeiro de 1970, de estímulo fiscal idêntico ao do IPI, excluiu o

crédito relativo ao pirocloro e seus derivados, ali compreendidos, alterando unilateralmente os termos do documento, o que gerou pendência judicial das mais complexas. Também o Governo do Ceará foi acusado de atrair projetos industriais, à base de estímulos concedidos fora dos limites do Convênio, inclusive afastando do Rio Grande do Norte investidores interessados, para os quais foi inflexível e correta a posição ética do nosso Governo, de respeito aos compromissos assumidos.

É preciso não esquecer — e esta é a razão principal deste comentário — que, como lembra ALIOMAR BALEEIRO, o Código Tributário Nacional que instituiu os convênios, é uma lei complementar da Constituição para definição de normas gerais de direito financeiro e não uma lei federal ordinária. Os Estados estão obrigados a cumpri-lo, por força igual à da Lei Maior.

Somente a consciência desta responsabilidade que deveria impor-se por sua natureza ética e não jurídica, permitirá a preservação da unidade do Nordeste como um bloco, através da qual se pretende, com amplo aplauso popular, forçar a presença da região em decisões administrativas, econômicas e mesmo políticas. O contrário significará o retrocesso ao statu belli ante, pelo qual já pagou a Nação um custo bastante elevado e danoso a seu desenvolvimento.

RAIMUNDO SOARES DE SOUSA
CONSULTOR JURÍDICO DA
ALCANORTE

Plano Diretor: a esperança de um crescimento

Dois momentos vividos recentemente em Natal trazem à tona questões delicadas do seu crescimento: um deles foi a divulgação, através dos jornais, da construção de dois espigões na rua Pinto Martins — acima da Ladeira do Sol — o outro, diz respeito a apreciação pela Câmara Municipal do projeto de lei que constitui o Plano Diretor da Cidade.

O arquiteto Moacyr Gomes, diretor do Departamento do Plano Diretor, órgão da SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento), o responsável pela elaboração deste Plano, tem toda a trajetória em mente e enfatiza a importância das normas que orientam todo o desenvolvimento urbano da cidade.

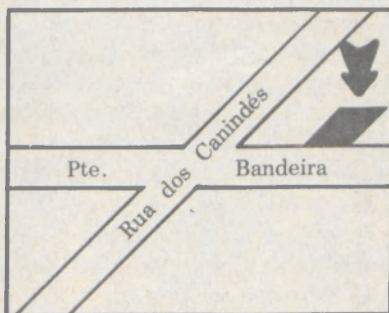
Há muito tempo Natal espera por ▶

1983 10 ANOS DE:

OPTEL MÁXIMO EM PROTEÇÃO

Rua Sampaio Correia, 4000 — Bom Pastor — Tels.: 223-2400/3557 — Natal-RN

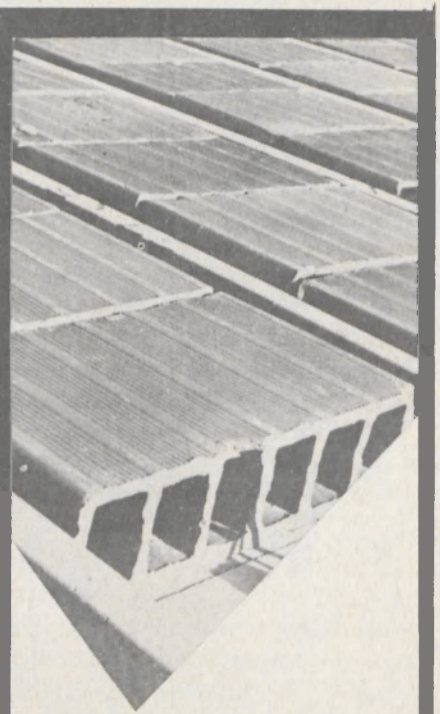
PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SAVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira, 737
VEÍCULOS LTDA. Alecrim — Tel.: 223-1551
Natal-RN



O PERFIL DE UM GRANDE CONJUNTO

São nervuras e blocos, formando a conhecida laje Volterrana. Mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e muita qualidade é o que você terá quando colocar na sua obra lajes Volterrana. Lajes Volterrana é uma qualidade nacionalmente reconhecida. E quem a fabrica em Natal é a Saci — Material de Construção. A Saci mantém um estoque permanente de lajes Volterrana e pré-moldados de cimento para pronta entrega. Procure a Saci. O Departamento Técnico da loja lhe ensinará tudo sobre lajes Volterrana.



MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Rua Pte. Bandeira, 828
Tels.: 223-3626/3627/3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

diretrizes que disciplinem sua expansão. Enquanto isto, vai crescendo. Ordenadamente, na opinião de alguns; desordenadamente, na opinião de outros.

O CRESCIMENTO — Dando rápidas folheadas na história da cidade, isto é, como se deu seu crescimento, vamos encontrar a primeira tentativa de planejamento das suas áreas de expansão em 1901. A Prefeitura trouxe o arquiteto Antônio Polidrelli, que projetou a chamada Cidade Nova. Compreendendo, na época, os bairros de Petrópolis e Tirol.

Entre 1924 e 1926, no Governo de José Augusto, foi criada uma Comissão dirigida pelo engenheiro Henrique Novaes, que levantou a planta topográfica da cidade, projetou os primeiros serviços de água e esgoto e perfurou poços para o abastecimento d'água. Resumindo, implantou o início de abastecimento da cidade.

Já em 1929, surgia o arquiteto Giacomo Palumbo com a intenção de elaborar o Plano de Sistematização da Cidade, isto é, traçar no mapa aquilo que seria sua projeção futura.

Em 1935, quando era governador

Mário Câmara, contratou o escritório Saturnino de Brito para a continuação do plano de águas e esgotos e uma série de melhoramentos urbanos.

Foi quando em 1967, tendo à frente da Prefeitura de Natal, Agnelo Alves, foi feito um contrato com a SERETE, objetivando elaborar o primeiro Plano Diretor, coordenado pelo arquiteto Jorge Wilhelm. Daí resultou, em sua essência, a filosofia moderna do planejamento atual. O Plano, como não chegou a ser aprovado, desatualizou-se; perdeu-se no tempo. □

EMPARN APRIMORA TÉCNICAS PRÓPRIAS PARA SEMI-ÁRIDO

A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A — EMPARN —, fiel à sua filosofia de pesquisa de gerar e adaptar tecnologia agropecuária prioritariamente voltada para o semi-árido, criou através da Resolução Normativa n.º 01/83 a ESTACÃO EXPERIMENTAL DE TERRAS SECAS. A referida Estação está localizada no município de Pedro Avelino, na antiga base física de Serra Verde na zona Centro-Norte do Estado. O clima local é do tipo muito quente e semi-árido e a vegetação regional é constituída por caatinga hiperxerófila. O relevo varia de plano a suave ondulado e os solos presentes na Estação são bastante representativos do Rio Grande do Norte.

A EMPARN desenvolverá na ESTACÃO EXPERIMENTAL DE TERRAS SECAS linhas de pesquisas especiais referentes a: Introdução e Avaliação de Plantas Xerófilas Exóticas e Nativas, Introdução da Raça Ovina Karakul, Introdução de Elande e Órix, Avaliação da Potencialidade de Domesticação da Ema, Preservação e Seleção das Raças Caprinas Nambi, Canindé e Ovina Morada Nova e Irrigação não convencional.

A Introdução de Plantas Xerófilas Exóticas provenientes de desertos de países como os Estados Unidos, México, Chile, Peru, Austrália e Israel é vista como uma opção de pesquisa das mais promissoras para o semi-árido brasileiro, pois as mesmas são oriundas de regiões ecológicas semelhantes às nossas. A EMPARN está introduzindo 38 espécies xerófilas, todas elas de alta capacidade de adaptação, de elevado valor econômico e de múltiplas utilizações para a economia regional, já que compreende plantas forrageiras, alimentícias e industriais.

A Raça Ovina Karakul é uma espécie natural, isto é, formada sem a interferência do homem, originária das regiões semi-desérticas de Bukhara, Pérsia e Afeganistão, conservando suas características primitivas até os dias atuais. Seu comportamento alimentar assemelha-se mais às dos caprinos, ou seja, são preferencialmente rameiros, ao contrário dos ovinos de um modo geral que comem de preferência pasto rasteiro. O Karakul é uma raça dotada de alta rusticidade mantendo o seu nível de produtividade, mesmo diante de condições adversas. Suporta bem o consumo de água salobra, resiste à escassez de alimentos, em ra-

ção da capacidade de acumular reservas nutritivas em sua cauda larga e suporta temperatura de 50° C. A sua principal aptidão econômica é a pele dos cordeiros recém-nascidos denominada de "Astracan" que atinge elevado preço nos principais mercados peleiros internacionais, em razão de suas características de brilho, finura, suavidade e beleza, características estas desejáveis para a confecção de casacos, bolsas, sapatos e outros de couro do mais alto requinte. Produz leite que pode ser utilizado para a fabricação de queijo do tipo "Roquefort", carne saborosa e bom rendimento de carcaça.

A introdução dos antílopes Elande e Órix em nosso Estado visa dar novas alternativas de exploração econômica aos pecuaristas nordestinos e em particular do Rio Grande do Norte, já que a pecuária da região, em consequência dos 4 anos de seca apresenta-se altamente reduzida. Para se ter uma idéia, registra-se que em janeiro de 1979 o Rio Grande do Norte possuía um rebanho bovino de 850.000 cabeças e em janeiro de 1983 estima-se apenas em cerca de 350.000 cabeças. Aproximadamente 92% da carne bovina consumida em Natal são provenientes dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Maranhão, além de que 31% do leite pasteurizado na CLAN — Cooperativa de Laticínios de Natal S. A., são importados de Sergipe e Pernambuco. (Dados retirados do informe conjuntural de produtos pecuários, CEPA-RN, março de 1982).

Diante dessa realidade, a EMPARN está pesquisando uma nova opção para a exploração pecuária, através da introdução de espécies oriundas de desertos como o Elande e o Órix.

O Elande (*Taurotragus oryx*) e o Órix (*Órix dammah*) são antílopes de origem de desertos africanos que, entre outras, apresetam as seguintes características:

- Resistência à seca — sobrevivem onde os bovinos não resistem, ganham peso onde os bovinos perdem;
- Elevada resistência à falta d'água — sobrevivem por meses na ausência de água livre, utilizando apenas a água contida nos alimentos;
- Resistência ao calor — suportam temperaturas de até 45° C sem lhes afetar o sistema nervoso;

d) Resistência às principais ecto e endoparasitoses;

e) Precocidade — os Elandes atingem até 400 Kg com 1 ano e cerca de 900 Kg quando adultos;

f) Elevada taxa de conversão alimentar — 30% mais eficientes do que os bovinos, na transformação de alimentos em carne;

g) Maior rendimento de carcaça nos Elandes — o rendimento da carcaça é de 59,1%, enquanto o dos bovinos nos trópicos é de 50 a 55%;

h) Boa produção de leite — o Elande produz leite igual ao gado Zebu, porém o leite é duas vezes mais nutritivo;

i) Elevada eficiência reprodutiva — o Elande atinge 85% de eficiência reprodutiva, enquanto a dos bovinos é de apenas de 35% a 60%; o intervalo entre partos é de 314 dias, enquanto nos bovinos, é de 759 dias;

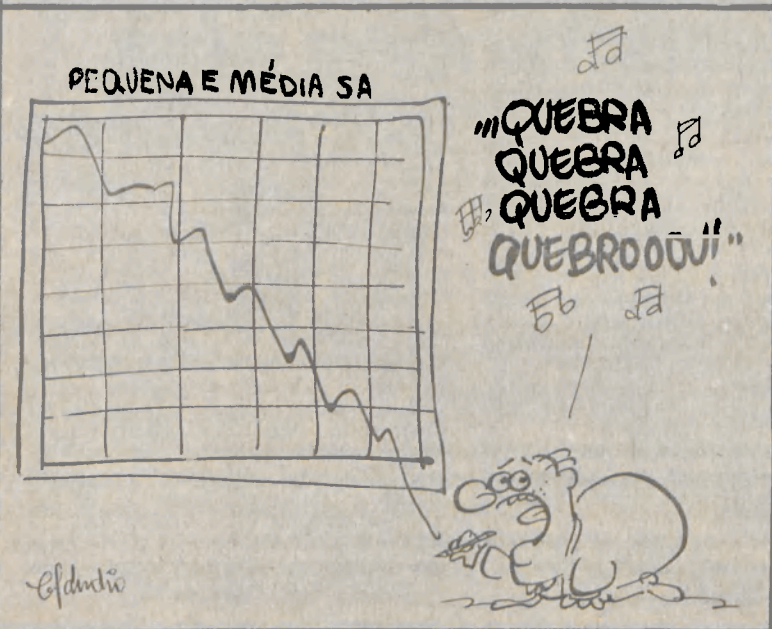
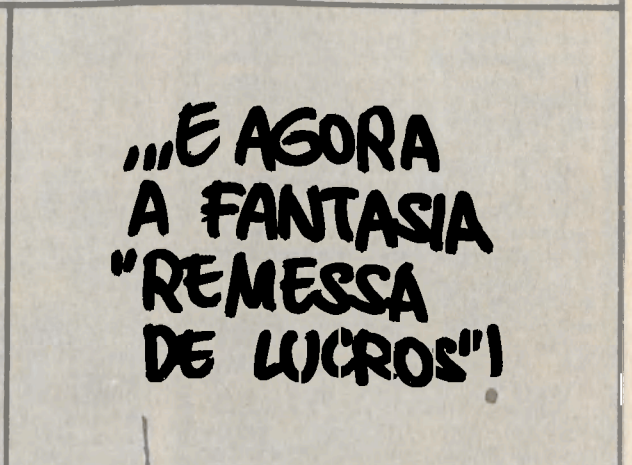
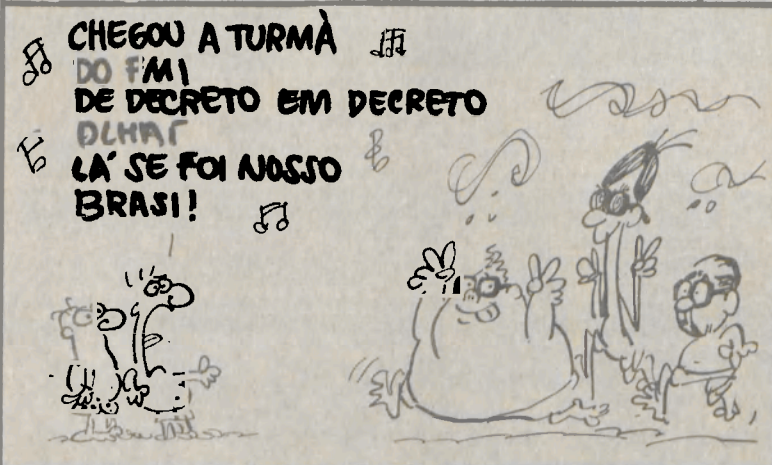
j) Carne menos gordurosa — os Elandes produzem carne com 4,2% de gordura, enquanto nos bovinos a percentagem de gordura é de cerca de 21%.

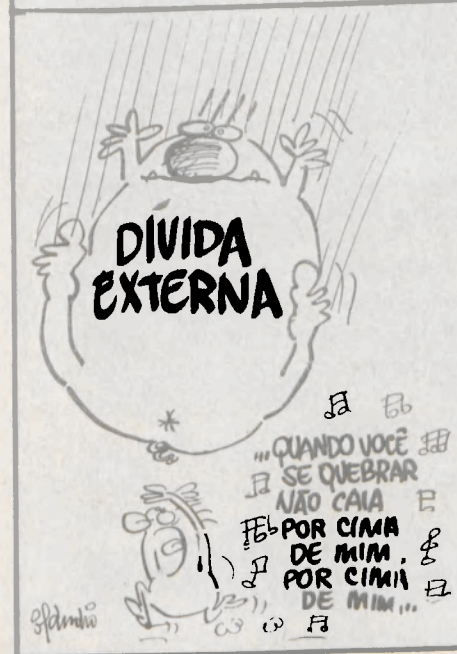
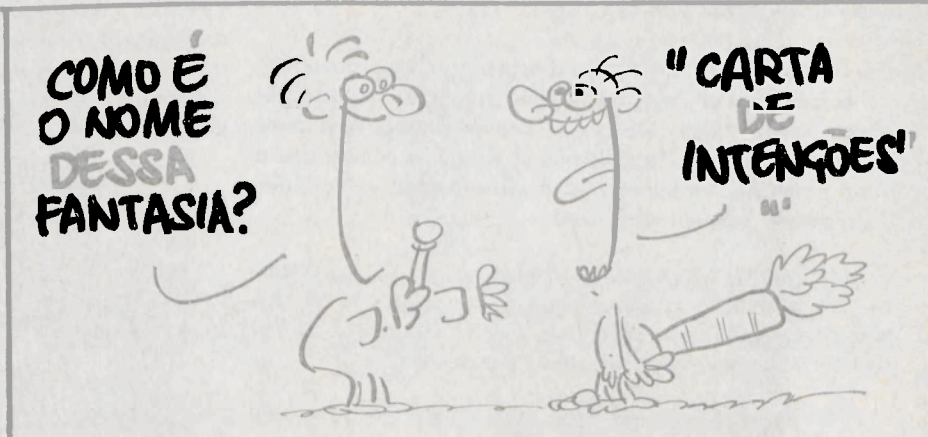
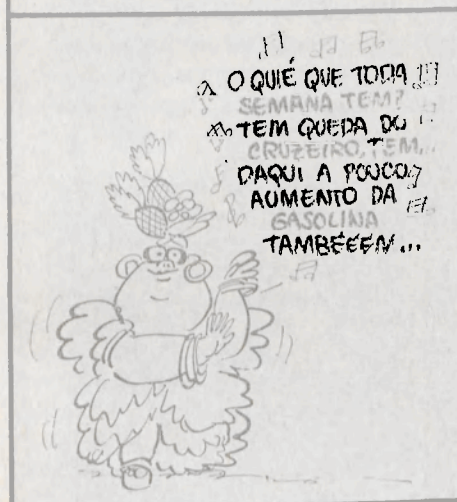
O Brasil não cria em cativeiro com fins econômicos nenhum animal da fauna nativa. A Ema (*Rhea americana americana*) poderá ser o primeiro animal brasileiro a ser domesticado para criação em cativeiro.

A África do Sul é uma grande produtora de Avestruz que é uma ave muito parecida com a nossa Ema. Existem cerca de 350 granjas que criam Avestruz naquele país. A carne é exportada para a França e Suíça, sendo a pele o principal produto de exportação deste animal. A pesquisa com a Ema visa saber quais os parâmetros zootécnicos e ecológicos deste animal, além de tentar evitar a sua extinção. A Ema poderá fornecer carne, ovos, pele, penas e outros produtos que poderão contribuir para a economia do Brasil seco.

Outras linhas de pesquisa com irrigação, agricultura e com caprinos e ovinos tropicais são também contemplados pela Estação.

Essa nova abordagem de pesquisa visa oferecer novas alternativas de aproveitamento do potencial agro-ecológico do Estado, já que tanto as plantas como os animais pesquisados na ESTACÃO EXPERIMENTAL DE TERRAS SECAS, são para áreas marginais de baixa capacidade de uso para explorações mais exigentes de clima e solo.





TREGUA SIM, ADESISMO NÃO

NEY LOPES DE SOUZA

Inicia-se o ano político com a abertura do Congresso Nacional. Os temas em debate traduzem o vínculo entre a Nação e seus representantes eleitos. Afinal, a casa política reflete o vozerio do povo, nas suas aspirações e tendências.

O ponto-de-partida do debate é a crise econômica. O Governo encampa soluções do conhecimento público. As primeiras teses da oposição surgem à base da proposta de não liquidar as obrigações contraídas a nível externo. Defendeu tal ponto-de-vista o senador fluminense Saturnino de Brito.

O quadro conjuntural ofusca o analista, a primeira vista. Porém, o exame mais detido impõe a conclusão de que as dificuldades brasileiras são misto de variáveis internas e principalmente externas.

Dirão alguns: mas essa história de comércio internacional já é velha e não explica a crise. Entretanto, há um fenômeno no mundo que não pode passar despercebido: a organização em blocos dos Estados soberanos. Hoje a Espanha, cuja característica histórica era resistir as commodities (mercadorias), isolando-se praticamente do comércio mundial, busca seu lugar no mercado, com a caminhada progressiva para o Mercado Comum Europeu.

Todos os fatos revelam que o mundo assume feições diferentes, na medida em que os blocos de interesses aparecem, com objetivos políticos, econômicos, militares, culturais etc. Daí porque o Brasil não é ilha, em que tais influências passem despercebidas. Reforça esse argumento a circunstância de que a origem da crise é inquestionavelmente externa, sem prejuízo de avaliações internas que venham a corrigir rumos e superar estrangulamentos.

Por outro lado, acha-se em curso no País ação infra-estrutural, representada pelos grandes projetos nacionais: Tucuruí, energia nuclear (em recesso), ro-

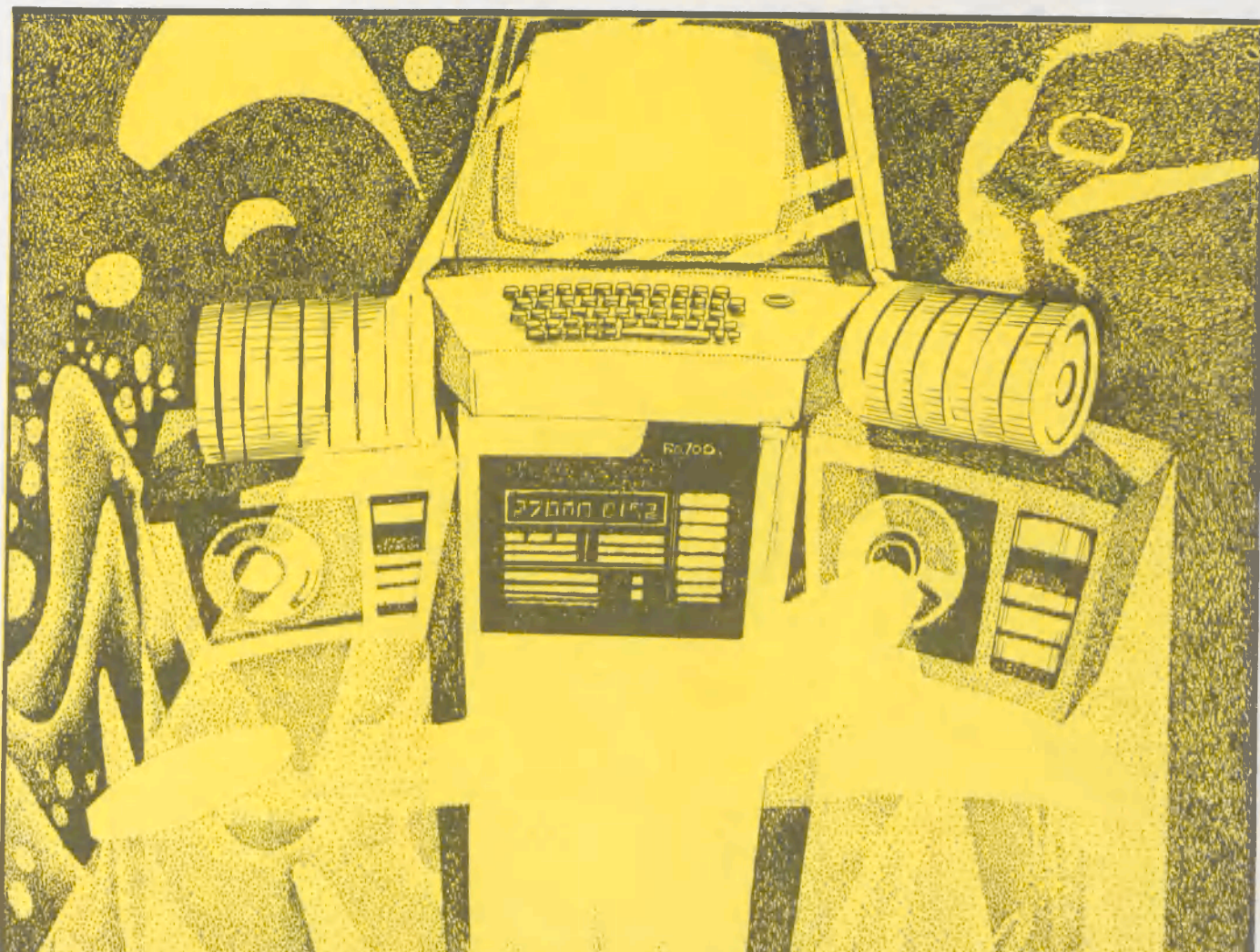
dovia do aço, Itaipu etc. Simplesmente condenar essa massa de investimentos comprova atitude sectária e inflexível. Na década de 60, quando Brasília tornava-se realidade, igualmente o Presidente JK sofria epítetos e acusações, a maioria apoiados no princípio de não podermos construir uma capital em lugar ermo e sem infra-estrutura urbana. Atualmente, Brasília é o orgulho nacional. E só a História pôde fazer tal Justiça.

Os projetos nacionais em desenvolvimento, inclusive a fabricação de barrilha no Estado, darão suporte ao futuro, mesmo incompreendidos e condenados. O Governo, acossado pelas situações emergenciais, utiliza o veículo do diálogo para conscientizar a todos da gravidade presente.

A Nação, pelos seus laços culturais, é chamada a dar presença. A opinar. Refletir. Ponderar. A trégua política proposta não significa vassalagem ou adesismo. Mas ao contrário: a busca de pontos comuns de convergência. Isso, afinal, existe em qualquer atividade humana. Por que a política seria exceção?

Na trégua política existirão espaços para busca de caminhos em face da realidade dos blocos econômicos internacionais. Das alternativas para não arrefecer a massa de investimentos públicos em projetos nacionais prioritários. Todo esse esforço resultará em benefício da sociedade política. Pois ela (e somente ela) merece as explicações permanentes e a segurança de que pode, com legitimidade, fiscalizar e acompanhar a evolução dos acontecimentos internos com as suas inevitáveis consequências externas.

O momento exige: trégua sim, adesismo não. Os que entenderem isto prestarão serviços a Nação. Os outros caminharão a reboque das frustrações, sectarismos e intolerância.



USE OS NOVOS TEMPOS

Os novos tempos são da Informática. Da informação.

Informática/informação significa computação, processamento de dados.

Com a computação a serviço da sua empresa você resolve problemas de espaço, burocracia, papelada desnecessária, de rotinas exaustivas, de tempo e, naturalmente, de dinheiro. Isso significa que sua empresa — pequena, média ou grande —, se torna mais ágil, mais competitiva, mais eficiente.

A computação é um trabalho incrivelmente rápido de computadores postos à sua disposição sem a necessidade de um só cruzeiro de investimento em equipamento, pessoal, espaço físico ou de preocupação com manutenção, operação e desgaste de máquinas.

É um serviço prestado mediante pagamento de taxa, sem necessidade de contrato e que, dependendo da empresa, tem custo inferior ao salário de um funcionário médio.

Folha de pagamento, correção monetária, crediário, contabilidade geral, são alguns dos serviços que a computação faz para você. Não perca mais tempo.

SISTEMA

Processamento de Dados

10 anos a serviço da informação.

Estrada de Ponta Negra, 1831
Capim Macio — Tels.: 231-4215 e 231-4890 Natal

O CONCESSIONÁRIO CHEVROLET DE MOSSORÓ MUDOU, E MUDOU PRÁ MELHOR, SUAS VENDAS AUMENTARAM EM 200%.



E vão aumentar muito mais porque Chevrolet é GM, e Vilani "sabe das coisas", em matéria de vendas de veículos, planos, prazos e preços prá botar você num carro ou utilitário da linha Chevrolet. A chegada de Vilani Veículos e Peças Ltda. a Mossoró, adquirindo a mais nova concessionária General Motors da Capital do Oeste revolucionou o mercado de carros na região. Tudo foi renovado. Todos os Departamentos funcionam a pleno desempenho, desde a área de recepção e exposição, serviços de oficina autorizados da fábrica, e venda de peças genuínas. Tem financiamento próprio, com todas as facilidades e sem perda de tempo. Vilani Veículos e Peças, em apenas noventa dias de instalado em Mossoró aumentou suas vendas em torno de 200% e "botou muito mossoroense num carro novo", graças à sua moderna técnica de vendas e "aquele jeitinho" que eles sabem fazer prá resolver problemas. Mas, o que contribui no sucesso das vendas de Vilani é que Chevrolet é GM e GM é uma marca bastante aceita pelo mossoroense.

J

VILANI
Veículos e Peças Ltda.
Concessionário
Mossoró-RN

CHEVROLET

AV. PRES. DUTRA TELS: 321-3680/3681/3650/4553/2388